

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

NORBERTO NICLOTTI CATUCI

**EMBATES DISCURSIVOS ENTRE O GOVERNO FEDERAL, A BNCC
E OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO NACIONAL:
UMA ABORDAGEM DIALÓGICA**

Porto Alegre

2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**EMBATES DISCURSIVOS ENTRE O GOVERNO FEDERAL, A BNCC
E OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO NACIONAL:
UMA ABORDAGEM DIALÓGICA**

NORBERTO NICLOTTI CATUCI

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Linguística – Teorias e Uso da Linguagem

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti

PORTO ALEGRE

2021

Ficha Catalográfica

C369e Catuci, Norberto Niclotti

Embates Discursivos entre o Governo Federal, a BNCC e os Marcos Legais da Educação Nacional : uma abordagem dialógica / Norberto Niclotti Catuci. – 2021.

100 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa di Fantí.

1. Teoria Dialógica do Discurso. 2. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 3. Reunião Ministerial. 4. Governo Bolsonaro. 5. Valores. I. di Fantí, Maria da Glória Corrêa. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

NORBERTO NICLOTTI CATUCI

**EMBATES DISCURSIVOS ENTRE O GOVERNO FEDERAL, A BNCC E OS
MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO NACIONAL:
UMA ABORDAGEM DIALÓGICA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Linguística – Teorias e Uso da Linguagem.

Aprovada em: 29 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti – PUCRS

Profa. Dra. Kelli Machado da Rosa – FURG

Profa. Dra. Anamaria Kurtz de Souza Welp – UFRGS

Porto Alegre

2021

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda.” - Paulo Freire
(Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, em especial aos meus pais, Santina Niclotti e Dárico Catuci, à minha irmã, Patrícia Niclotti Catuci e seu marido, Gustavo Port Hanel, pelo incentivo crucial desde o início dessa jornada. Eu amo vocês.

Agradeço a toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) por me acolher tão bem.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti, por meio de quem descobri a teoria dialógica que adotarei também como filosofia de vida, pela compreensão e por sempre lutar por um mundo melhor para todas, todos e todes.

Agradeço ao colega Cristiano Sandim Paschoal e à colega e revisora Débora Luciene Porto Boenavides, os quais tive a sorte de conhecer e sem os quais jamais chegaria até aqui.

Agradeço aos amigos Aline Hoffmann Weber, Artur Teixeira de Araújo Júnior, Marcos Alexandre Fernandes Rodrigues e Monique da Silva Costa pela escuta ativa e pelos conselhos.

Agradeço à banca examinadora, professoras doutoras Anamaria Kurtz de Souza Welp e Kelli Machado da Rosa, por se disponibilizarem à leitura e pelo enorme carinho, atenção e paciência neste momento tão complicado, estando presentes tanto na Qualificação quanto na Defesa desta dissertação.

Agradeço também a todos os interlocutores, prévios, presumidos ou futuros, cujas vozes possibilitaram a construção desta obra e pelas quais a repercutirão da melhor forma.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Brasil.

This study was financed by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) – Brazil.

Educação, Esperança e Resistência!

RESUMO

Diante do atual cenário sociopolítico brasileiro, permeado por discursos intolerantes e, tendo como pressupostos a teoria dialógica do discurso (BAKHTIN, 2010a, 2010b, 2016; VOLÓCHINOV, 2018, 2019; MEDVIÉDEV, 2012), o presente trabalho tem como objetivo geral investigar o embate discursivo entre valores do atual Governo Federal e dos marcos legais da educação nacional, observando a relação de tensão axiológica evidenciada por declarações durante uma reunião ministerial ocorrida em abril de 2020. Como objetivo específico, visa analisar como os valores preconizados pelos diferentes documentos que embasam a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reverberam nos enunciados dos ministros na reunião ministerial, verificando de que modo práticas sócio-históricas intolerantes são refletidas e refratadas no/pelo discurso governista atual. No que tange aos procedimentos metodológicos, seguimos as orientações propostas por Volóchinov (2018), que consideram a interdependência entre esfera de atividade, gênero do discurso e enunciado, e delimitamos para análise enunciados da equipe ministerial, considerando os seguintes critérios: a) evidente responsividade discursiva e relação temática com os documentos relativos à educação nacional e b) relevância do sujeito enunciatador, considerando-se o cargo que ocupa no Governo Federal e o impacto de suas declarações e decisões na sociedade. Assim sendo, selecionamos dizeres realizados durante a referida reunião ministerial dos seguintes ministros do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro: Ricardo Salles (Meio Ambiente), Damara Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), Abraham Weintraub (Educação) e Paulo Guedes (Economia), e os organizamos conforme afinidade entre suas temáticas centrais e as macroáreas propostas por material oficial de apoio para a implementação da BNCC: Meio Ambiente, Multiculturalismo e Economia. A partir das análises, constatamos que o ideário do discurso do governo bolsonarista encontra-se atravessado ideologicamente por valores avessos aos dos documentos que devem orientar a educação no país, podendo resultar em um conflito contraprodutivo, o qual não anda na esteira das propostas legais, pedagógicas e metodológicas propostas na BNCC.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Dialógica do Discurso, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Reunião Ministerial, Governo Bolsonaro, Valores.

ABSTRACT

Within the current socio-political scenario of Brazil, imbued with intolerant speech, and based upon the Dialogical Theory of Discourse (BAKHTIN, 2010a, 2010b, 2016; VOLÓCHINOV, 2018, 2019; MEDVIÉDEV, 2012), this thesis aims to investigate the discursive confrontation between the values held by the current Federal Government and the legal framework of national education in order to observe the axiological tensions evidenced by utterances produced during a presidential cabinet meeting in April 2020. The specific objective of this thesis is to analyze how the values advocated by the different documents in which the Common National Curricular Base (BNCC, in Portuguese) is legally funded reverberated in the utterances of the ministers at the cabinet meeting, and to identify how socio-historical practices - such as intolerance and patrimonialism - are reflected and refracted on/by the discourse of the current Federal Government of Brazil. We follow the methodological guidelines proposed by Volóchinov (2018), which acknowledge the interdependence between fields of activity, speech genres and concrete utterances. We considered the following criteria to select the utterances by the cabinet members for the analysis: a) evident discursive addressivity and thematic relation with documents related to national education and b) relevance of the uttering subject, considering the position they hold in the Federal Government and the impact of their declarations and decisions on society. Consequently, we selected utterances from the aforementioned cabinet meeting produced by the following ministers of President Jair Messias Bolsonaro's cabinet: Ricardo Salles (Environment), Damares Alves (Women, Family and Human Rights), Abraham Weintraub (Education) and Paulo Guedes (Economy), and organized them given the affinity between their central thematics and the *Macroareas* proposed by official supporting material for the implementation of the BNCC document: Environment, Multiculturalism and Economy, accordingly. From the analyses, we verified that the ideal of Bolsonaro government's discourse is ideologically imbued with values that are contrary to those of the documents that are guidelines for Education policies in Brazil. We conclude that these axiological confrontations may result in a counterproductive conflict that does not follow the legal, pedagogical, and methodological proposals in the BNCC.

KEYWORDS: Dialogical Discourse Theory, Common Curricular National Base (BNCC), Presidential Cabinet Meeting, Bolsonaro Government, Values.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Postagem de Abraham Weintraub sobre a BNCC | 14 |
| Figura 2: Postagem de Carlos Bolsonaro sobre Direitos Humanos | 17 |
| Figura 3: Macroáreas temáticas e TCTs correspondentes..... | 46 |
| Figura 4: Ministro Ricardo Salles gesticulando ao falar na reunião ministerial | 72 |
| Figura 5: Slogan do Governo Federal ao fundo da reunião ministerial | 80 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Enunciados selecionados para análise | 36 |
| Quadro 2: 10 competências gerais da educação básica..... | 42 |
| Quadro 3: As 10 ideias-força no Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais | 48 |
| Quadro 4: Temas transversais em diferentes documentos | 50 |
| Quadro 5: TCTs e seus marcos legais | 51 |
| Quadro 6: Termos utilizados para descrever o ideário do governo bolsonarista..... | 62 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 12 |
| 1 PRESSUPOSTOS DA TEORIA DIALÓGICA DO DISCURSO | 19 |
| 1.1 ESFERA DE ATIVIDADE, GÊNEROS DO DISCURSO E ENUNCIADO: UMA TRÍADE DIALÓGICA | 19 |
| 1.2 O SIGNO IDEOLÓGICO NA ARENA DE EMBATES DISCURSIVOS..... | 24 |
| 1.3 UM OLHAR BAKHTINIANO PARA O CAMINHO METODOLÓGICO | 31 |
| 2 ESFERAS EDUCACIONAL E POLÍTICA BRASILEIRAS | 38 |
| 2.1 A BNCC E OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO NACIONAL: CONSCIÊNCIA AMBIENTAL, IGUALITARISMO E JUSTIÇA SOCIAL | 38 |
| 2.2 PRÁTICAS HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS NA POLÍTICA NACIONAL: DESVENDANDO O IDEÁRIO DO GOVERNO BOLSONARISTA..... | 52 |
| 3 EMBATES DISCURSIVOS ENTRE O GOVERNO FEDERAL, A BNCC E OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO NACIONAL..... | 63 |
| 3.1 RICARDO SALLES E O MEIO AMBIENTE: “PASSANDO A BOIADA” | 69 |
| 3.2 DAMARES ALVES, ABRAHAM WEINTRAUB E O MULTICULTURALISMO: “TEMOS QUE VER A QUESTÃO DOS VALORES” | 73 |
| 3.3 PAULO GUEDES E A ECONOMIA: “NÓS VAMOS GANHAR DINHEIRO” | 82 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 86 |
| REFERÊNCIAS | 90 |
| ANEXOS | 96 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Entre 28 de março e 1º de abril de 2010, foi realizada em Brasília-DF a Conferência Nacional de Educação (CONAE), com o objetivo de debater a Educação Básica em âmbito nacional. Com o tema “Construindo o Sistema Nacional: o Plano Nacional da Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”, a CONAE, proposta na Conferência Nacional de Educação Básica de 2008, contou com participantes da sociedade civil, de agentes públicos, entidades de classe, estudantes, profissionais da educação e pais/mães (ou responsáveis) de alunos.

O Documento Final, elaborado a partir das propostas da Conferência, aponta para a necessidade de “indicação das bases epistemológicas que garantam a configuração de um currículo que contemple, ao mesmo tempo, uma base nacional demandada pelo sistema nacional de educação e as especificidades regionais e locais” (CONAE, 2010, p. 38). Desse modo, a CONAE colocou a criação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na agenda das diretrizes e estratégias de ação para a configuração de um novo Plano Nacional de Educação (PNE) e para a construção de um Sistema Nacional de Educação.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, povoado por diversos grupos étnicos, a multiculturalidade, evidentemente, faz parte da pluralidade de vozes em que os diferentes sujeitos se constituem. Por esse motivo e devido também à multiplicidade de vozes que apontaram sua necessidade na CONAE¹, a BNCC, embora seja documento que prescreve uma base comum para a educação básica de todo o Brasil, teve a equidade e a multiculturalidade como valores que motivaram sua elaboração. Por esse motivo, percebe-se que a BNCC fomentou sua proposta inicial em um ideário² igualitarista de educação, voltado para a formação de cidadãos críticos e conscientes das relações sociais nas quais estão inseridos.

A elaboração do texto da BNCC, no entanto, passou por diferentes governos, com interesses distintos. Sua primeira versão foi disponibilizada no ano de 2015, sob o governo da Presidenta Dilma Rousseff e contou com ampla discussão nacional em escolas de todo o Brasil. Após o impeachment da Presidenta, em 2016, a BNCC continuou a ser elaborada no governo provisório de Michel Temer. Em abril de 2017, no governo Temer, a versão final da BNCC foi

¹ Composto por uma multiplicidade de vozes, o documento final da CONAE foi debatido nos municípios e estados antes de discussão em reunião geral, a qual contou com a presença da sociedade civil e de diversas entidades representativas, tais como Centrais Sindicais dos Trabalhadores, Entidades de Estudos e Pesquisa em Educação, Movimentos de Afirmação da Diversidade, Representação Social do Campo, Representação da Comunidade Científica, Confederação Nacional de Pais de Alunos (Confenapa), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Confederação dos Empresários e do Sistema S e sindicatos de servidores da educação.

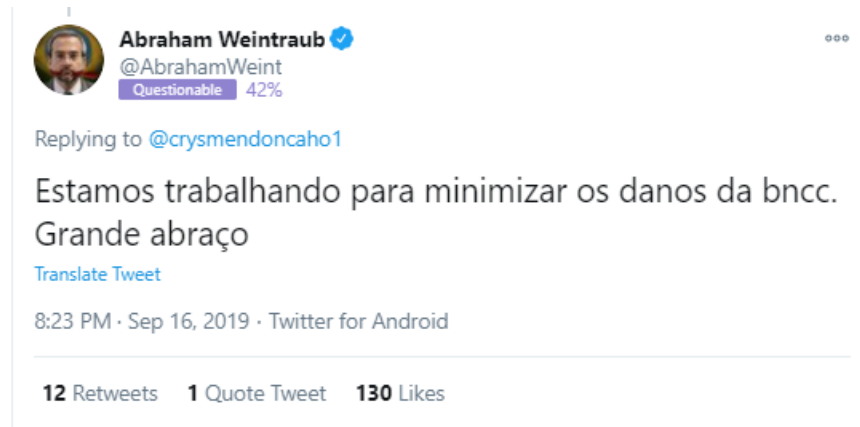
² Neste trabalho, utilizamos os termos *ideário* (conjunto de valores) e *horizonte valorativo* de modo intercalável, dando preferência ao último em contextos mais teóricos.

entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para elaboração de parecer e projeto de resolução. Diversas alterações foram realizadas em seu texto a pedido de setores ligados a bancos e entidades religiosas, sendo, algumas delas, a retirada de menções aos termos *identidade de gênero e sexualidade*, o que gerou críticas de diversos setores da sociedade, os quais consideraram isto como um retrocesso.

Em dezembro de 2017, foi publicada pelo CNE a resolução CNE/CP nº 2, orientando sua implementação. No dia 14 de dezembro de 2018, ocorreu a homologação da BNCC pelo ministro da Educação do governo de Michel Temer, Rossieli Soares, tendo a obrigatoriedade datada para o início de 2020. Em 2018, foi entregue uma terceira versão do documento ao CNE, elaborada pelo MEC, com as propostas para o Ensino Médio.

Apesar disso, o atual Governo Federal, tanto pela figura do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, quanto por meio de diversos membros de seu gabinete, demonstra opor-se aos valores promovidos em tais documentos. De fato, Abraham Weintraub, Ministro da Educação no período de abril de 2019 a junho de 2020³, declarou sua contrariedade ao documento cujo próprio ministério é responsável por implementar. Em postagem em sua conta da rede social *Twitter* – plataforma que vem sendo utilizada como canal de comunicação por membros do governo bolsonarista – datada de 16 de setembro de 2019, o então Ministro respondeu a perguntas de seguidores os quais se disseram preocupados com a implementação da BNCC. Weintraub defendeu que o governo estaria “trabalhando para minimizar os danos da bncc”, como esboça a figura a seguir:

³ Destacamos Abraham Weintraub, que desde junho de 2020 vive nos Estados Unidos, ocupando o cargo de diretor executivo do 15º Distrito do conselho administrativo do Banco Mundial, por indicação do Presidente Jair Bolsonaro. Sua saída do Brasil se deu imediatamente após abertura de inquérito em consequência de seus ataques ao Superior Tribunal Federal (STF), realizados durante a reunião ministerial divulgada em 2020, bem como envolvimento com a disseminação de notícias falsas e suposto crime de racismo pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Esta ação foi motivada por uma declaração de Weintraub em sua página na rede social *Twitter*, na qual o ministro insinuava que a China estaria se beneficiando da crise mundial causada pelo novo coronavírus. Em sua publicação, usou uma imagem de um personagem dos quadrinhos para zombar do que seria o sotaque de chineses ao falarem português. Tal fato, ao nosso ver, é indício de que os valores do ex-Ministro são contrários à diversidade e multiculturalidade, uma vez que menosprezam aspectos inerentes à pluralidade étnica e linguística.

Figura 1: Postagem de Abraham Weintraub sobre a BNCC

Fonte: Weintraub (2019)

Observando-se o caráter neoliberal, de educação bancária⁴ que o texto referente às propostas didáticas que a última (terceira) versão da BNCC apresenta – como iremos discutir ao longo desta dissertação –, podemos inferir que a contrariedade do governo em relação ao documento (os ditos “danos da BNCC”) recai sobre diferentes marcos legais da educação nacional apresentados em suas páginas introdutórias e que nortearam, inicialmente, a sua redação. A motivação deste trabalho surgiu, justamente, ao percebermos o aparente conflito entre o discurso do atual Governo Federal e os valores promovidos por diversos documentos relativos à educação brasileira, incluindo a BNCC, cuja observação obrigatória para a elaboração dos currículos das instituições públicas de ensino de todo o país teve início no ano de 2020.

Essa objeção aos valores preconizados pelo documento é preocupante pois, segundo o relatório mundial sobre índices de qualidade de vida, divulgado em dezembro de 2020 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil ocupa a oitava pior colocação em desigualdade de renda no mundo. Ainda, o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil*, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2019), “reitera o retrato de uma realidade extremamente perversa e preocupante do Brasil indígena no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro na Presidência do país”. Em um país marcado pela desigualdade social, conflitos que envolvem violência étnica e religiosa e destruição ambiental, entendemos como urgente o Governo Federal aderir a um ideário que promova o igualitarismo,

⁴ Modelo criticado pelo mundialmente conceituado educador Paulo Freire pois, em sua visão, formaria cidadãos acrílicos, submissos ao sistema de opressões em que vivem, desejosos de se tornarem os opressores. Freire propunha o que veio a se chamar *Educação Libertadora*, voltada para o estímulo ao pensamento crítico, em que o professor não seria o único detentor de um conhecimento a se depositar nos educandos.

que combata a intolerância e que estimule o pensamento crítico e a consciência ambiental, especialmente, por meio da Educação.

Assim, a fim de promovermos um breve levantamento acerca do “estado da arte” e estabelecermos um diálogo com outras pesquisas acerca da nossa temática, incluindo o referencial teórico que embasa a reflexão, buscamos pelos seguintes termos no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES): *Base Nacional Comum Curricular/BNCC*, *Bakhtin/teoria dialógica* e *Bolsonaro/bolsonarismo/bolsonarista*. Porém, não foram encontrados trabalhos que correspondessem simultaneamente a esses três eixos da nossa pesquisa. Não obstante, encontramos publicações que versam acerca do fato de o texto final da BNCC ser demasiadamente centrípeto e prescritivo quanto às suas propostas pedagógicas, não condizendo com as orientações iniciais apresentadas em suas páginas introdutórias, onde apresentam-se os marcos legais que embasaram sua construção.

Com efeito, destacamos a dissertação intitulada *A Implantação da BNCC no Contexto das Políticas Neoliberais*, defendida por Emerson Pereira Branco, em 2017, na Universidade Estadual do Paraná. O pesquisador constata que a implantação de um documento curricular nacional visa, na realidade, “[...] incorporar, além das políticas públicas nacionais, as influências de organismos internacionais na formulação das propostas educacionais para o Brasil.” Ainda, segundo o autor, “Essas influências conduzem para a pedagogia do “aprender a aprender”, a qual ressalta a formação para a vida social, produtividade e formação do próprio indivíduo que, na verdade, agregam valores e ideologias **neoliberais**, de interesse do capital.” (BRANCO, 2017, grifo nosso). Essa visão neoliberal observada em relação aos aspectos econômicos da sociedade substanciou nossa escolha pela macroárea *Economia* para o foco de uma das seções de análise, haja vista que tanto propostas pedagógicas da versão final da BNCC como o Ministro da Economia do atual Governo Federal são frequentemente qualificados dessa maneira.

Acerca de temáticas mais sociais, encontramos a dissertação intitulada *Escola pública sob disputa: moralidade e religião*, defendida por Sarah Laurindo Monteiro, em 2018, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a qual já vislumbrava os efeitos de uma presidência de Jair Bolsonaro no desenvolvimento da BNCC. Para a autora, “a sociedade [brasileira] está vivendo um processo de reforma moral e a escola pública é um dos seus principais palcos. Tal instituição é também o resultado de intensas disputas sociais”, o que faz com que “se dispute o significado do próprio conceito de laicidade e até, no limite, do de democracia no cotidiano das relações que se travam no ‘chão da escola’”. (MONTEIRO, 2018). Os embates axiológicos dessa visão ultraconservadora em relação aos marcos da BNCC estão

contemplados através da abordagem da macroárea *Multiculturalismo* nas seções de análise do nosso trabalho.

Apesar de tais problematizações nos auxiliarem no desenvolvimento desta pesquisa, atentamos para o fato de que, diferentemente das publicações encontradas, o foco desta dissertação está no embate axiológico entre os marcos legais que embasaram a elaboração inicial da BNCC e o discurso do atual Governo Federal.

Mais especificamente, esta dissertação de mestrado⁵, baseada nos pressupostos da teoria dialógica do discurso (BAKHTIN, 2010a, 2010b, 2016; VOLÓCHINOV, 2018, 2019; MEDVIÉDEV, 2012), tem como objetivo geral investigar o embate discursivo entre valores do atual Governo Federal e de documentos legais e educacionais, observando a relação de tensão axiológica evidenciada por declarações durante uma reunião ministerial ocorrida em abril de 2020. Como objetivo específico, visa analisar como os valores preconizados pelos diferentes documentos que embasam a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reverberam nos enunciados dos ministros na reunião ministerial, verificando de que modo práticas sócio-históricas intolerantes são refletidas e refratadas no/pelo discurso governista atual.

Nosso objetivos têm por motivação, também, o fato de que enunciados proferidos por integrantes do governo bolsonarista, que se comunicam frequentemente pelas redes sociais, costumam reverberar publicamente. Geralmente, esses sujeitos constroem projetos enunciativos que visam polemizar com valores humanitários ao estabelecer relações de tensão que os opõem valorativamente a temas como os Direitos Humanos Universais e sua contemplação pela esfera educativa, como na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Como podemos ver no enunciado a seguir, produzido em novembro de 2018, após a eleição e dois meses antes da posse de Jair Messias Bolsonaro para a presidência, a polêmica se materializa no estabelecimento de fortes divergências com ideais esperados em uma democracia pluralista:

⁵ Destacamos que o presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Figura 2: Postagem de Carlos Bolsonaro sobre Direitos Humanos



Fonte: Bolsonaro (2018)

Na imagem acima, podemos observar que, a fim de demonstrar seu desprezo pelos Direitos Humanos – cuja contemplação é recomendada por diversos marcos legais da educação nacional –, o Presidente (na imagem) e seu filho Carlos Bolsonaro, autor do tweet, lançam mão de signos ideológicos, tais como “esterco” e “vagabundagem”, cuja entonação expressiva qualifica seus opositores de forma agressivamente depreciativa.

Diante do conjunto de enunciados proferidos pelos integrantes do governo bolsonarista que entram em embate com os valores dos documentos legais e educacionais, fomos surpreendidos pela reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril de 2020, cujos participantes, membros do gabinete presidencial e o Presidente da República, elaboraram diferentes enunciados que extrapolam os esperados em uma reunião da equipe executiva federal. Considerando as especificidades dos enunciados da referida reunião, compomos o corpus analítico desta pesquisa em virtude dos seguintes fatores: a variedade de temas abordados nas discussões, o então desconhecimento dos sujeitos acerca da divulgação pública da gravação do encontro – o que propiciara um ambiente mais confortável, em que apenas os membros do governo eram tidos como interlocutores, conferindo mais legitimidade aos enunciados –, e a transcrição completa da reunião disponibilizada pelos órgãos responsáveis.

No que tange aos procedimentos metodológicos, seguimos as orientações propostas por Volóchinov (2018), que consideram a interdependência entre esfera de atividade, gênero do discurso e enunciado, e delimitamos para análise enunciados da equipe ministerial, considerando os seguintes critérios: a) evidente responsividade discursiva e relação temática

com os documentos relativos à educação nacional e b) relevância do sujeito enunciador, considerando-se o cargo que ocupa no Governo Federal e o impacto de suas declarações e decisões na sociedade. Desse modo, selecionamos declarações dos seguintes ministros do governo do Presidente Jair Bolsonaro: Ricardo Salles (Meio Ambiente), Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), Abraham Weintraub (Educação) e Paulo Guedes (Economia), e as organizamos conforme conexão entre suas temáticas centrais e macroáreas da BNCC: Meio Ambiente, Multiculturalismo e Economia.

Seguindo os pressupostos teórico-metodológicos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin, a análise considera os enunciados em sua constituição dialógica em uma complexa organicidade histórica e ideológica. Ademais, o aporte das vozes sociais em constante tensão nos permite observar como as mudanças sociais se materializam na palavra e nas valorações que as engendram.

A presente dissertação está organizada em três capítulos, seguidos das *Considerações finais*. No primeiro capítulo, discorremos acerca da teoria dialógica do discurso, que fundamenta teórica e metodologicamente esta pesquisa, apresentando os pressupostos, noções e conceitos basilares para esta dissertação, tais como esfera de atividade, gêneros do discurso e enunciado, bem como signo ideológico, entonação expressiva, reflexo e refração, vozes sociais e diálogo.

Em seguida, no capítulo dois, discorremos sobre dois eixos principais que, ligados ao contexto maior da pesquisa, respondem às esferas de atividades que se engendram nos enunciados analisados. No primeiro eixo, tratamos das bases da educação brasileira e dos ideários presentes em seus documentos normativos, explorando marcos da educação nacional, como artigos da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a BNCC e seus Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). No segundo eixo, traçamos um percurso da formação ideológica do país e sondamos o cenário sociopolítico contemporâneo, desvendando práticas históricas como patrimonialismo, corrupção e intolerância e valores presentes no ideário do governo bolsonarista.

Posteriormente, no terceiro capítulo, exploramos aspectos discursivos do gênero reunião ministerial, retomamos os procedimentos metodológicos desenvolvidos para a coleta, seleção e análise dos enunciados e realizamos as análises centrais desta pesquisa. A partir das análises, constatamos que o ideário do discurso do governo bolsonarista encontra-se atravessado ideologicamente por valores avessos aos dos documentos que devem orientar a educação no país, podendo resultar em um conflito contraprodutivo, o qual não anda na esteira das propostas legais, pedagógicas e metodológicas propostas na BNCC.

1 PRESSUPOSTOS DA TEORIA DIALÓGICA DO DISCURSO

Neste capítulo, apresentamos reflexões embasadas na teoria dialógica do discurso que fundamenta a presente pesquisa. O Círculo de Bakhtin é constituído por um conjunto de intelectuais de diferentes áreas (filosofia, música, biologia, literatura etc.) que se reuniam na Rússia entre 1919 e 1929 (FARACO, 2009). Desses intelectuais, três nos interessam – Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev – por terem construído um conjunto de reflexões teórico-metodológicas voltadas para uma perspectiva dialógica da linguagem, cuja unidade fez com que pesquisadores contemporâneos os reconhecessem como um Círculo de estudos, que vieram a chamar de Círculo de Bakhtin.

Do conjunto da obra dos pesquisadores do Círculo, baseamo-nos para a fundamentação teórica da presente pesquisa, dentre outras, nas seguintes publicações: *Estética da criação verbal* (BAKHTIN, 2010a), *Os gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2016), *A palavra na vida e a palavra na poesia* (VOLÓCHINOV, 2019), *Marxismo e filosofia da linguagem* (VOLÓCHINOV, 2009 e 2018) e *O método formal nos estudos literários* (MEDVIÉDEV, 2012), bem como textos de apoio produzidos por reconhecidos leitores da teoria.

Na primeira seção, tratamos dos conceitos de esfera de atividade, gêneros do discurso e enunciado, os quais formam uma tríade dialógica, essencial para a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos que embasam a reflexão. Após, explicamos o que a teoria dialógica do discurso compreende como signo ideológico em sua dimensão mais ampla, apontando aspectos verbais e extraverbais da comunicação discursiva. Por fim, apresentamos reflexões sobre a metodologia e os procedimentos de coleta, seleção e análise dos enunciados da presente investigação.

1.1 ESFERA DE ATIVIDADE, GÊNEROS DO DISCURSO E ENUNCIADO: UMA TRÍADE DIALÓGICA

Nesta seção, discorreremos sobre esfera de atividade, gêneros do discurso e enunciado, noções que reclamam uma compreensão da sua relação orgânica. De forma resumida, podemos dizer que os enunciados são organizados em gêneros discursivos, os quais são elaborados a partir de diferentes esferas de produção (BRAIT, 2010).

O conceito de esfera foi desenvolvido pelo Círculo a fim de explicar a natureza e as especificidades das produções literárias em diálogo com o formalismo russo e o marxismo. Barbosa e Di Fanti (2020, p. 191), ao discorrerem sobre a relação entre esfera de atividade

humana e gêneros do discurso, ressaltam a pertinência da compreensão da definição de esfera (ou campo) para o entendimento dos “conceitos-chave da abordagem dialógica, como o de *gêneros discursivos*, tendo em vista que, no universo social em que nos situamos, cada esfera tem seu modo próprio de refletir e refratar os fatos que acontecem ao nosso redor”. Desse modo dialogam com Bakhtin (2016, p. 18) que afirma que “em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo”. Também recuperam a reflexão de Volóchinov (2018, p. 94), segundo a qual “cada campo da criação ideológica possui seu próprio modo de se orientar na realidade, e a refrata a seu modo. Cada campo possui sua função específica na unidade da vida social”.

Tais reflexões orientam para o fato da relação indissociável entre esfera (campo), gênero e enunciado. De acordo com Grillo (2005, p. 176 apud BARBOSA; DI FANTI, 2020), a noção de esfera para o Círculo de Bakhtin (assim como a de campo para Pierre Bordieu) pode ser entendida “como um domínio sócio-discursivo, caracterizado por um modo próprio de organização do social e da linguagem, o que produz uma ordem específica de refração ou de tradução da base sócio-econômica comum e dos outros campos da atividade humana”. A partir dessa compreensão, Barbosa e Di Fanti (2020, p. 191) destacam que os “fenômenos da realidade são interpretados pelos sujeitos a partir das demandas que são próprias de cada uma das esferas sociais que lhes cercam, as quais têm suas especificidades, mas também mantêm relações de interação mais ou menos próximas”, marcando a íntima ligação com “os gêneros que são produzidos e circulam nessas esferas”.

No verbete “Esferas ou campos de atividade humana”, do *Glossário CEALE: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*, a pesquisadora Roxane Rojo (2014, s. p.) afirma que

As esferas ou campos de atividade humana ou de circulação dos discursos – já que toda atividade humana se entretetece de discursos – são a instância organizadora da produção, circulação, recepção dos textos/enunciados em gêneros de discurso específicos em nossa sociedade. Os gêneros discursivos integram as práticas sociais e são por elas gerados e formatados.

Desse modo, é importante analisar a relação entre os gêneros discursivos e as esferas de atividade humana, uma vez que, como Barbosa e Di Fanti (2020, 192) destacam, “é nas esferas que ocorre a produção dos enunciados verbais e não verbais materializados por meio dos gêneros”. Nesse sentido, como entende Bakhtin (2016, p. 12), há uma grande variedade de gêneros que correspondem à diversidade das atividades humanas ocorridas em dado campo (esfera). Esse campo elabora “todo um repertório de gêneros do discurso”, que se complexificam na medida em que a esfera também se desenvolve e se torna mais complexa.

Sob esse enfoque, faz-se necessário observar “o espaço social e socioideológico em que os gêneros se formam” (BARBOSA; DI FANTI, 2020, p. 193), já que, para Bakhtin (2016, p. 57), “todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera da comunicação discursiva”. Essa observação é importante para a nossa pesquisa especialmente por analisarmos nos enunciados proferidos na reunião ministerial o embate de valores entre diferentes esferas, o que, considerando a particularidade dos posicionamentos tomados, remete à possível subversão do gênero reunião ministerial.

Os gêneros do discurso, conforme Bakhtin (2010a), são tipos de enunciados com relativa estabilidade, constituídos por

[...] três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – [que] estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2010a, p. 261-262)

Nesta definição, fica claro o quanto o campo elabora os gêneros e o quanto os elementos temáticos, estilísticos e composicionais integram o todo do enunciado, marcando as especificidades do gênero e do campo de comunicação. Por conseguinte, ao se organizarem em estruturas com formas relativamente estáveis e traços em comum, os enunciados constituem gêneros discursivos. Segundo Faraco (2009), esse conceito de gênero refere-se tanto ao ato de gerar quanto ao produto dessa geração, estando, assim, em uma relação mútua de constituição.

Dos componentes supracitados dos gêneros (conteúdo temático, estilo, construção composicional), tratemos primeiramente do estilo. O estilo da linguagem se revela “pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” (BAKHTIN, 2016, p. 12) e “integra a unidade do gênero do enunciado como seu elemento (BAKHTIN, 2016, p. 18). A subjetividade existente em cada indivíduo, ainda que constituída socialmente, estabelece um estilo pessoal de uso da linguagem, o qual pode ser percebido por meio das variações linguísticas e da seleção lexical realizada individualmente pelo sujeito, mesmo que sempre na relação com o outro. Assim, “todo enunciado – oral e escrito, primário e secundário e em qualquer campo da comunicação discursiva – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual.” (BAKHTIN, 2010a, p. 265).

Essa constituição social do estilo individual pode ser entendida como a marca de ao menos dois sujeitos em um enunciado: “[...] o estilo são pelo menos dois homens, ou mais

exatamente, é o homem e seu grupo social na pessoa de seu representante ativo – o ouvinte, que é o participante permanente do discurso interno e externo do homem.” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 97). Por mais particular que seja o estilo de um sujeito ou de um gênero discursivo, suas peculiaridades advêm das interações discursivas.

Outro componente do gênero é o conteúdo temático, que, para Barbosa e Di Fanti (2020, p. 189), “instaura-se de modo singular na relação entre a composição e o estilo no todo do enunciado”. Nessa relação, Medviédev (2012, p. 196-197) entende o tema como uma unidade voltada para “o todo do enunciado”, um “ato sócio-histórico”. Volóchinov (2018), por sua vez, explica que o sentido da totalidade do enunciado é chamado de tema e, segundo o autor, este deve ser único, caso contrário não teremos nenhum fundamento para falar sobre determinado enunciado. O tema expressa a situação histórica concreta que gerou o enunciado, considerando-se o horizonte social e ideológico compartilhado pelos interlocutores no evento de comunicação.

Por fim, a construção composicional, conforme Di Fanti (2009, p. 67), pode ser entendida como a “organização das partes e do todo de um enunciado, representante de um dado gênero do discurso”. Por conseguinte, este conceito diz respeito aos aspectos estruturais que formam os enunciados que compõem cada gênero do discurso. Esses aspectos composicionais não são apenas aparato técnico do gênero; pelo contrário, notamos uma relação de interdependência semelhante à distinção complementar entre tema (sentido) e significação (aparato técnico). Isto é, não há gêneros sem a imbricada relação entre seus elementos constitutivos.

Se considerarmos esta dissertação do ponto de vista dos gêneros do discurso, percebemos que está elaborada por meio de enunciados verbais pertencentes ao campo científico de atividade humana, o qual requer um estilo (do próprio gênero e do enunciadador) de linguagem acadêmica, lançando mão de enunciados baseados em argumentos e conhecimentos (teorias) produzidos por autores das áreas em questão. Tais enunciados se diferem dos enunciados típicos de outros gêneros, como nos diálogos do cotidiano, os quais permitem opiniões pessoais e estilo informal, por exemplo. A unidade entre os enunciados deste texto, por sua vez, compõe o gênero dissertação de mestrado por meio das marcas estilísticas do próprio gênero e de seus autores, bem como as de seus interlocutores (presumidos ou não). Ademais, toda enunciação possui um projeto enunciativo que se realiza por um conteúdo temático a partir de uma apreciação de valor dada pelo locutor, e por um arranjo estrutural, como capítulos, seções e outros componentes que sistematizam a sua construção composicional.

No entanto, é preciso que tenhamos o cuidado de não abordar o conceito de gênero discursivo de forma reducionista, resumindo-se à investigação dos três elementos apontados por Bakhtin, uma vez que “O que se desconsidera [...] é que tanto os textos de forma geral, quanto o conceito de gênero produzido pelo pensamento bakhtiniano, são frutos de um contexto, de uma época” (BRAIT; PISTORI, 2012, p. 374). Tratar os elementos que compõem os gêneros discursivos como uma fórmula fechada resultaria na banalização do quadro teórico bakhtiniano, o que se aplica tanto para a pesquisa quanto para as atividades de ensino.

De acordo com Bakhtin (2016, p. 20), “os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem”. Portanto, os enunciados e seus gêneros revelam a relação orgânica entre a língua e a sociedade. Essa relação, para Barbosa e Di Fanti (2020), indica a dinamicidade e heterogeneidade dos gêneros, que atendem às necessidades dos sujeitos em suas variadas interações sociais.

O enunciado, segundo Bakhtin (2016), é a unidade mínima da comunicação discursiva e, ao mesmo tempo, um elo na cadeia de interações, o que significa dizer que todo enunciado está ligado a enunciados precedentes e a enunciados futuros. Essa cadeia revela a constituição dialógica do enunciado, já que responde ao já dito e antecipa possíveis respostas, provocando atos responsivos. Nessa engrenagem, cada enunciado tem vida, é de responsabilidade de um sujeito do discurso que, na relação com o outro, materializa um projeto do dizer (projeto enunciativo) em um gênero próprio de uma dada esfera de comunicação.

Portanto, enunciados devem ser interpretados de forma condizente com o campo de criatividade ideológica no qual seu gênero surge. Tendo como exemplo esta dissertação, os enunciados analisados provêm de uma reunião ministerial de ordem política, que trava diálogo, dentre outros tópicos, com os documentos oficiais e marcos legais, que inter-relacionam o educacional e o político. Consideramos, desse modo, os enunciados a partir das imbricações históricas, políticas, educacionais e midiáticas, aspectos do mundo ideológico que perpassam o corpus de análise. Para tal, é preciso partirmos do escrutínio do solo social constitutivo das manifestações discursivas sob interpretação.

De acordo com Barbosa e Di Fanti (2020, p. 188), “o modo como lidamos com a compreensão dos enunciados materializados nos inúmeros e variados gêneros discursivos convoca-nos a reflexões de maior abrangência da linguagem do que se considerássemos apenas e estritamente as questões linguísticas [do sistema] em sua constituição”. Para a perspectiva bakhtiniana, a língua é viva, ou seja, é considerada como enunciado, já que sempre resulta das interações humanas. Em sua constituição dialógica, o enunciado instaura-se, conforme Medviédev (2012, p. 185), a partir de “sua atmosfera axiológica e sua orientação no meio

ideológico”, o que implica afirmar que a valoração impressa na palavra a torna enunciado, refletindo, por um lado, “sua singularidade histórica, diferente da entonação sintática que é mais estável”, e, por outro, o embate discursivo de valores, que reverberam no discurso.

Passemos à próxima seção, em que contemplamos a noção de signo ideológico e, em sentido mais amplo, as imbricações desse conceito nos fundamentos da teoria dialógica do discurso.

1.2 O SIGNO IDEOLÓGICO NA ARENA DE EMBATES DISCURSIVOS

Nesta seção, abordamos outros conceitos centrais dos quais lançamos mão para a realização das análises posteriores. Assim, considerando signo ideológico como elemento fulcral desta pesquisa, discorreremos acerca de componentes teóricos atrelados a ele, como entonação expressiva, reflexo e refração, tema e significação e vozes sociais.

Tratemos, inicialmente, da noção de signo ideológico, que diferencia a abordagem do Círculo de outras tendências linguísticas da época. Em tom de crítica a modelos amplamente difundidos em seu tempo, o Círculo propõe uma síntese dialética por meio da qual visa conceber a linguagem a partir de sua gênese social. Volóchinov (2009), entendendo a linguagem como produto/processo da interação verbal entre os sujeitos ideológicos, concebida em condições de produção específicas, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (MFL), considera o método sociológico o mais adequado para analisá-la.

As condições históricas materializadas nas relações entre os sujeitos são o cerne para toda e qualquer análise fundamentada nesse método. Com isso, o Círculo estabelece divergências em relação às duas principais correntes filosóficas do pensamento linguístico de seu tempo, sendo elas: o objetivismo abstrato, no qual se fundamenta o estruturalismo, e o subjetivismo idealista.⁶

A primeira tendência [o subjetivismo idealista] interessa-se pelo ato de fala, de criação individual, como fundamento da língua (no sentido de toda atividade de linguagem sem exceção). O psiquismo individual constitui a fonte da língua. As leis da criação linguística – sendo a língua uma atividade ininterrupta, uma criação contínua – são as leis da psicologia individual, e são elas que devem ser estudadas pelo linguista e pelo filósofo da linguagem. (VOLÓCHINOV 2009, p. 74)

⁶ Em nota, o autor destaca a dificuldade de uma nomenclatura adequada, visto que essa denominação não recobre todo o conteúdo e a complexidade das duas orientações (VOLÓCHINOV, 2009, p. 74).

A compreensão de que a linguagem é uma atividade humana e não um sistema fechado aproximaria o subjetivismo idealista da teoria dialógica do discurso. No entanto, ao considerar o psiquismo individual a fonte da língua, essa corrente opõe-se à perspectiva dialógica do Círculo, pois a teoria bakhtiniana não concebe o processo de enunciação como um sequenciamento de atos de criações individuais.

Os métodos que ignoram a essência social da arte, tentando encontrar a natureza e a suas particularidades apenas na organização da obra como objeto, são na verdade obrigados a *projetar* a inter-relação social entre o criador e o contemplador nos diferentes aspectos do material e dos procedimentos da sua organização. Do mesmo modo, a estética psicológica projeta essas mesmas relações no psiquismo individual daquele que a recebe. Essa projeção distorce a pureza das inter-relações e cria uma imagem falsa tanto do material quanto do psiquismo. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 116)

Ademais, o Círculo destaca o caráter ativo e alteritário de todos os sujeitos que participam das interações verbais. Locutor e interlocutor são responsáveis interindividualmente pela concretização do discurso, bem como o contexto ideológico e os elementos históricos que os possibilitam. Essa materialização discursiva ganha forma de enunciados⁷ concretos postos em diálogo (interação de pelo menos duas enunciações) em determinada circunstância. Ainda, o caráter da situação extraverbal é visto como constitutivo em relação ao signo, sempre ideológico, pois ela “não é em absoluto uma simples causa externa do enunciado, ou seja, ela não age sobre ele a partir do exterior, como uma força mecânica.” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 120). Um enunciado verbal só é produzido e só faz sentido em decorrência do subentendido, do não-dito que o integra. Ou seja, os aspectos extraverbais não são acessórios, mas fundamentais para a produção e compreensão dos enunciados verbais.

Com isso, na perspectiva bakhtiniana, nossa consciência é transpassada ideologicamente pelos contextos de uso de cada signo, os quais os preenchem semanticamente. Os sentidos não são construídos literalmente, a partir de definições pré-estabelecidas ou dicionarizadas, ainda que dicionários nos apresentem um conjunto de possibilidades, potencialidades de significações. Segundo Volóchinov (2009), linguagem é atividade concreta e não uma abstração, pois

[...] na prática viva da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de

⁷ O Círculo utiliza o termo russo *viskázivanie*, o qual pode ser traduzido tanto como enunciado ou enunciação. Ademais, não há diferenciação para a teoria entre processo (enunciação) e produto (enunciado) (BEZERRA, 2010, p. 261).

cada forma particular. Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das mais diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática linguística (VOLÓCHINOV, 2009, p. 98).

Portanto, a linguagem surge e significa a partir e para o seu contexto material e ideológico de uso. Contudo, precisamos nos atentar para o fato de que o conceito de ideologia para o Círculo se difere do sentido marxista, o qual a define como uma falsa consciência ou deturpação da realidade produzida pela classe dominante a fim de conservar os sistemas socioeconômicos que os privilegiam (MARX, 2007). Para o Círculo, há uma distinção entre a ideologia do cotidiano e os sistemas ou esferas ideológicas constituídas. Segundo Brait (2010a, p. 144), “A ideologia do cotidiano está ligada à palavra interior e acompanha todos os gestos e atos da consciência humana. Ela é o ponto de partida para a constituição das esferas ideológicas, mas também sofre delas a influência.” Nesse permanente processo de retroalimentação entre a base e a superestrutura, a primeira atualiza ideologicamente a última sob influência das próprias esferas constituídas. Ao descrever a ideologia do cotidiano, Volóchinov ressalta sua relevância:

Convenhamos chamar todo o conjunto das vivências – que refratam e refletem a existência social – e das expressões exteriores ligadas diretamente a elas de *ideologia do cotidiano*. A ideologia do cotidiano atribui sentido a cada um dos nossos atos, ações e estados “conscientes”. Do oceano inconstante e mutável da ideologia do cotidiano surgem gradativamente numerosas ilhas e continentes de sistemas ideológicos: de ciência, arte, filosofia, opiniões políticas. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 260)

Dessa forma, não há ideologia constituída, da superestrutura, das classes dominantes, sem a ideologia do cotidiano, inconstante, da base econômica. Para pensar no vínculo entre linguagem e ideologia, o qual sujeita os enunciados concretos às condições sociais em que a interação discursiva ocorre, observemos o que diz Medviédev em *O Método Formal*:

O homem social está rodeado de fenômenos ideológicos, de “objetos-signo” dos mais diversos tipos e categorias; de palavras realizadas nas suas mais diversas formas, pronunciadas, escritas e outras; de afirmações científicas; de símbolos e crenças religiosas; de obras de arte, e assim por diante. Tudo isso em seu conjunto constitui o meio ideológico que envolve o homem por todos os lados em um círculo denso. Precisamente nesse meio vive e se desenvolve a sua consciência. A consciência humana não toca a existência diretamente, mas através do mundo ideológico que a rodeia. (MEDVIÉDEV, 2012, p. 56)

Consequentemente, as palavras, “signos ideológicos por excelência”, somente adquirem sentido no uso dado a elas pelos sujeitos na eventividade de cada enunciação. Essa relação entre palavra e vida é abordada por Volóchinov ao nos alertar que

Obviamente, a palavra na vida não é autossuficiente: ela surge da situação cotidiana extraverbal e mantém uma relação muito estreita com ela. Mais do que isso, a palavra é completada diretamente pela própria vida e não pode ser separada dela sem que seu sentido seja perdido. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 117)

Assim, ao constituir-se com o extraverbal, cada palavra enunciada carrega avaliações ideológicas, posicionamentos axiológicos, fundindo-se com o acontecimento cotidiano em uma unidade indivisível. Por conseguinte, o “enunciado se apoia no fato de eles [os participantes da situação] pertencerem real e materialmente à mesma parcela da existência, o que atribui a essa comunidade material uma expressão ideológica bem como um desenvolvimento ideológico posterior.” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 119-120). Os signos, anteriormente vistos como estritamente linguísticos, recebem, nessa perspectiva, uma dimensão essencialmente ideológica, atrelada à vida, à cultura, aos valores e práticas de seu contexto de enunciação, bem como aos interlocutores.

Ademais, nenhuma avaliação poderia ser atribuída a uma palavra abordada de modo isolado do contexto de produção ou dos sujeitos discursivos. Ainda, pelo fato de a palavra na vida não ser “autossuficiente”, mas por representar orientações apreciativas dos sujeitos em face à existência, é pela entonação expressiva que “a palavra entra em contato direto com a vida” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 123). Esse “entrar em contato” com a vida indica como os pontos de vista a respeito da existência constroem sentidos no enunciado pela expressividade de apreciações valorativas.

De acordo com Volóchinov (2019), não podemos entender algo como *belo*, *ruim*, *verdadeiro*, sem construirmos esses sentidos a partir de nossas próprias avaliações ideológicas, nem sem as relacionarmos com as apreciações dos nossos interlocutores e avaliações sociais existentes. Ou seja, o sujeito aprecia o mundo ancorado no “nós” que, com ele, compartilha as valorações a respeito do objeto. Portanto, podemos falar que a entonação expressiva estrutura ideologicamente um ponto de vista singular do sujeito. “A entonação criativamente produtiva, segura e rica é possível apenas com base em um ‘coro de apoio’ pressuposto” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 124).

Ainda, ao produzirmos um enunciado, o já dito atualiza-se através do dito, interagindo com as novas possibilidades semânticas da situação de uso atual. Estes processos de reflexo e refração ocorrem simultaneamente em resposta interpretativa ativa a cada enunciado, edificando, assim, seu sentido a partir do reiterável (os sentidos e estruturas que se refletem nos signos) e as novas interpretações (refrações avaliativas dos interlocutores) surgidas a partir de

valores intersubjetivos, nas relações axiológicas (entre as diferentes avaliações). Como lemos em Volóchinov (2018), o reflexo e a refração são explicados pela própria natureza do signo ideológico: “O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 93). Isso implica pensar que a palavra, mesmo sendo contingenciada socio-historicamente pelas avaliações de uma dada comunidade da qual o falante faz parte, é um espaço para a criação de sentidos únicos, refletidos, refratados e refratantes da posição que o falante assume em face àquilo de que fala.

Desse modo, por constituir-se como uma “concepção de mundo e um modo de ter atitudes ativas, responsivas em cada esfera de atividade humana [...] a língua alterna-se em movimentos dialógicos que indissocia forças centrípetas e centrífugas na enunciação do sujeito” (DI FANTI, 2003, p. 103). Conforme a autora, essas forças são “interdependentes, não-dicotômicas”, estando, portanto, simultaneamente presentes em todo discurso promovendo tensões ideológicas e semânticas. Ao passo que as forças centrípetas, centralizadoras, visam a uma homogeneização, as forças centrífugas empenham-se em pluralizar os sentidos, concepções de mundo e acentuações de valor em cada enunciado.

Atravessado pelo embate de tais forças, o discurso, por sua vez, só é compreensível a partir de enunciados concretizados pela interação da linguagem em sua eventividade criativa. Dessa forma, sempre consideramos elementos mais estáveis em relação com aspectos mais dinâmicos, pois

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados [...] proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. (BAKHTIN, 2010a, p. 261)

Por mais que a língua portuguesa tome formas bastante distintas a depender do campo da atividade em que é empregada, há uma certa unidade que nos faz compreendê-la sempre como parte do mesmo idioma. Enunciados adequados a uma conversa nas redes sociais costumam ser diferentes dos que encontramos em um trabalho acadêmico, já que são interações diferentes, projetos enunciativos diferentes e gêneros e esferas diferentes. É entre as partes comuns e repetíveis do enunciado e seus elementos sempre novos que os sentidos se constroem; enfocam-se, assim, a significação (repetível) e o tema (irrepetível) do enunciado em sua relativa estabilidade como gênero.

Apesar de se distanciar do estruturalismo, a teoria bakhtiniana não desconsidera os aspectos formais da linguagem, vistos como essenciais para análises discursivas verbais. Mas é a partir das relações dialógicas, entre enunciados de sujeitos discursivos, que se constrói esse tecido linguístico, coexistindo formas reiteráveis, sistêmicas, e a renovação de sentidos a cada situação de uso da língua (VOLÓCHINOV, 2009). Os aspectos extraverbais são constitutivos do sentido dos enunciados, pois é apenas a partir deles que os discursos são produzidos. A constante enunciação resulta em uma relativa estabilidade formal a qual possibilita a comunicação entre os sujeitos que compartilham de uma mesma língua e de um horizonte social com elementos em comum. Dessa forma, a relação entre o verbal e o extraverbal recebe contornos distintos a depender, inclusive, das posições dos sujeitos na hierarquia social, fator marcante em sociedades onde se ressalta a desigualdade.

Em MFL, há um capítulo dedicado à discussão da distinção complementar entre *tema* e *significação* na língua. Falamos em “distinção complementar” porque, no enunciado verbal, o tema se ancora na significação para construir sentidos e vice-versa. O tema é definido relativamente à totalidade semântica do enunciado, sendo “tão concreto quanto o momento histórico ao qual ele pertence” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 228). Tendo concretude histórica e marca autoral, é irrepitível e único, embora compartilhado. Lemos: “O tema é *um complexo sistema dinâmico de signos que tenta se adequar ao momento concreto da formação* [do enunciado]. O tema é *uma reação da consciência em constituição à formação da existência*. A significação é *um artefato técnico de realização do tema*” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 229, grifos do autor). Esse aparato técnico da significação não é parte menor do sentido, mas meio de objetivar o próprio diálogo que o tema representa, dado que “o tema deve apoiar-se em alguma significação estável, caso contrário ele perderá a sua conexão com aquilo que veio antes e que veio depois, ou seja, perderá totalmente o seu sentido” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 229).

Os apontamentos acima destacados indicam ao analista o estatuto da forma e do sentido no diálogo inconcluso da comunicação verbal. Num enunciado, as materialidades verbal e não verbal que o constituem é a ponte entre *o quê, quando, onde, de que forma, para quem e por que* algo geralmente é dito e a atitude valorativa, singular e irrepitível do enunciador no momento de enunciação. Essa atitude, em diálogo com outras vozes, faz o tema irromper na história como produto-processo dialógico. Não há tema fora do diálogo, assim como ele não existe sem as formas composicionais que o manifestam.

É importante esclarecermos que o entendimento de diálogo trazido em MFL se dá em um sentido amplo, no qual não há a necessidade de concordância avaliativa entre os interlocutores e, nem mesmo, um direcionamento explícito, evidente, entre os discursos.

[...] o diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (VOLÓCHINOV, 2009, p. 127).

O diálogo é uma realidade em constante (trans)formação, dada a sua inconclusibilidade e inexauribilidade de sentidos possíveis. Cada enunciado, por sua vez, sempre se origina em resposta a outro anterior ao mesmo tempo que projeta (presume e incita) um enunciado posterior, como elos em uma corrente discursiva. Portanto, vivemos “em um mundo de palavras do outro”, e nossas vidas são uma “reação às palavras de outro (uma reação infinitamente diversificada), a começar pela assimilação delas (no processo de domínio inicial do discurso) e terminando na assimilação das riquezas da cultura humana (expressas em palavras ou em outros materiais semióticos).” (BAKHTIN, 2010a, p. 379). Tudo que enunciamos só é possível pois fomos condicionados a enunciados de outros sujeitos, e somente enunciamos algo considerando enunciados futuros em resposta aos nossos. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa (BAKHTIN, 2010a, p. 88). Essa orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo.

Nosso discurso é permeado por vozes de outros discursos, de outros sujeitos, os quais só existem através de campos ideológicos, culturais e históricos. Dessa forma, um diálogo é uma relação de tensão axiológica materializada nos enunciados organizados em gêneros discursivos, os quais são elaborados em diferentes esferas de produção. As interações ocorridas em um dado momento e em um dado lugar influenciam-se reciprocamente em um ambiente determinado e constituído socioculturalmente. Ainda, a relação com o outro é alteritária, constitutiva, pois o outro está na construção dos sentidos do nosso próprio enunciado.

Em cada momento concreto de sua formação, a língua é estratificada em camadas não só de dialetos no exato sentido do termo, mas também – o que é essencial para nós – em linguagens socioideológicas: linguagens de grupos sociais, profissionais, de gêneros, linguagens de gerações etc. [...] A estratificação e o heterodiscurso se ampliam e se aprofundam enquanto a língua está viva e em desenvolvimento; ao lado de forças centrípetas segue o trabalho incessante das forças centrífugas da língua. (BAKHTIN, 2015, p. 41)

O falante expressa não apenas a sua voz com seu projeto enunciativo, mas também as vozes de dizeres de outros sujeitos, que possuem diferentes valores, pois “Todo discurso [...] é tecido heterogeneamente por uma diversidade de vozes (posições sociais, pontos de vista) mais

ou menos aparentes [...]” (DI FANTI, 2009, p. 84). Dessa forma, todo discurso é um heterodiscurso dialogizado. Em outras palavras, um enunciado traz em si, sob o ponto de vista do falante, as várias vozes sociais que perpassam seu objeto de discurso; em relação a essas vozes, o enunciado materializa a postura responsiva do falante às vozes que se chocam em seu objeto. Por isso, no diálogo interior do qual o enunciado se forma e se instaura, observamos a manifestação concreta da vida, das relações sociais, da alteridade na formação de sentidos.

Dispondo da compreensão dos conceitos teóricos-analíticos apresentados até aqui, passamos à apropriação dos pressupostos metodológicos propostos pelo Círculo. Na seção subsequente, apresentamos também os procedimentos de coleta, seleção e análise do *corpus* de pesquisa.

1.3 UM OLHAR BAKHTINIANO PARA O CAMINHO METODOLÓGICO

“É preciso sair da ilha para ver a ilha.” - José Saramago, O conto da ilha desconhecida (2018)

Na seção final deste capítulo, promovemos reflexões pertinentes aos pressupostos metodológicos bakhtinianos que embasam esta pesquisa de cunho qualitativo e descrevemos os procedimentos de coleta, seleção e análise dos enunciados que compõem nosso corpus de análise. Como lemos em MFL, o método sociológico contempla o “enunciado como um todo”, e não o signo isoladamente - corte metodológico preferencial do estruturalismo/formalismo (VOLÓCHINOV, 2018, p. 195). Isso mostra que, para o método sociológico, a linguagem não é um aparato técnico, instrumental. Caso a linguagem fosse puramente técnica, desprovida de valorações e sem um direcionamento a outros enunciados, tratar-se-ia apenas de potencialidades, como palavras em um dicionário que podem adquirir sentidos diversos apenas quando utilizadas.

A percepção de que os enunciados nunca estão isolados e sempre respondem a outros se faz produtiva para que analisemos as relações axiológicas entre os valores que permeiam os enunciados a serem confrontados, pois os veremos sempre em relação dialógica, de tensão com vozes internas (contradições inerentes ao próprio discurso), vozes de discursos alheios, bem como atravessadas ideologicamente pelos efeitos da orientação para o mundo em que se inserem.

Dada essa vinculação dos signos ao seu contexto de criação, atrelado às condições sociais de cada situação de comunicação, não é possível os dissociarmos da realidade material em que surgem. Dessa forma, os signos estão sempre permeados ideologicamente, originando-

se no processo de interação entre sujeitos igualmente ideológicos (VOLÓCHINOV, 2018). Essa compreensão reforça a necessidade de estudarmos os signos para além dos aspectos linguísticos, os concebendo imbricados a elementos culturais e históricos que os elaboram em um cronotopo, tempo e espaço próprios, configurados por sujeitos que estabelecem relações sociais e discursivas.

Assim, essa relação dialógica estabelecida entre os sujeitos discursivos se dá sempre impregnada de tensionamentos, sejam de aderência, apreciação, objeção, ou qualquer outro efeito produzido em cada entrechoque de vozes. O horizonte valorativo de cada indivíduo interage com o de seus interlocutores e somente assim, em diálogo, os sentidos podem ser produzidos e compreendidos.

Portanto, por mais que todos os sujeitos de um diálogo apreciem o tema de um enunciado da mesma maneira, esta avaliação jamais coincidirá completamente, pois não podemos assumir inteiramente a posição de um outro sujeito ideológico. Uma atitude empática, de aproximação com o ponto de vista alheio é importante para nos deslocarmos do nosso, a fim de compreendermos sua perspectiva. Contudo, para darmos o acabamento discursivo possível, Bakhtin (2010b), em *Para uma filosofia do ato*, reforça a importância da exotopia: o afastamento posterior ao processo de empatia. O conceito de exotopia pode ser observado no trecho a seguir:

O lugar único, no Ser, do sujeito estético (do autor, do contemplador), o ponto do qual surge ou flui sua atividade estética (seu amor objetivo de um ser humano concreto) [o qual] têm apenas uma determinação: estar situado do lado de fora de todos os momentos da unidade arquitetônica da visão estética. E é isso que, pela primeira vez, cria a possibilidade de o sujeito estético abranger a arquitetônica espacial e temporal inteira através da ação de uma auto-atividade afirmadora e fundadora e valorativamente unitária. A empatia estética (a visão de um herói ou de um objeto de dentro deles) realiza-se ativamente deste lugar único exotópico e é nesse mesmo lugar que a recepção estética se realiza, isto é, a afirmação e a formação do material absorvido através da empatia – dentro dos limites da arquitetônica unitária da visão. A exotopia do sujeito (exotopia espacial, temporal e valorativa) – o fato de que o objeto da empatia e visão *não* sou eu – torna possível pela primeira vez a atividade estética da formação. (BAKHTIN, 2010b, p. 84)

Deste movimento dialético entre a posição empática e exotópica resulta uma síntese a qual nos permite atribuir um relativo acabamento discursivo ao nosso objeto/sujeito de contemplação. Exemplifiquemos. Ao produzirmos este trabalho, estabelecemos um diálogo com o Círculo de Bakhtin. Respondemos ativamente a sua produção discursiva e, lançando mão de aspectos constitutivos do gênero discursivo “dissertação de mestrado”, englobado pela esfera científica, atualizamos os sentidos e tomamos uma posição valorativa a cada enunciado. Esta

resposta se dá por meio de reflexos e refrações do discurso presente na obra bakhtiniana e abordada nesta nova situação.

A vida [...] não afeta um enunciado de fora; ela penetra e exerce influência num enunciado de dentro, enquanto unidade e comunhão da existência que circunda os falantes e unidade e comunhão de julgamentos de valor essencialmente sociais, nascendo deste todo sem o qual nenhum enunciado inteligível é possível. A enunciação está na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado; ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa linguisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único. Finalmente, o enunciado reflete a interação social do falante, do ouvinte e do herói como o produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles. (VOLOSHINOV/BAKHTIN apud MARCHEZAN, 2010, p. 115)

Os diálogos sociais reiteram marcas sócio-históricas, as quais os caracterizam conforme uma determinada cultura e sociedade. Porém, jamais se repetem e nem são totalmente inéditos, uma vez que cada enunciado é um elo na comunicação discursiva (BAKHTIN, 2017).

Evidentemente, por embasarmos-nos na teoria dialógica do discurso, consideraremos os procedimentos metodológicos postulados pelos integrantes do Círculo. Assim, para as análises, consideramos a noção de linguagem e diálogo, bem como outros conceitos da teoria dialógica do discurso, apresentada nas seções anteriores. Consideramos os postulados metodológicos encontrados em Volóchinov (2018, p. 110), os quais sugerem que compreendamos, primeiramente, as motivações extraverbais que resultam nas seguintes exigências metodológicas fundamentais:

1. Não se pode isolar a ideologia da realidade material do signo (ao inseri-la na “consciência” ou em outros campos instáveis e imprecisos);
2. Não se pode isolar o signo das formas concretas da comunicação social (pois o signo e uma parte da comunicação social organizada e não existe, como tal, fora dela, pois se tornaria um simples objeto físico);
3. Não se pode isolar a comunicação e suas formas da base material.

Esta perspectiva estabelece que os discursos devem ser considerados a partir da situação de produção e do horizonte social em que estão inscritos. As nossas análises seguem também as orientações de Volóchinov (2018, p. 220), quanto à relação de indissociabilidade entre um enunciado, o gênero do discurso e a esfera de comunicação em que se insere, de modo a observar a complexa construção dialógica evitando prejuízos de sentido. Diante disso, Volóchinov propõe que observemos os seguintes pontos ao desenvolvermos uma ordem metodológica:

1. [...] formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas;
2. [...] formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica;
3. [...] revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual.

Observemos que uma revisão mais precisamente linguística é proposta como etapa final, posterior às considerações sobre os aspectos extra e não verbais do discurso, reforçando o cunho sociológico da abordagem linguística bakhtiniana. Com isso, transpondo a metodologia proposta por Volóchinov para a presente análise, nossos procedimentos metodológicos seguirão a seguinte ordem: a) Contextualizar a reunião ministerial, corpus de análise deste trabalho, contemplando aspectos extraverbais e não verbais; b) Considerar e analisar o gênero discursivo reunião, descrevendo, sumariamente, características de estilo, conteúdo e forma composicional, bem como as coerções do gênero e c) Analisar os enunciados selecionados, observando como os signos ideológicos neles se entrecrocaram com as diretrizes da BNCC e dos marcos legais da educação nacional.

Como vimos na seção anterior, onde discorremos acerca da relação entre tema e significação, enunciados linguisticamente idênticos podem refratar diferentes efeitos de sentido a depender do gênero discursivo no qual são produzidos. Assim sendo, podemos afirmar que nos comunicamos por meio de gêneros do discurso, que, por sua vez, devem ser considerados de acordo com o campo/esfera de comunicação discursiva a partir da qual foram realizados. Isto posto, consideramos que, a priori, nos enunciados enfocados nas análises, se entrecruzam, dentre outros, aspectos de caráter político e legal/educacional, apesar de muitos dos dizeres governistas estarem em desacordo tanto com o que se espera de enunciados dessa esfera e dos gêneros em questão. Mais especificamente, os gêneros que os enunciados sob análise respondem poderiam ser reconhecidos como documentos legais – em relação à BNCC, aos marcos legais e TCTs – e debate político, em relação aos dizeres dos ministros na reunião ministerial, ainda que se perceba enunciados que extrapolam o esperado numa reunião de trabalho do executivo federal.

Considerando as esferas de atividade que se engendram nos enunciados analisados, é importante ressaltar que foram realizadas pesquisas teóricas sobre a BNCC a fim de investigarmos os posicionamentos de especialistas em educação acerca de seu texto. Através da leitura de trabalhos acadêmicos encontrados através do portal de periódico Capes, observamos duras críticas em relação às propostas pedagógicas apresentadas na versão final do documento. Em relação às orientações didáticas para o ensino de língua portuguesa, as críticas

negativas apontaram para o desvirtuamento dos fundamentos apresentados nas primeiras páginas do documento, as quais abordam os marcos legais e pressupostos pedagógicos que fundamentariam a construção de toda a BNCC. No entanto, encontramos também os TCTs, apresentados como material de apoio para a observação da BNCC na construção dos currículos e sequências didáticas escolares. Optamos, portanto, por trabalharmos com os marcos legais apresentados como aporte jurídico e pedagógico para a elaboração da BNCC, presentes nas páginas introdutórias do documento bem como no material de apoio para sua implementação, a fim de os contrapormos aos valores investigados no discurso do Governo Federal.

Em relação ao governo, há uma gama de enunciados relacionados tematicamente aos TCTs, desde postagens no *Twitter*, entrevistas, declarações a jornalistas e até a reunião ministerial, ocorrida em abril de 2020, divulgada de acordo com exigência do STF, que obteve forte projeção midiática, devido a algumas declarações polêmicas feitas durante a reunião (TURTELLI, 2020). Todavia, a fim de obtermos um recorte do nosso objeto de análise para que pudéssemos atender ao objetivo geral da pesquisa, de investigar o embate discursivo entre valores do atual Governo Federal e de documentos legais e educacionais, delimitamos os enunciados a analisarmos considerando os seguintes critérios: a) evidente responsividade discursiva (ou relação temática) ao que preconiza a BNCC, especialmente em seus TCTs e b) relevância do sujeito enunciatador, considerando-se o cargo que ocupa no Governo Federal e o impacto de suas declarações e decisões na sociedade. Acrescentamos também a esses critérios a variedade de elementos verbais e extra verbais que permitiriam análises mais produtivas de acordo com a teoria dialógica do discurso.

Dessa forma, optamos por analisar as falas dos ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente), Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), Abraham Weintraub (Educação) e Paulo Guedes (Economia) durante a reunião ministerial de abril, seguindo a transcrição do laudo oficial fornecido pelo Instituto Nacional de Criminalística (DITEC). Diferentes dizeres dos ministros foram agrupados conforme as temáticas que emergiram ao longo do encontro - Meio Ambiente, Multiculturalismo e Economia - a fim de propiciar as análises partindo de seus posicionamentos em relação aos assuntos, evidenciando, assim, a composição de seus ideários. Em relação ao enfoque maior sobre os TCTs, entendemos que estes sejam de suma importância para um fazer pedagógico relevante, pois possibilitam a conexão temática dos conteúdos a serem abordados na escola com a realidade em que os alunos estão circunscritos.

Todos os membros do gabinete presidencial foram convocados para participar do encontro e não possuíam ciência de que a reunião seria divulgada posteriormente em rede

nacional, ainda que soubessem que estava sendo filmada para fins de registro. Além disso, os integrantes da reunião tinham como interlocutores apenas os demais membros do gabinete. Acreditamos que, dessa forma, os dados conferem mais autenticidade por parte dos enunciadores em relação aos seus dizeres. O fato de a transcrição completa, realizada por técnicos da Polícia Federal, ser divulgada livremente também favoreceu a escolha desse recorte como objeto de análise.

Com isso, apresentamos, a seguir, os quatro enunciados selecionados para a investigação produzidos por ministros do governo de Jair Bolsonaro em abril de 2020, respectivamente: Ricardo Salles (Meio Ambiente), Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), Abraham Weintraub (Educação) e Paulo Guedes (Economia).

Quadro 1: Enunciados selecionados para análise

| |
|---|
| Ricardo Salles - Meio Ambiente |
| [...] no slide da, das questões transversais tá o Meio Ambiente, mas eu acho que o que eu vou dizer aqui sobre o meio ambiente se aplica a diversas outras matérias. Nós temos a possibilidade nesse momento que a atenção da imprensa tá voltada exclusiva ... quase que exclusivamente pro COVID, e daqui a pouco para a Amazônia, o General Mourão tem feito aí os trabalhos preparatórios para que a gente possa entrar nesse assunto da Amazônia um pouco mais calçado, mas não é isso que eu quero falar. A oportunidade que nós temos, que a imprensa não tá ... tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas [...]. Então, pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam ... é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos. [...] Não precisamos de congresso. Porque coisa que precisa de congresso também, nesse, nesse fuzuê que está aí, nós não vamos conseguir apo ... após... é ... aprovar. Agora tem um monte de coisa que é só, parecer, caneta, parecer, caneta. Sem parecer também não tem caneta, porque dar uma canetada sem parecer é cana. Então, o ... o ... o ... isso aí vale muito a pena. A gente tem um espaço enorme pra fazer. |
| Damares Alves - Mulher, Família e Direitos Humanos |
| Então mini ... então presidente, nós vamos ter que rever muita coisa na aplicação das nossas políticas públicas no Brasil. [...] Então, tudo que nós formos construir, nós vamos ter que ver, ministro, a questão dos valores também. A questão, os nossos quilombos estão crescendo e os ... e os meninos estão nascendo nos quilombos e seus valores estão lá. Então, tudo vai ter que ver a questão dos valores. |
| Abraham Weintraub - Educação |
| A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do Estado e é o ... eu realmente tô aqui --o aberto, como cês sabem disso, levo tiro ... odeia ... odeio o partido comunista (<i>trecho suprimido</i>). Ele |

tá querendo transformar a gente numa colônia. Esse país não é ... odeio o termo "povos indígenas", odeio esse termo. Odeio. O "povo cigano". Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios. Só pode ter um povo, não pode ter ministro [do STF] que acha que é melhor do que o povo.

Paulo Guedes - Economia

Quantos jovens aprendizes nós podemos absorver nos quartéis brasileiros? Um milhão? Um milhão a duzentos reais, que é o bolsa família, trezentos reais, pro cara de manhã faz calistenia, [...] Aprende [...] organização social e como é que é o? OSPB, né? [...] Faz ginástica, canta o hino, bate continência. De tarde, aprende, aprende a ser um cidadão, pô! Aprende a ser um cidadão. Disciplina, usar o ... usar o tempo construtivamente, pô! É ... voluntário pra fazer estrada, pra fazer isso, fazer aquilo. Sabe quanto custa isso? É duzentos reais por mês, um milhão de cá, duzentos milhões, pô! Joga dez meses aí, dois bi. Isso é nada! Então, nós vamos pegar na reconstrução, nós vamos pegar um bilhão, dois bilhões e contrata um milhão de jovens aqui. A Alemanha fez isso na reconstrução. Aí você também quer fazer estrada? Precisa de três, quatro bilhões a mais. Tem um orçamento de oito. Toma aqui seus quatro bilhões. Isso não faz falta. Isso não faz falta. Não é isso o problema.

Fonte: Organizado pelo autor a partir do laudo oficial fornecido pelo INC/DITEC/PF (2020)

Uma vez que analisaremos os embates discursivos entre o Governo Federal, a BNCC e os marcos legais da educação nacional no capítulo 3, destinado à análise dos enunciados selecionados, no capítulo seguinte, a fim de contextualizarmos nosso objeto de estudo, discorreremos sobre as esferas educacional e política brasileiras, que se engendram nos enunciados em análise. A organização dos capítulos deste trabalho se dá em coerência com os pressupostos teórico-metodológicos apresentados haja vista que, antes de nos atermos ao gênero (reunião ministerial) e analisarmos os enunciados selecionados, discutimos questões pertinentes ao aspecto macro (esfera/campo de atividade).

2 ESFERAS EDUCACIONAL E POLÍTICA BRASILEIRAS

As elites brasileiras são cruéis, elas asfixiam as massas mantendo-as na escuridão da ignorância. As escolas não cumprem com o papel de educar e preparar os meninos do Brasil. Só vamos acabar com a violência quando resolvermos a questão da educação” – Darcy Ribeiro

Em consonância com os pressupostos metodológicos apresentados por Volóchinov (2018) em *Marxismo e filosofia da linguagem*, tratemos das esferas essenciais que organizam os enunciados a serem analisados posteriormente: a educacional e a política. Este capítulo subdivide-se em duas seções: na seção 2.1, tratamos da educação no Brasil. Para tal, exploramos o documento central da nossa pesquisa, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio dos marcos legais da educação nacional apresentados em suas páginas iniciais como referência jurídica e pedagógica da sua formulação. Também, de forma coerente com os princípios gerais do método sociológico do Círculo de Bakhtin – que sugere partirmos dos aspectos macro (históricos) para os aspectos micro (singulares), a fim de se buscar as particularidades de nosso objeto de estudo – na seção 2.2, tratamos da esfera política nacional. Para isso, iniciamos traçando um breve histórico de práticas enraizadas no fazer político do país, desde a colonização até a Nova República. Depois, discorreremos sobre alguns aspectos relevantes do cenário político contemporâneo e concluímos com um sucinto levantamento de publicações que nos auxilia a identificar os valores do governo bolsonarista, que ocupa o poder executivo brasileiro atualmente.

Começamos, na seção a seguir, pela esfera educacional abordando a BNCC. Lembremos que, embora seu caráter obrigatório para a elaboração de currículos das instituições de ensino de todo o Brasil tenha iniciado em 2020, ela foi criticada direta e publicamente pelo antigo Ministro da Educação do atual Governo Federal, Abraham Weintraub.

2.1 A BNCC E OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO NACIONAL: CONSCIÊNCIA AMBIENTAL, IGUALITARISMO E JUSTIÇA SOCIAL

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.” – Paulo Freire

Por tratar-se de um documento normativo, que não somente define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, mas também visa garantir os direitos legais dos estudantes, a BNCC foi desenvolvida em conformidade com

uma série de marcos legais da educação nacional. Dessa maneira, iniciamos este capítulo explorando o que dizem esses documentos. Como poderemos observar, há um aparato legal que visa salvaguardar as políticas educacionais por meio de certa tautologia retórica, dada a repetição de termos que retomam ideias fundamentais.

Retomados nas primeiras páginas da BNCC, os marcos legais da educação nacional apresentam o conjunto de normas, leis, artigos e diretrizes que devem embasar juridicamente o desenvolvimento e a aplicação da BNCC. Entre eles, estão a Constituição Federal de 1988 (CF 1988), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Dessa forma, exploremos alguns de seus postulados a fim de investigar os valores garantidos por meio dos signos ideológicos compreendidos em seu discurso.

O primeiro e mais importante documento legal é a CF 1988 (BRASIL, 1988), em vigor atualmente. Também conhecida como Constituição Cidadã, a atual Carta Magna sucede o documento constitucional de 1946, sendo, ambos, fortemente embasados na Constituição de 1934. Contudo, sua inspiração inicial advém da Constituição da República de Weimar, da Alemanha pós-imperial. Com isso, seu projeto enunciativo evidencia aspirações semelhantes das condições sócio-históricas de seus contextos de produção. Gilmar Mendes, Ministro do STF, em entrevista a Sérgio Rodas, correspondente da revista Consultor Jurídico, explica que

Embora possam ser destacados contextos diferentes, evidentemente, é inegável, também, semelhanças com o momento pelo qual passava o Brasil, à época da transição democrática. Assim como a Constituição de Weimar, a Carta de 1988, no Brasil, coloca-se como um documento dirigente e compromissório, projetando justamente o ‘resgate’ mencionado anteriormente: (re)situar a nação, tardiamente modernizada. (RODAS, 2019)

De fato, a CF 1988 é a última de uma série de sete constituições estabelecidas no Brasil. Contudo, esta foi a que consolidou a transição de um regime autoritário (Ditadura Militar de 1964-85) para um democrático (Nova República, 1985-atualmente). Seu caráter democrático se evidencia pela sua própria formulação, haja vista que a CF 1988 foi promulgada, ou seja, elaborada por meio de uma Assembleia Constituinte que contou com a participação popular através de correspondências com sugestões de todo o Brasil.

As sugestões enviadas por meio de cartas ao Senado desde 1986 – antes mesmo da instalação da Assembleia Constituinte, ocorrida um ano depois – versam sobre os mais variados assuntos. Pediam desde o investimento, pelo Estado, na saúde, segurança e educação da população, passando pela instituição de uma licença pós-parto para as mães que trabalham, até a criação de juizados para pequenas causas, alguns direitos hoje já assegurados. (AGÊNCIA SENADO, 2013, s. p.)

Muitas das sugestões populares, como as citadas acima, foram incorporadas a seu texto ao passo que outras foram propostas posteriormente. Também, o fato de haver sido elaborada por uma Assembleia Constituinte que contava com o número de 559 parlamentares, uma ampla diversidade de crenças políticas integra a CF 1988.

Opondo-se a práticas que imperavam durante a ditadura militar brasileira, a CF 1988 restabeleceu princípios liberais como a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas individuais além de preconizar preceitos progressistas, como a igualdade entre os gêneros, a criminalização do racismo, a proibição total da tortura e direitos sociais como trabalho, educação e saúde públicas. Com efeito, alguns dos princípios centrais motivadores da CF 1988 podem ser analisados a partir dos direitos civis e trabalhistas por ela providos. Dessa forma, podemos perceber ideais que permeiam o espectro político democrático, projetando valores comuns a diferentes correntes político-ideológicas, com exceção de princípios antidemocráticos, que buscam a exclusão de posições políticas divergentes. Isso se evidencia pelo signo ideológico “pluralismo político” constante nos “Princípios Fundamentais” no trecho do Art. 1º da CF 1988: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: V – o pluralismo político.”

Outros valores que compõem tanto ideários progressistas quanto liberais podem ser observados pela restituição do direito de greve, a liberdade de associação sindical, décimo-terceiro salário para aposentados e seguro-desemprego. Em seu Título II, a CF 1988 reforça “os direitos de todo cidadão à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade e à segurança” e no Capítulo II, inclui, como direitos sociais, “transporte, lazer, previdência social, assistência aos desamparados e proteção à maternidade e à infância.” O pluralismo político-ideológico como um valor fundamental permeia, portanto, o discurso em nossa Carta Magna.

No entanto, apesar do empreendimento em libertar o país definitivamente do autoritarismo e de apresentar legislação avançada para seu tempo, a CF 1988 também está permeada por valores defendidos pela ala mais conservadora, representada por partidos que compunham o bloco que já se denominava “centrão”. Como exemplo, temos a centralização do poder executivo na figura do Presidente da República, o qual tem a prerrogativa de nomear seu gabinete (ministros e secretários-gerais) sem a necessidade de consulta ao legislativo, além do monopólio da União sobre exploração de minérios e o grande controle estatal sobre as telecomunicações.

No que tange especificamente à educação, vemos que ao mesmo tempo que seu texto a descreve como um “direito de todos”, o Artigo 205 da CF 1988 promove a educação para

“qualificação para o trabalho”. “A educação, **direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a **colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, e o preparo para o exercício da **cidadania** e sua **qualificação para o trabalho**.” (BRASIL, 1988, Art. 205, grifos nossos).

A CF 1988 descreve a educação por meio do signo ideológico “direito” – que se contrapõe a privilégio – e reforça esse tom igualitarista com o complemento nominal “de todos”. Também, incentiva a “colaboração da sociedade” e a promoção da cidadania, que abrange as lutas em defesa de direitos civis, respeito pela diversidade e a tolerância entre os diferentes povos da nação. Complementarmente, em seu Art. 3º, lemos signos como “livre, justa e solidária”. A palavra “solidária”, por sua vez, reflete valores liberais, de uma redução do alcance do Estado sobre a vida dos cidadãos e a promoção da livre iniciativa. Isso se explica por tratar-se da primeira Constituição após o período da ditadura militar, iniciada em 1964, quando o Estado limitava os direitos civis e exercia amplo controle social.

Em respeito aos conteúdos que devem fazer parte do sistema público de educação no Brasil, a CF 1988 proclama que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e **respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais**”. (BRASIL, 1988, Art. 210, grifos nossos). De acordo com esse Artigo, o “respeito aos valores culturais” deve fazer parte dos “conteúdos mínimos” escolares. Ou seja, a promoção do multiculturalismo deve ser observada em toda a prática docente nas instituições de ensino básico. Ainda, perante a previsão constitucional de “assegurar formação básica comum” e diante da necessidade de maior ordenamento para a educação nacional, temos a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei nº 9.394/1996) – lei infraconstitucional que regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na CF 1988. Promulgada em 1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a LDB foi criada em 1961 e seguida por uma segunda versão em 1971, a qual vigorou até a sanção do documento atual, em dezembro de 1996. Lemos, em seu Artigo 1º, sobre a abrangência dos processos formativos: “A educação **abrange** os processos formativos que se desenvolvem na **vida familiar**, na **convivência** humana, no **trabalho**, nas **instituições de ensino e pesquisa**, nos **movimentos sociais e organizações da sociedade civil** e nas **manifestações culturais**.” (BRASIL, 1996, Art. 1º, grifos nossos).

Conforme o Artigo 1º, a educação é concebida para além da instrução formal. Este entendimento tensiona em consonância com o Artigo 205 da CF 1988, citado anteriormente, e em oposição a uma visão tecnicista do papel da educação escolar. Observamos essa concepção, posteriormente, nos pressupostos pedagógicos da BNCC, os quais trazem o conceito de

“desenvolvimento integral” (BRASIL, 2018, p. 05): os estudantes são sujeitos biopsicossociais, complexos, e não apenas cognoscentes e, portanto, a escola não é um ambiente unicamente para aprendizagem de conteúdos teóricos. Porém, é no seu Artigo 26 que a LDB ensaia a produção de um documento nos moldes da BNCC.

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter **base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte **diversificada**, exigida pelas **características regionais** e locais da sociedade, da **cultura**, da economia e dos **educandos**. (BRASIL, 1996, Art. 26, grifos nossos)

A equidade curricular básica passa a abranger também a educação infantil e o ensino médio. Ademais, qualquer documento oficial normativo para a educação que venha a ser produzido deve respeitar a diversidade cultural dos educandos e as particularidades regionais. Com isso, chegamos, à BNCC, cuja tensa relação valorativa com os discursos do Governo Federal motivam nossa pesquisa. Segundo o próprio documento, seus valores alinham-se com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificam o que preconiza a Coordenação Geral de Educação sobre o entendimento de que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013b).

A BNCC integra a política nacional da Educação Básica, servindo como referência maior para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares de todo o Brasil, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. Tendo sua versão final homologada no ano de 2018, foi elaborada por especialistas de diversas áreas do conhecimento e concluída após discussões com diferentes setores da sociedade ao longo de diferentes governos federais. Documento de caráter normativo, está elaborado em torno do desenvolvimento de dez competências gerais.

Quadro 2: 10 competências gerais da educação básica

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Brasil (2018, p. 9-10).

Salientamos que há críticas acerca da abordagem educacional a partir de “competências gerais”, a qualificando como “neoliberal”, voltada para uma formação genérica, sistemática, não dialógica. No entanto, em seus fundamentos pedagógicos, apresentados a partir da página 13, além do compromisso com o desenvolvimento de competências gerais, a BNCC explicita que a “Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas [...]” (BRASIL, 2018) e propõe que educadores partam de uma “visão plural, singular e integral” dos sujeitos de aprendizagem, pressupondo uma educação voltada ao “reconhecimento e desenvolvimento pleno de suas singularidades e diversidades”. Seu texto afirma, também, que a escola deve ser um “espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva

[o qual] deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades”.

A compreensão de que o papel da escola é promover o amplo letramento, mobilizando habilidades necessárias para desenvolver competências a fim de que os estudantes possam desempenhar atividades com demandas complexas, das mais variadas e significativas, para além da escola, está explicitada na sua introdução: “por meio de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.” (BRASIL, 2018, p. 14-15). Consequentemente, o documento reitera os princípios de igualdade, diversidade e equidade, sustentados pelos marcos legais, direcionando sua atenção para o fato de o Brasil ser um país marcado pela “acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais” e ponderando que “os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais.”

Por conseguinte, nas páginas 15 e 16, a BNCC traz um olhar mais preocupado com os povos indígenas ao reafirmar sua atenção particular em relação a esse povo historicamente marginalizado:

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria (BRASIL, 2018, p. 15-16).

A inclusão social passa necessariamente pelo acesso à educação pública. Mas essa, por sua vez, precisa ser realmente inclusiva, tratando a todos com respeito às suas diferenças, que são, na realidade, uma contribuição para todos os educandos que se beneficiam do convívio com a pluralidade cultural.

Por fim, antes dos capítulos sobre sua estrutura e aplicação, a BNCC salienta que, apesar da liberdade para que os currículos sejam elaborados conforme as necessidades locais, a responsabilidade principal de sua implementação incide sobre o Governo Federal.

Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos [...] compete ainda à União [...] promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à avaliação, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2018, p. 21)

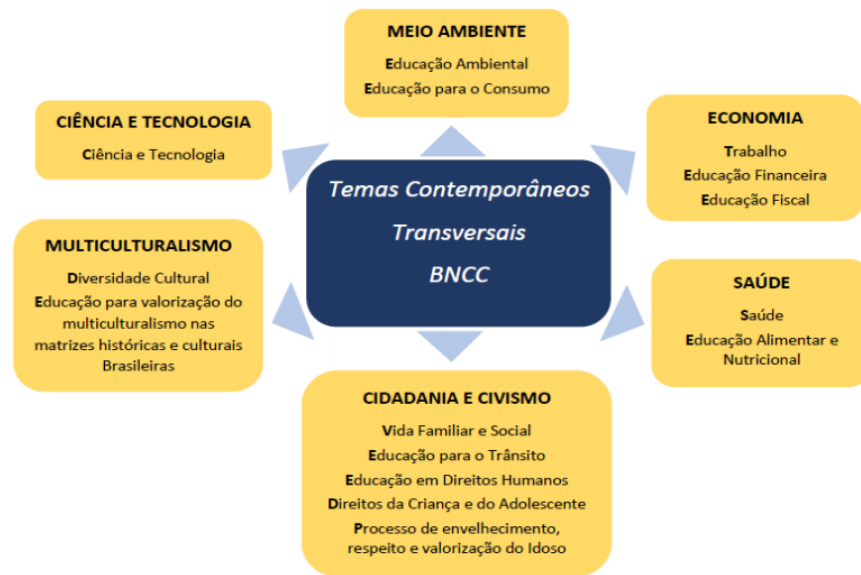
A formação dos professores é a essência do sucesso de qualquer política educacional. Como dito anteriormente, a BNCC é componente de uma política nacional e, portanto, o seu “monitoramento pelo MEC em colaboração com os organismos nacionais da área [...]” é indispensável. Para que sobrepujemos a desigualdade no âmbito escolar em nosso país, é imprescindível que projetos como a BNCC contem com aporte técnico, pedagógico e financeiro. Segundo o documento: “Essa função deverá ser exercida pelo MEC, em parceria com o Consed e a Undime, respeitada a autonomia dos entes federados.”

A atuação do MEC, além do apoio técnico e financeiro, deve incluir também o fomento a inovações e a disseminação de casos de sucesso; o apoio a experiências curriculares inovadoras; a criação de oportunidades de acesso a conhecimentos e experiências de outros países; e, ainda, o fomento de estudos e pesquisas sobre currículos e temas afins. (BRASIL, 2018, p. 21)

O trecho acima utiliza o modalizador “deve” ao abordar a atuação do MEC em relação ao “apoio técnico e financeiro” e ao fomento de diversas pesquisas e estudos para garantir que o documento esteja de acordo com as inovações mais recentes na área educacional, observando, inclusive, experiências internacionais. Por integrar o que a BNCC denomina “pacto interfederativo” para a execução do documento, podemos concluir, assim, que quem quer que ocupe o cargo de Ministro da Educação tem o dever legal de atuar para garantir a implementação da BNCC conforme os valores e os marcos legais que a fundamentam.

A fim de facilitar o atendimento às exigências dos valores que compõem os ideários dos marcos legais por parte dos educadores que construirão os currículos escolares a partir da BNCC, foram concebidas seis **macroáreas temáticas**, as quais englobam diversos temas contemporâneos transversais (TCTs), buscando proporcionar uma gama de valores inclusivos e significativos a serem trabalhados transversalmente nos componentes curriculares de cada instituição de ensino.

Figura 3: Macroáreas temáticas e TCTs correspondentes



Fonte: Brasil (2019, p. 13).

Como vemos na figura anterior, os TCTs estão organizados conforme seis macroáreas: Meio Ambiente, Economia, Saúde, Cidadania e Civismo, Multiculturalismo e Ciência e Tecnologia. Além de apontar a importância de se organizar as práticas de sala de aula de acordo com os eixos temáticos e os campos de atuação, a BNCC chama a atenção para o cuidado que é preciso ao selecionar os temas abordados a fim de que expressem ideais de inclusão e respeito à diversidade cultural do nosso país. Segundo a professora Guiomar de Mello, em entrevista para o canal no *Youtube* “*Cursos MEC*” (IGUALDADE, 2018), o que se propõe é a ampliação do repertório dos alunos, a interação com culturas, línguas e usos linguísticos diversos: “a ideia é que os estudantes conheçam e aprendam a valorizar essas diferenças.” Percebemos, novamente, aderência discursiva com a visão freiriana de educação libertadora e formação de sujeitos colaboradores ao invés da transformação de oprimidos em opressores.

Segundo André Felipe Conceição, Jefferson Nestor Nauderer e Silvana Schwab do Nascimento, na obra *Base Nacional Comum Curricular e as Diferentes Áreas: múltiplos olhares*,

A BNCC (Educação Infantil e Ensino Fundamental), promulgada em 2017, reserva, em seus Temas Transversais, caráter obrigatório de implementação, diferente dos PCNs, que transitam na instância facultativa, como consta no documento de 2019: diferentemente dos PCNs, em que os Temas Transversais não eram tidos como obrigatórios, na BNCC eles passaram a ser uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas, ampliados como Temas Contemporâneos Transversais, pois, conforme a BNCC (BRASIL, 2017), são considerados como um conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis

a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito (DI CAMARGO JUNIOR; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2020, p. 28)

Com a formalização da obrigatoriedade dos TCTs, se busca ampliar a qualidade do ensino ao contextualizar o que é ensinado em sala de aula e, assim, “aumentar o interesse dos estudantes durante o processo e despertar a relevância desses temas no seu desenvolvimento como cidadão” (BRASIL, 2019, p. 04). Os estudantes, dessa forma, são vistos como sujeitos ativos no processo de aprendizagem, em consonância aos fundamentos pedagógicos da BNCC. É importante, no entanto, que haja uma variedade de temas a fim de que diversas questões importantes sejam contempladas. Assim, a abordagem dos TCTs aspira permitir aos estudantes compreender questões diversas, tais como

[...] **cuidar do planeta a partir do território em que vive**; administrar o seu dinheiro; cuidar de sua saúde; usar as novas tecnologias digitais; entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres como cidadão, contribuindo para a formação integral do estudante como ser humano, sendo essa uma das funções sociais da escola. (BRASIL, 2019, p. 04 – grifos nossos).

Evidentemente, ao abordar essa pluralidade de temas em suas aulas, os professores precisam trabalhar a transversalidade, “um princípio que desencadeia metodologias modificadoras da prática pedagógica, integrando diversos conhecimentos e ultrapassando uma concepção fragmentada, em direção a uma visão sistêmica” (BRASIL, 2019, p. 04). Essa necessidade se dá pois os TCTs não pertencem a apenas uma área do conhecimento e, ainda que essa habilidade de trabalhar com a diversidade e com temas em constante transformação possa se apresentar como um grande desafio, é também uma excelente fonte de motivação criativa para os professores, em especial, os que receberam uma formação mais tradicional e estão em busca de abordagens mais atuais.

Apesar da explicitação dos TCTs, não há uma determinação estabelecida de quantos ou quais os componentes a se trabalhar em cada momento. No entanto, o documento orienta para a necessidade de que transversalizemos os componentes nas diferentes áreas de conhecimento, o que pode ser feito lançando-se mão de práticas intradisciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares, de acordo com o discernimento dos professores e demais sujeitos envolvidos no processo de elaboração e aplicação das aulas.

Além de compreender o que são e como podemos abordá-los, “cabe esclarecer que os TCTs na BNCC também visam cumprir a legislação que versa sobre a Educação Básica” (BRASIL, 2019, p. 06), o que garante não somente o direito, mas o dever dos professores de

adotarem uma perspectiva crítica em suas aulas, respeitando a pluralidade de pensamento, o multiculturalismo, “conhecimentos que possibilitem a formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia” sempre considerando as particularidades “da população que frequenta a escola” (BRASIL, 2019, p. 06). De fato, os primeiros Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) já sugeriam temáticas a serem exploradas no ensino escolar:

Os Temas Transversais nos PCNs são a ética, o meio ambiente, a pluralidade cultural, a saúde, a orientação sexual, o trabalho e o consumo e os critérios estipulados para a eleição desses temas dizem respeito à urgência social, à abrangência nacional, à possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamentos e ao favorecimento da compreensão da realidade e participação social (PCNs, 1998 apud DI CAMARGO JUNIOR; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2020, p. 28-29)

Porém, seu texto, além de não conter questões mais atuais, como as que se referem ao uso de ferramentas midiáticas, não possuía caráter obrigatório e fora elaborado internacionalmente, desconsiderando muitas particularidades de cada país, como as questões dos povos indígenas no Brasil. Observamos uma mudança entre a relevância dos temas na BNCC em relação aos PCNs: agora, na BNCC, não são mais recomendações facultativas, pois de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) atuais, as quais nortearam a construção dos TCTs nos anos de 2017 e 2018, há certa obrigatoriedade em decorrência das Resoluções CNE/CEB Nº 7/2010 e Nº 12/2012. Segundo Eduardo Deschamps, presidente do CNE, a BNCC visa, na verdade, complementar as DCNs: “Fazendo uma analogia, as DCNs dão a estrutura, e a Base recheia essa forma, com o que é essencial de ser ensinado. Portanto, elas se complementam” (DESCHAMPS, 2018). Ademais, temas considerados pertinentes à prática escolar passaram a constituir as dez ideias-força a seguir, descritas no Parecer oficial das DCNs:

Quadro 3: As dez ideias-força no Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais

| |
|---|
| I – as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica devem presidir as demais diretrizes curriculares específicas para as etapas e modalidades, contemplando o conceito de Educação Básica, princípios de organicidade, sequencialidade e articulação, relação entre as etapas e modalidades: articulação, integração e transição; |
| II – o papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade, considerando que a educação, enquanto direito inalienável de todos os cidadãos, é condição primeira para o exercício pleno dos direitos: humanos, tanto dos direitos sociais e econômicos quanto dos direitos civis e políticos; |
| III – a Educação Básica como direito e considerada, contextualizadamente, em um projeto de Nação, em consonância com os acontecimentos e suas determinações histórico-sociais e políticas no mundo; |

| |
|---|
| IV – a dimensão articuladora da integração das diretrizes curriculares compondo as três etapas e as modalidades da Educação Básica, fundamentadas na indissociabilidade dos conceitos referenciais de cuidar e educar; |
| V – a promoção e a ampliação do debate sobre a política curricular que orienta a organização da Educação Básica como sistema educacional articulado e integrado; |
| VI – a democratização do acesso, permanência e sucesso escolar com qualidade social, científica, cultural; |
| VII – a articulação da educação escolar com o mundo do trabalho e a prática social; |
| VIII – a gestão democrática e a avaliação; |
| IX – a formação e a valorização dos profissionais da educação; |
| X – o financiamento da educação e o controle social. |

Fonte: BRASIL (2013a, p. 9)

Diante disso e, em vista do desenvolvimento de habilidades preconizado pela BNCC, os TCTs são definidos como conteúdos essenciais para a Educação Básica. Em um movimento de ampliação e especificação, a BNCC aponta, como já destacado, seis macroáreas temáticas, as quais englobam quinze TCTs.⁸ Além disso, o aspecto transversal orientado pelos TCTs estabelece uma forma diferente de organização para o trabalho pedagógicos.

A transversalidade difere-se da interdisciplinaridade e complementam-se; ambas rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. [...]. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (BRASIL, 2013b, p. 29).

Dessa forma, o direito dos estudantes a uma formação ativa em relação à vida social e conectada ao mundo em que vivemos está associado à aprendizagem de conteúdos científicos integrados a questões políticas e sociais. Entendemos que o espaço dado a essas temáticas na BNCC representa uma importante conquista para a educação nacional, aproximando-a de modelos bem-sucedidos implementados em outros países que valorizam a promoção da cidadania e da democracia plural bem como de uma educação libertadora.

Contudo, a BNCC não visa substituir as orientações contidas nos PCNs de 1998, mas, revisá-las à luz da legislação vigente. Ao ampliar a abordagem dos temas na escola, podemos

⁸ Os Temas Contemporâneos Transversais abordados na BNCC são Ciência e Tecnologia; Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural; Educação Alimentar e Nutricional; Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso; Saúde; Trabalho e Vida Familiar e Social. (BRASIL, 2017).

contemplar novos aspectos e mudanças ocorridas ao longo dos anos. No quadro a seguir, podemos comparar a abordagem dos temas nos PCNs, nas DCNs e na BNCC.

Quadro 4: Temas transversais em diferentes documentos

| Documento | Parâmetros Curriculares Nacionais | Diretrizes Curriculares Nacionais | Base Nacional Comum Curricular |
|-----------------------------|---|---|--|
| Publicação | 1997 | 2013 | 2017/2018 |
| Denominação | Temas Transversais | Eixos Temáticos / Norteadores | Temas Contemporâneos (Transversais e Integradores) |
| Quantos são? | 6 (seis) | Indeterminado (Organizados em temas gerais) | 15 (quinze) |
| Caráter normativo | Recomendações para a Educação Básica. Assuntos que deveriam atravessar as mais diversas disciplinas. | Recomendação de que eixos temáticos propiciem o trabalho em equipe, além de contribuir para a superação do isolamento das pessoas e de conteúdos fixos. Os professores com os estudantes têm liberdade de escolher temas, assuntos que desejam estudar, contextualizando-os em interface com outros. | Determinação como referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas. Considerados como conteúdos a serem integrados aos currículos da Educação Básica, a partir das habilidades a serem desenvolvidas pelos componentes curriculares. Ademais, a BNCC recomenda incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. |
| E a base legal? | Não havia o vínculo obrigatório com uma legislação ou norma específica. | Parecer CNE/CEB nº 14/2000: Estabelece a interação entre a base e a parte diversificada, indissociavelmente e de forma transversal. | Todos são regidos por marcos legais específicos. |
| Por que transversal? | Os temas devem ser incluídos no currículo como conteúdos a serem ministrados pelas diversas áreas de conhecimento, de forma transversal. | | |
| Por que mudar? | Em todos os documentos, as modificações representam importantes conquistas para a educação nacional e, principalmente, para os Temas Contemporâneos e à Transversalização dos conteúdos, que na BNCC receberam, no currículo escolar, o espaço e o status compatíveis com a sua relevância. | | |

Fonte: Brasil (2019, p. 15)

Podem ser observados, no quadro precedente, os anos de publicação, quantidade de temas, o caráter normativo e a base legal para cada um dos três documentos, além de questionamentos referentes à transversalidade e a mudanças. Notemos que, em 1997, “não havia vínculo obrigatório com uma legislação ou norma específica” para a abordagem dos temas transversais dos PCNs. Com o decorrer dos anos, temas transversais passam a ser recomendados em 2013, através das DCNs, e determinados em 2017/2018.

Nesta dissertação, não abordaremos as propostas pedagógicas desenvolvidas posteriormente e descritas mais adiante no texto final da BNCC, pois aparentam entrar em contradição com certos ideais inicialmente previstos para o documento. Todavia, no ano de 2019, já sob o atual Governo Federal, o Ministério da Educação publicou, em seu site, um documento que sugere práticas pedagógicas para as macroáreas temáticas a serem exploradas transversalmente ao se produzirem os currículos em cada instituição de ensino.

Organizados em seis macroáreas, ainda que inter-relacionados, os quinze TCTs estão alinhados com inúmeras diretrizes nacionais e internacionais, atendendo a demandas sociais as quais encontram na escola um ambiente promissor para se desenvolverem. A seguir, destacamos marcos legais acatados pelos TCTs das macroáreas abordadas nas análises desta pesquisa: Meio Ambiente, Multiculturalismo e Economia

Quadro 5: TCTs e seus marcos legais

| Tema Contemporâneo Transversal | Marco Legal |
|---|--|
| Educação Ambiental | Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, Inciso II), Lei Nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP Nº 14/2012 e Resolução CNE/CP Nº 2/2012. CF/88 (Art. 23, 24 e 225). Lei Nº 6.938/1981 (Art. 2). Decreto Nº 4.281/2002 [...] |
| Educação para o Consumo | Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Proteção do consumidor). Lei Nº 13.186/2015 (Política de Educação para o Consumo Sustentável). |
| Diversidade Cultural | Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 26, § 4º e Art. 33), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. |
| Educação para valorização do multiculturalismo | Artigos 210, 215 (Inciso V) e 206, Constituição Federal de 1988. Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso XII; Art. 26, § 4º, Art. 26-A e Art. 79-B), Nº 10.639/2003, Nº 11.645/2008 e Nº 12.796/2013, Parecer CNE/CP Nº 3/2004, Resolução CNE/CP Nº 1/2004 e Parecer CNE/CEB nº 7/20106. |
| Trabalho | Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso VI; Art. 27, Inciso III; Art. 28, Inciso III; Art. 35 e 36 – Ensino Médio), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010 |
| Educação Financeira | Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Decreto Nº 7.397/2010 |
| Educação Fiscal | Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação, Nº 413, de 31/12/2002 |

Fonte: Organizado pelo autor, conforme Brasil (2019)

Como podemos verificar no quadro anterior, há uma gama de documentos que amparam juridicamente a observância de cada TCT sugerido como apoio à aplicação da BNCC. Além das DCNs, da LDB e de artigos da própria CF 1988 em vigor, explorados neste capítulo, destacamos a seguinte passagem presente no Parecer CNE/CEB Nº11/2010, o qual é apresentado transversalmente como marco legal para temas das três áreas focalizadas nas análises desta pesquisa:

Essa **diversidade** econômica, social e cultural exige da escola o conhecimento da realidade em que vivem os alunos, pois a compreensão do seu universo cultural é imprescindível para que a ação pedagógica seja pertinente. Inserida em contextos diferentes, a proposta político-pedagógica das escolas deve estar articulada à realidade do seu alunado para que a comunidade escolar venha a conhecer melhor e valorizar a cultura local. Trata-se de uma condição importante para que os alunos possam se reconhecer como parte dessa cultura e construir identidades afirmativas o que, também, pode levá-los **a atuar sobre a sua realidade e transformá-la** com base na maior compreensão que adquirem sobre ela. Ao mesmo tempo, a escola deverá propiciar aos alunos

condições para transitarem em outras culturas, para que transcendam seu universo local e se tornem aptos a **participar de diferentes esferas da vida social, econômica e política**. (Parecer CNE/CEB Nº11/2010, p. 8 e 9 – grifos nossos)

O excerto é composto por signos ideológicos como “diversidade”, “atuar sobre a sua realidade e transformá-la” e “participar de diferentes esferas da vida social, econômica e política”, os quais fazem coro com valores que constituem um ideário que avaliamos como promotor de cidadania, consciência ambiental, igualitarismo e justiça social, presentes nos demais marcos legais da educação nacional. Logo, concluímos, ainda que superficialmente, que os principais documentos pedagógicos sintetizam a relevância da promoção do pensamento crítico e da humanização das relações por meio da educação.

Além da educação, discutida nesta seção, discorreremos acerca da esfera política na seção seguinte. Nela, buscamos compreender brevemente os aspectos históricos e as particularidades que constituem ideologicamente nosso país, desde os tempos da colonização portuguesa até a atualidade.

2.2 PRÁTICAS HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS NA POLÍTICA NACIONAL: DESVENDANDO O IDEÁRIO DO GOVERNO BOLSONARISTA

“Aqueles que não podem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo” – George Santayana (A vida da razão, 1905)

Em conformidade com nossa fundamentação teórica, que concebe a linguagem por meio de uma perspectiva sociológica, abordamos, nesta seção, a historicidade de práticas que deixaram profundas marcas no nosso sistema econômico, modo de produção e organização social, tais como: o racismo, o negacionismo histórico (e da ditadura militar brasileira), o patrimonialismo e a naturalização da desigualdade social e da intolerância. A partir da leitura da obra *Sobre o autoritarismo brasileiro*, de Lília Schwarcz (2019), evidenciamos como essas práticas permearam eventos históricos como o genocídio indígena promovido pelos colonizadores europeus, a escravidão, o estabelecimento da monarquia, da ditadura militar e da República, além de promoverem o apagamento de diversas lutas populares.

Além disso, buscamos apresentar a constituição e o ideário do atual Governo Federal através de uma breve descrição do cenário político contemporâneo, trazendo acontecimentos recentes que culminaram na eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência da República. Para tal, abordamos desde o governo progressista do ex-presidente Lula da Silva, que promoveu inclusão social e distribuição de renda, até o governo interino de Michel Temer, antes de

adentrarmos no governo Bolsonaro. Lembramos que o desenvolvimento da BNCC perpassou todos esses governos. Por fim, investigamos as apreciações avaliativas realizadas por diferentes pesquisadores em relação ao ideário do atual Governo Federal.

Embasando-nos sobremaneira no livro *Sobre o autoritarismo brasileiro*, escrito pela professora, historiadora e antropóloga Lília Schwarcz (2019), exploramos, brevemente, o passado colonial brasileiro, marcado pelo tráfico negreiro e pelo sistema escravocrata de maneira a estabelecermos uma relação com essas “histórias persistentes” que ecoam em nosso cenário atual. Já nas primeiras linhas de seu livro, a historiadora esclarece que a história do Brasil é muito particular se comparada aos vizinhos latino-americanos por diversas razões, entre elas o fato de termos recebido quase metade de todos os africanos. Além disso, com os países vizinhos todos sob regimes republicanos, formamos uma monarquia que teve apoio popular por mais de 60 anos, mantendo fronteiras rígidas e um idioma majoritário diferente dos demais países da região.

Nossa independência política, ocorrida em 1822, inovou pouco, pois deixamos de ser colônia, mas continuamos num regime não democrático. Com isso, foi preciso “redigir uma nova constituição [...] formar engenheiros para assegurar as fronteiras e planejar as novas cidades [...], inventar uma nova história para o Brasil” (SCHWARCZ, 2019, p. 13). Essa história, que ignorava completamente o período anterior à chegada dos europeus, contava seus feitos de forma “patriótica nas suas proposições, trabalhos e argumentos.” Para tanto, o recém fundado Instituto Histórico Geográfico Brasileiro organizou o primeiro concurso público do país. Em sua ementa, lia-se a seguinte questão, que deveria ser respondida pelos candidatos: “Como se deve escrever a história do Brasil?”

Anos mais tarde surgiria a disciplina de História do Brasil, que, numa batalha retórica, inventava memórias e desqualificava modelos não eurocêtricos, sobretudo, em relação ao genocídio promovido pelos cristãos portugueses em suas cruzadas. “No caso, a intenção [...] era criar apenas *uma* história, e que fosse (por suposto) europeia em seu argumento, imperial na justificativa e centralizada em torno dos eventos que ocorreram no Rio de Janeiro.” (p. 14) Ao contrário da realidade, é importante frisar que nossa história oficial foi cunhada a partir da proposição da conciliação de classes através do negacionismo histórico promovido pelo Império brasileiro, que não

[...] abriu mão de selecionar um projeto que fazia as pazes com o passado e com o presente do Brasil, e que, em lugar de introduzir dados históricos, que mostrariam a crueldade do cotidiano vigente no país, apresentou uma nação cuja “felicidade” era medida pela capacidade de vincular diversas nações e culturas, acomodando-as de forma *unívoca*. Um texto, enfim, que apelava para

a “natureza” edênica e tropical do Brasil, essa sim acima de qualquer suspeita ou contestação. (p. 15)

A naturalização daquela história teve como base uma “metáfora fluvial”, que concebia a formação da nação brasileira como a união não equânime de três rios: um caudaloso rio branco, um rio mediano, formado pelos povos indígenas, e um inferior, representativo da população negra. Desta forma, a história brasileira era inventada e centrada na exaltação dos valores dos homens brancos, admitindo pouca contribuição cultural dos povos originários e dos trazidos da África, desde que submetida à lapidação pelo que os brancos tinham como padrões de civismo. Essa hierarquia étnica era, então, inserida culturalmente e ainda permeia parcialmente textos como algumas práticas propostas pela BNCC, ao vislumbrar-se um padrão homogêneo de cidadania a ser promovido pela escola. Com isso, cunhou-se o termo “democracia racial”: suposta convivência harmoniosa entre as raças que formaram o Brasil moderno, sem nenhum conflito.

Apesar dessa visão do Brasil espalhar-se pelo mundo, o sociólogo Florestan Fernandes (1920-95) chegava a uma outra conclusão: a de que o brasileiro tinha uma postura negacionista em relação ao próprio preconceito, “uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito” (SCHWARCZ, 2019, p. 18). Para o sociólogo, tratava-se de uma falácia o “mito da democracia racial”, que visava garantir os privilégios como dados pela própria natureza, após anos de convivência pacífica entre colonizadores, colonizados e escravizados. A partir desse enfoque, Schwarcz, fundamentada no etnólogo Claude Lévi-Strauss, assevera que

[...] por tratarem de contradições profundas das sociedades a que dizem respeito, eles [mitos] permanecem vigentes para além dos argumentos racionais ou dos dados e documentos que buscam negá-lo. Afinal, muitas vezes é mais cômodo conviver com uma falsa verdade do que modificar a realidade. (SCHWARCZ, 2019, p. 18)

Esse fenômeno é comumente adotado como estratégia por regimes autoritários a fim de diminuir a efetividade da resistência aos seus governos baseados, justamente, na normalização das desigualdades. Lembramos que, no dia 20 de novembro de 2020, o atual Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, disse em uma coletiva de imprensa que “no Brasil, não existe racismo” (MAZUI, 2020). Ainda que toda sociedade construa para si mitos básicos, nos momentos de crise econômica, quando se amplia a população em situação de pobreza ou de vulnerabilidade, passamos a questionar se nossos direitos estão realmente sendo assegurados. Em consequência, recorre-se à suavização dos problemas sócio-históricos através de uma história falaciosa, a qual é elevada ao *status* de oficial pelo senso comum.

Assim, destacamos a impossibilidade de se entender o Brasil desconsiderando seu passado escravagista, dado que o país foi o último a abolir o trabalho forçado nas Américas e recebeu a maior quantidade de pessoas escravizadas na modernidade. Para além da questão da escravidão, apontamos o fato de termos nos tornado “campeões no quesito desigualdade social, racial e de gênero, o que é comprovado por pesquisas que mostram a existência de práticas cotidianas de discriminação contra mulheres, indígenas, negros e negras, bem como contra pessoas LGBTTTQ.” (SCHWARCZ, 2019, p. 23).

A antropóloga nos lembra que “Atualmente, uma onda conservadora atinge países como Hungria, Polônia, Estados Unidos, Rússia, Itália, Israel, mudando o cenário internacional e trazendo consigo novas batalhas pela “verdadeira” história.” (SCHWARCZ, 2019, p. 25). Dessa forma, líderes com traços de perfil autoritários são eleitos em regimes democráticos, como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil. Tais presidentes contam com apoio, principalmente, das direitas neoliberal - preocupadas com o crescimento, mas não com a equidade econômica - e conservadora - atraída pela defesa dos “valores tradicionais” -, bem como de grupos extremistas ultranacionalistas. No decorrer de sua gestão, percebemos, por meio de suas declarações e políticas mobilizadas, que o discurso de Bolsonaro construiu inimigos públicos, como a esquerda petista, o comunismo, os movimentos sociais, que precisariam ser derrotados para a fictícia salvação da nação. Necessariamente, existe, nessa relação alteritária eu/outro, um discurso excludente, que desumaniza e objetifica os adversários políticos.

Pensando sobre a razão de tantos brasileiros – incluindo o atual Presidente da República e seu vice - em especial, em momentos de crise, embarcarem no negacionismo histórico e louvarem um período como o da ditadura militar de 1964, a autora reflete que

No Brasil também andamos “surfando” numa maré conservadora. Afinal, uma certa demonização das questões de gênero, o ataque às minorias sociais, a descrença nas instituições e partidos, a conformação de dualidades como “nós” (os justos) e “eles” (os corruptos), a investida contra intelectuais e imprensa, a justificativa da ordem e da violência, seja ela produto do regime que for, o ataque à Constituição e, finalmente, o apego a uma história mítica, fazem parte de uma narrativa de mais longo curso, a qual, no entanto, tem grande impacto no nosso contexto nacional e contemporâneo. (SCHWARCZ, 2019, p. 25-26)

Saudosistas da ditadura militar brasileira demonstram, frequentemente, nostalgia por falsas memórias de um dos tempos mais sombrios da nossa história, tanto em relação aos direitos civis quanto à economia e as liberdades individuais, em que não havia imprensa livre nem liberdade de expressão. Os ataques às minorias e às instituições democráticas visam possibilitar o estabelecimento de um regime autoritário como o que já vivemos em 1964.

Em 1988, com a abolição da escravatura e, na retaguarda, a instauração da República, teorias raciais constituídas de determinismos biológico e geográfico “[...] seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças” (ALMEIDA, 2020, p. 29). Nesse cenário, formou-se uma sociedade estrutural e institucionalmente racista (ALMEIDA, 2020). Ademais, Schwarcz (2019) lembra que, no nascedouro do século XX, o cenário de exclusão social se acentuou, o que, de uma certa forma, distinguiu-se dos contornos da propaganda republicana da época. Ironicamente, a historiadora defende que “[...] o racismo é filho da liberdade, pairando, ainda hoje, um grande interdito no que se refere à expansão de direitos para tais populações, que são as mais vitimizadas no país [...]” (p. 32). Os sujeitos negros, anteriormente escravizados, agora usufruíam de alguns direitos, porém encontravam-se afligidos pelo racismo que se consubstanciava pela alcunha da igualdade sem equidade nem reparações.

Conforme nos diz a historiadora e antropóloga, a camada social que se consolidou no poder no Brasil nos tempos do Império era composta por sujeitos próximos ao soberano. Integrantes do aparelho estatal possuíam ligação com os ideários monarquistas e colhiam benefícios em detrimento de membros de outros setores mais independentes, os quais partilhavam de ideais mais democráticos. O aparato estatal era dominado pela aristocracia agrária que objetivava, assim, controlar domínios públicos e privados. Uma república aparelhada estava em construção. Segundo Schwarcz (2019, p. 65), “como nossa República é frágil, ela se torna particularmente vulnerável ao ataque de seus dois principais inimigos: o patrimonialismo e a corrupção.” O patrimonialismo é explicado pela autora como o “entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, ‘patrimônio’ de quem detém o poder.”

O modelo patriarcal de família também está atrelado ao patrimonialismo, em que o Estado é uma extensão do ambiente doméstico. No modelo monarquista, não há separação entre o público e o privado, família e Estado. O líder político e sua família possuem uma espécie de “procuração natural ou divina” para guiar seus leais súditos, seus seguidores ou apoiadores. Atualmente, avaliamos socialmente este fenômeno de forma negativa, pois estamos em outro contexto cronotrópico. Ainda assim, em modelos neoliberais, em que se vê o Estado como uma empresa do soberano, o líder político parece ter o direito de conduzir a nação de forma autoritária, desde que o mercado esteja satisfeito (SCHWARCZ, 2019).

Visando centralizar esse poder na figura do líder político, os ministérios, nos tempos da Corte, eram profundamente ineficientes, sendo alvo, inclusive, de chacotas populares. Cargos foram inventados para acolher amigos do rei e o número de funcionários nos escalões mais

baixos aumentou consideravelmente. Pessoas úteis aos interesses governamentais, como desembargadores e médicos, chegavam de Portugal e recebiam cargos e benefícios em troca de apoio. Agiam como “parasitas do governo” que davam continuidade ao modelo de privilégios à custa do Estado e nada faziam. Esse uso privado da máquina foi restringido com a Constituição de 1934, com o voto passando a ser obrigatório e secreto. Através da Justiça do Trabalho, cerceou-se o arbítrio privado dos grandes proprietários. A Constituição de 1988, por sua vez, referendou novos direitos trabalhistas alicerçando a República através da “soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político”. (SCHWARCZ, 2019, p. 82).

Conforme preceitua Schwarcz (2019, p. 126), “Um problema crucial de nossa agenda republicana é a manutenção de uma vergonhosa desigualdade social, herdada do passado, mas produzida e reproduzida no presente”. Nesse contexto, a historiadora lembra que, embora o Brasil tenha um passado colonial, marcado predominantemente pelo descompromisso com a mudança social e os direitos humanos, as desigualdades, interseccionadas por questões de gênero, raça, classe e região, possuem constância em nosso cenário, uma vez que, apesar de ganhos paliativos, os governos brasileiros nunca enfrentaram realmente a desigualdade social. De modo a aprofundar essa temática, a historiadora adverte para o fato de que

O fenômeno da desigualdade é tão enraizado entre nós que se apresenta a partir de várias faces: a desigualdade econômica e de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade racial, a desigualdade regional, a desigualdade de gênero, a desigualdade de geração e a desigualdade social, presente nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer. (SCHWARCZ, 2019, p. 126)

Olhando para o passado, recordamos que o Brasil foi firmado em uma linguagem de escravização e monopolização de renda e poder. Atrelado a isso, as cores da paisagem colonial mostram que os senhores de terra tinham o domínio de grandes latifúndios monocultores e, nesses espaços, concentravam renda. Nessa mesma sociedade, as políticas patrimonialistas favorecem interesses privados em relação aos públicos perpetuando a desigualdade:

Mão de obra escrava, divisão latifundiária da terra, corrupção e patrimonialismo, em grandes doses, explicam os motivos que fizeram do país uma realidade desigual. Não dão conta de esclarecer, porém, por que, a despeito do processo de modernização e de industrialização que o país conheceu no século XX, não conseguimos romper totalmente com esse círculo vicioso do passado. (SCHWARCZ, 2019, p. 127)

Referente à questão levantada pela historiadora, esta pesquisa evidencia que a reunião ministerial, cujos enunciados selecionados são analisados nesta pesquisa, materializa já-ditos e já-feitos de nosso passado colonial. Apesar de estarmos em pleno século XXI, todas essas desigualdades, estruturais e históricas, engendram-se no Brasil, uma vez que, como se pode

presumir daquele encontro ministerial, existe determinado descompromisso com a mudança social, fomentando, sob o jugo do patrimonialismo, a manutenção desses flagelos sociais descritos, conservando o que a historiadora denomina como “círculo vicioso”. A fim de combatermos a desigualdade,

O país precisa, mesmo, é de mais programas de capacitação de docentes [...] de muito mais verba para a educação e de recursos para uma formação digna nas mais diferentes áreas do conhecimento. Diante deste nosso Brasil tão desigual, é hora de escolhermos as batalhas certas. A minha é por um ensino de qualidade, independente, responsável, ético e laico. Na hora da crise, muitos se deixam levar pela polarização e apontam um bode expiatório. Prefiro apostar na cidadania plena, a qual só existe com um projeto nacional de educação que acredita na ampliação de horizontes, nas escolas democráticas; não em retóricas de coação e ameaça. (SCHWARCZ, 2019, p. 150-151)

Logo, em um diálogo entre vozes do passado e do presente, vemos que o problema educacional no Brasil é histórico e estrutural, uma vez que a educação jamais foi “[...] um direito de todos neste país de proporções continentais, passado escravocrata e estruturada concentração de renda. Enquanto existiu, o sistema escravista construiu um país de realidades apartadas também nesse quesito”, pois os “[...] escravizados e escravizadas não podem ser alfabetizados, a historiografia vem mostrando como, até por motivos de segurança e com o intuito de evitar rebeliões, não se permitiu nem a eles nem a elas o acesso à leitura ou à escrita” (SCHWARCZ, 2019, p. 133). Dessa forma, a conscientização política não pôde e nem poderá ocorrer enquanto imperar o entendimento de que não há lugar na escola para discussões acerca de problemas como esses nem para a promoção de lutas por justiça social.

Podemos observar, através do histórico das estruturas curriculares e práticas escolares, que o propósito da educação tem sido o de conservar a estrutura desigual da sociedade. No século XIX, por exemplo,

As escolas primárias, por exemplo, dividiam as crianças por gênero — meninos e meninas estudavam em locais e casas separados. Para as garotas que frequentavam o ensino primário, a doutrina cristã, a leitura, a escrita e o cálculo mais elementar pareciam suficientes, desde que acrescidos de aulas de bordado e costura. E o currículo reservado às moças apresentava restrições no ensino de álgebra, geometria, gramática, história e geografia pátrias [...] sendo a esfera pública reservada aos homens. [...] De outra parte, as crianças pobres, negras, escravizadas ou libertas, eram encaminhadas diretamente para o trabalho. (SCHWARCZ, 2019, p. 135-136)

Assim, na prática, a União deteve o controle sobre o ensino em todo o país e procurava justificar a desigualdade. Não só não tínhamos a equidade como valor a ser promovido pela educação, como este era impossibilitado pelo modelo pedagógico.

Ademais, fundindo valores de patriotismo e civismo, o Estado Novo impunha a decoração de hinos e, evidentemente, a participação em desfiles, o que, tal como critica Schwarcz (2019, p. 139), “[...] não forma pessoas mais prontas para a prática de valores e modelos cívicos”, até mesmo porque a historiadora defende a máxima “Educar para libertar, para formar cidadãos mais autônomos, é o projeto que concede à escola o local que, de fato, ela merece”.

A violência sistêmica surge justamente daí, da desigualdade e da injustiça social. Com isso, enquanto mais recursos públicos acabam precisando ser direcionados para a segurança, deixam de ir para áreas como educação e cultura, compondo-se a política econômica oficial. Contudo, a desigualdade precisa ser naturalizada para que seja aceita acriticamente pela população e, quando não aceita, que seus denunciadores sejam retratados como agitadores.

Schwarcz (2019) afirma que a política “[...] é a arte de construir consensos”, uma vez que, “[...] quanto mais conservadores são os regimes políticos, maior é a tendência que têm de desconhecer as histórias das minorias nacionais, transformando-as em ‘estrangeiros em sua própria terra’ e assim anulando, sistematicamente, seus direitos”. Ela acentua, em suas palavras, que “Só se constrói uma democracia republicana quando, de fato, se incluem diferentes povos a partir de seus conhecimentos acumulados” (p. 173).

Desde a “descoberta do Brasil” – visão eurocentrada que mascara e disfarça o despovoamento que ocorreu na América do Sul com a colonização – até os dias de hoje, a disputa pela posse de terras é “[...] uma das maiores causas de morte no Brasil, e vítima especialmente as populações indígenas cujos direitos constitucionais, os quais lhes facultam a posse de terras que pertenceram a seus ancestrais” (p. 161). Isto, a nosso ver, já demonstra a importância da resistência cultural e do tema do Meio Ambiente no debate escolar.

No início do século XVI, os povos nativos foram explorados no processo de extração do pau-brasil. Nesse percurso histórico, os povos indígenas, mais precisamente os que se situam no atual estado do Amazonas, eram capturados e empregados no comércio de especiarias. No século XVII, embora tenha havido a restrição legal da utilização de mão de obra indígena, a escravização desses povos seguiu acontecendo.

A intolerância, em suas múltiplas facetas, é resultante do nosso histórico de violência e desigualdade, bem como de um projeto de manutenção de poder. No caso da intolerância contra religiões de matriz afro-brasileira, a autora nos explica que: “Num momento em que a Igreja passava por dificuldades na Europa, expandir a fé cristã entre os indígenas do Novo Mundo, e assim revitalizar o catolicismo era um dos objetivos [...]” (SCHWARCZ, 2019, p. 208). Não é sem razão que encontramos o TCT: “Educação para a valorização do multiculturalismo nas

matrizes históricas e culturais brasileiras” no material de apoio à implementação da BNCC (BRASIL, 2019).

Após mais de uma década de governos com políticas econômicas (neo)liberais, em janeiro de 2003 iniciou-se o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil. Marcado por programas sociais que trouxeram maior distribuição de renda, acesso ao ensino público e visibilidade internacional, seu governo foi também alvo de acusações de envolvimento em esquemas de corrupção os quais reverberaram fortemente na imprensa nacional, crítica ao seu partido. No entanto, depois de dois mandatos consecutivos, os bons resultados deixados pelo governo e a alta popularidade do Presidente Lula ajudaram a eleger sua sucessora, a Presidenta Dilma Rousseff. Também reeleita, seu segundo mandato presenciou, em 2013, manifestações de rua pelo país. Essas manifestações, ainda que inicialmente fizessem crer apartidárias, tinham seus valores e fins povoados pelo horizonte axiológico da oposição política ao Governo Dilma sendo posteriormente cooptadas por pretensos candidatos a cargos políticos. Tendo como referência a espetacularização realizada pela mídia dos desdobramentos da Operação Lava Jato⁹ e o descontentamento da classe média em relação à economia, o então Deputado Federal, Jair Messias Bolsonaro via sua visibilidade obter os holofotes da imprensa. Com inúmeras declarações polêmicas, o capitão da reserva do Exército Brasileiro difundia seu discurso e se consolidava como um dos principais antagonistas aos valores progressistas do governo petista.

Diante do antipetismo, políticos do bloco de deputados federais e senadores chamado “centrão¹⁰”, que compunham a base governista, romperam com a Presidenta, levando à abertura de um contraditório processo de *impeachment*. Durante a sessão de impedimento de seu mandato presidencial, ao declarar seu voto favorável ao afastamento de Dilma, Bolsonaro, sem ser repreendido legalmente, homenageou o torturador Brilhante Ustra – assim reconhecido pela Justiça brasileira – que a flagelou por se contrapor ao regime autoritário no período da ditadura

⁹De acordo com o *site* oficial do Ministério Público Federal (MPF), “o nome da operação ‘Lava Jato’ decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou.” Ainda, segundo o portal de notícias *The Intercept*, a Lava Jato “foi a saga investigativa que levou à prisão o ex-presidente Lula [...]. Uma vez sentenciado por Sérgio Moro, sua condenação foi rapidamente confirmada em segunda instância, o tornando inelegível no momento em que todas as pesquisas mostravam que Lula [...] liderava a corrida eleitoral de 2018. (GREENWALD, REED, 2019)

¹⁰ Conforme Luiz Andreassa (2020), o termo “centrão” foi inicialmente utilizado para designar os parlamentares que formavam maioria na Assembleia Constituinte que produziu a CF 1988. Contudo, o termo ganhou destaque a partir de 2014 sendo usado para referir-se a um grupo formado por de diferentes partidos (do centro à direita política) que se uniram para conseguir maior influência no parlamento e defender, de modo conjunto, seus interesses.

militar. Após o processo de *impeachment* ser aprovado, o então Vice-Presidente, Michel Temer, assumiu interinamente a chefia do Executivo Federal.

O governo Temer, por sua vez, tomou uma rota diferente. Também envolvido em processos de corrupção, promoveu políticas de austeridade, cortou investimentos públicos, e a conclusão do documento da BNCC contou com menor participação da sociedade civil e maior interferência de representantes de bancos e igrejas.

Nesse horizonte social, a eleição presidencial de 2018 foi marcada pela polarização nacional e pelo uso das redes sociais pelas campanhas, em especial, a de Jair Bolsonaro, o qual utilizou da disseminação de desinformação e ataques à imprensa e opositores (PASQUINI, 2018). Seu plano de governo, chamado de Projeto Fênix (BOLSONARO, 2018)¹¹, era constituído por propostas genéricas ou polêmicas, tais como a de “expurgar” valores freirianos da educação brasileira. Prometendo um governo tecnocrático – em suas palavras, “sem ideologia” –, Jair Bolsonaro foi eleito em segundo turno com 55,13% dos votos válidos contra o candidato petista Fernando Haddad. Tendo dois futuros Ministros como importantes aliados na campanha eleitoral, Paulo Guedes (Economia) e Sérgio Moro (Justiça), atraiu votos de eleitores preocupados, respectivamente, com o desenvolvimento econômico e o combate à corrupção. Contudo, de acordo com a página especial do Portal G1 (G1, 2020), que mantém um levantamento constante a respeito das promessas do Presidente, Bolsonaro não cumpriu com o compromisso de dar autonomia aos ministros citados.

Tomando posse, Jair Messias Bolsonaro compôs seu governo quase que na totalidade por homens brancos, de idade avançada, integrantes da reserva militar, lideranças de igrejas e políticos investigados por corrupção (ZANLORENSSI; ALMEIDA, 2019). Por um lado, rebaixou o estatuto da Cultura, antes ministerial, para o patamar de Secretaria e promoveu cortes também em relação à Educação, Ciência e órgãos de combate ao desmatamento. Por outro lado, Bolsonaro aumentou gastos com seu cartão corporativo, despesas militares, além de ver a si e sua família envolvida em escândalos de corrupção. Descumprindo promessas de campanha, a justiça sofreu interferências pessoais e o então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, não só foi demitido como solicitou inquérito para investigar suposta interferência do Presidente em investigações envolvendo um de seus filhos, o Deputado Federal Flávio Bolsonaro. No advento da pandemia da Covid-19, propagada no Brasil em março de 2020, e em consequência da

¹¹ O Projeto Fênix, como o próprio nome insinua, apresenta o plano de governo do então candidato a presidente Jair Messias Bolsonaro. Por meio de *slides* com frases de efeito e versículos bíblicos, o documento traz ataques à esquerda política, a Paulo Freire e se propõe a defender valores ultraconservadores nas diferentes esferas governamentais, sem esclarecer claramente nenhuma proposta.

abertura do inquérito, o STF disponibilizou para a imprensa a gravação e transcrição de uma reunião ministerial, ocorrida em abril de 2020 na qual, segundo Moro, Bolsonaro evidenciava sua intenção de intervenção na Polícia Federal. Enunciados desta reunião compõem o *corpus* desta pesquisa, sendo analisados no próximo capítulo.

Havendo discorrido sumariamente acerca do cenário político contemporâneo, trazemos algumas publicações acadêmicas que qualificaram o ideário governista atual. Buscamos pelos termos: *bolsonaro*, *bolsonarismo* e *bolsonarista* no Portal de Periódicos da Capes, e encontramos 14 artigos revisados por pares contendo os termos citados e apreciações sobre os valores do governo bolsonarista. Todas as publicações encontradas estão compreendidas no período entre os anos de 2019 e 2020. Seleccionamos 10 títulos que nos permitem observar de que forma o ideário do atual Governo Federal vem sendo avaliado por demais pesquisadores. Na ordem em que foram encontrados, os artigos são:

Quadro 6: Termos utilizados para descrever o ideário do governo bolsonarista

| |
|---|
| Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal (CESARINO, 2019). |
| Pentecostalismo, catolicismo e bolsonarismo (VALERIO, 2020) |
| A necropolítica neoliberal de encontro ao nomadismo: uma corpografia dos povos errantes na Bahia, no contexto do bolsonarismo no Brasil (RODRIGUES; PINHEIRO, 2020). |
| Populismo no Brasil de contrapositores: manipulação do autêntico e profanação do contrário (FISCHER; VAZ, 2020). |
| Centripetal force: a totalitarian movement in contemporary Brazil (FELTRAN, 2020). |
| Human rights, democracy and neo-conservatism (SOUZA; SITCOVSKY, 2020). |
| Introduction: The rise of twenty-first century exclusionary regimes (EVANS, 2020) |
| BOLSONARO PRESIDENTE: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira (ALMEIDA, 2019). |
| The legacy of the Congresso da Virada in times of reactionary conservatism (MOTA, 2020) |
| Notes on the complexity of neoconservatism and its impact on social policies (ALEMEIDA, 2020) |

Fonte: elaborado pelo autor conforme busca no Portal de Periódicos Capes.

Como mostramos no quadro anterior, os termos: (neo)conservadorismo, neoliberalismo, pentecostalismo, catolicismo, necropolítica, populismo, totalitarismo, evangelismo e reacionarismo foram atribuídos ao atual Governo Federal a fim de descrever seu posicionamento político-ideológico. Considerando as apreciações encontradas através do

levantamento realizado, elaboramos nossas apreciações mediante as análises desenvolvidas nesta pesquisa. Registramos, contudo, que nossas avaliações acerca dos valores que compõem o ideário bolsonarista tendem a tensionar em consonância com as dos demais autores, os quais o definiram reiteradamente como neoliberal, populista, cristão-conservador e autoritário. Haja vista que nossas apreciações partem de um horizonte valorativo permeado por vozes sociais, esse levantamento visa substanciar nossas avaliações durante a análise do ideário bolsonarista no que tange a termos políticos subjetivos, como os que destacamos.

Tendo explorado as esferas educacional e política concernentes ao nosso objeto de análise – enunciados de membros do governo bolsonarista na reunião ministerial de abril de 2020 –, analisamos, nas seções do próximo capítulo, os embates discursivos entre o Governo Federal e os valores preconizados pela BNCC e os marcos legais que a embasam. Contextualizamos, primeiramente, a reunião ministerial, apresentando um resumo do que foi discutido além de alguns de seus aspectos extra e não verbais. Em seguida, concebemos elementos do gênero discursivo reunião ministerial e investigamos, nas seções do capítulo, o embate axiológico entre os ideais governistas e dos diferentes documentos jurídicos e pedagógicos nacionais, identificando ecos de práticas sócio-históricas brasileiras.

3 EMBATES DISCURSIVOS ENTRE O GOVERNO FEDERAL, A BNCC E OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Desenvolvemos, neste capítulo, a análise dos enunciados selecionados, de modo a atender os objetivos da pesquisa. Como objetivo geral, visamos investigar o embate discursivo entre valores do atual Governo Federal e de documentos legais e educacionais, observando a relação de tensão axiológica evidenciada por declarações durante uma reunião ministerial ocorrida em abril de 2020. Em relação ao objetivo específico, almejamos analisar como os valores preconizados pelos diferentes documentos que embasam a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reverberam nos enunciados dos ministros na reunião ministerial, verificando de que modo práticas sócio-históricas intolerantes são refletidas e refratadas no/pelo discurso governista atual.

Em vista disso, construímos um caminho de reflexão embasado nos pressupostos teórico-metodológicos bakhtinianos apresentados anteriormente, de modo a traçarmos os seguintes movimentos investigativos: a) contextualizamos a reunião ministerial a fim de contemplar aspectos das **esferas** discursivas; b) consideramos o **gênero** “reunião ministerial”, apresentando características do seu conteúdo temático, construção composicional e estilo; e c)

analisamos os **enunciados** selecionados, observando, principalmente, como os signos ideológicos neles se entrecrocavam com as diretrizes da BNCC e dos marcos legais que a embasam. Ressaltamos que os movimentos “a” e “b”, por serem mais amplos, ainda que constitutivos dos enunciados a serem analisados, são apresentados nesta parte introdutória do capítulo, antes de pormenorizarmos os procedimentos de análise dos enunciados selecionados, correspondentes ao movimento “c”.

A designada **reunião ministerial**, realizada no dia 22 de abril de 2020, contou com a presença do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, de seu gabinete presidencial (Ministros e Secretários de Estado) e de representantes do setor bancário. Potencialmente, o tema da reunião seria o alinhamento das atividades políticas entre os ocupantes de diferentes pastas do poder executivo com políticas públicas para o enfrentamento à pandemia de COVID-19, ainda em seus primórdios naquele momento no Brasil. Para tal, contaria, especialmente, com a apresentação de um plano nacional denominado Pró-Brasil.

A gravação do encontro fora autorizada pelo próprio Presidente da República apenas como forma de se manter um registro interno de seus debates. Não obstante, a pedido do então Ministro da Justiça e importante aliado na eleição do Presidente, Sérgio Moro, e como consequência de inquérito no STF referente à suposta interferência do Presidente em investigações de corrupção envolvendo um de seus filhos, o deputado federal Flávio Bolsonaro, o seu conteúdo foi disponibilizado¹² publicamente em rede nacional. Considerando que o laudo oficial com a transcrição completa da reunião possui 75 páginas, esclarecemos que descartamos projetos de dizer não pertinentes ao recorte analítico desta pesquisa ao elaborarmos o resumo contextual a seguir.

Em meio a conversas sobrepostas e gracejos entre o Presidente da República e generais de seu governo, o encarregado da Guarda de Segurança Nacional solicita atenção para o início dos trabalhos. Braga Netto esclarece que apresentará uma espécie de plano *Marshall*, (Plano Pró Brasil), aos presentes e que, diante dos rumores que o documento já havia gerado na imprensa, decidiu convocar o encontro para pedir a colaboração e engajamento dos ministros. Braga Netto esclarece se tratar de um projeto “não de governo, mas de Estado, para os próximos dez anos”, visando à dualidade recuperação sanitária e econômica brasileira diante da pandemia de COVID-19. Suas propostas contemplavam a diminuição das desigualdades econômicas com obras e investimentos públicos e a busca por investidores estrangeiros. Entretanto, o Presidente

¹² Alguns cortes foram realizados no material divulgado pelo STF suprimindo trechos com referências a outros países a fim de preservar a segurança nacional.

pede para que passem a palavra para o Ministro da Economia, quem, segundo ele, é “o ministro mais importante nessa missão”.

Paulo Guedes, após desaconselhar o uso do nome “plano *Marshall*”¹³ e dizer que a China deveria financiar um plano para ajudar o mundo, afirma que não devemos nos iludir pois o crescimento econômico “vem pelos investimentos privados, pelo turismo, pela abertura da economia, pelas reformas”, revelando o viés neoliberal que defende e caracterizando investimentos públicos adotados pela ex-presidenta Dilma Rousseff como uma “agenda de trinta anos atrás” a qual “quebrou o Brasil”, segundo ele. Exaltando o discurso de Guedes, o Presidente pede que os presentes não revelem para a imprensa os detalhes do plano: “não pode falar nada. Tem que ignorar esses caras, cem por cento.” Na subsequência da reunião, Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) apresenta previsões para a queda do PIB mundial, atentando para a gravidade do momento e buscando trazer a discussão para a realidade pandêmica por meio de comparativos históricos. No entanto, seu projeto enunciativo parece não reverberar positivamente entre os colegas, os quais parecem o ignorar.

Em seguida, Ricardo Salles (Meio Ambiente) tem a palavra e posiciona-se sobre a oportunidade de, com a pandemia como distração, aprovar pautas do governo que vinham encontrando resistência do parlamento, de setores da população e de marcos legais. Esse enunciado foi selecionado e será analisado posteriormente nesta dissertação. Com a fala do Ministro do Meio Ambiente defendendo menos restrições ambientais, o Presidente aparenta estar à vontade para discorrer acerca da necessidade do apoio irrestrito ao seu Governo, inclusive mencionando que, se alguém não estiver completamente alinhado à sua agenda, deveria deixar o governo. Isso se concretizaria na subsequente demissão do Ministro da Justiça, Sérgio Moro, que estava presente na reunião e teve seu cargo entregue a um nome fiel ao Presidente. Moro elogia brevemente o plano, mas menciona que este não contemplava medidas contra a corrupção, bandeira com a qual Bolsonaro se elegeu.

Tendo seu nome anunciado, Nelson Teich, então Ministro da Saúde, busca, assim como Marinho, um olhar para a realidade do momento defendendo que controlar a doença (COVID-19) seria fundamental e que o medo gerado pela má gestão da crise sanitária poderia resultar em problemas econômicos ao país. Suas declarações não recebem evidente atenção e mais elogios são proferidos ao Presidente pelo Ministro Tarcísio (Infraestrutura), ao afirmar que Bolsonaro entraria para a história como um salvador da economia nacional, assim como “foi o Roosevelt, o outro foi o Churchill. O terceiro vai ser Bolsonaro.”

¹³ O Plano *Marshall* foi o principal plano econômico dos EUA para a reconstrução de seus aliados após a Segunda Guerra Mundial.

Na sequência, Pedro Guimarães coloca à disposição a Caixa Econômica Federal ao Plano e aos interesses de Guedes enquanto Ernesto Araújo (Relações Internacionais) aborda criticamente a China por estar no centro da crise mundial, alegando uma “globalização cega para o tema dos valores, para o tema da democracia, da liberdade”. Como vimos no capítulo anterior, os signos ideológicos “democracia” e “liberdade” costumam refratar sentidos bastante peculiares no horizonte valorativo de sujeitos que aderem ao discurso da extrema direita.

Em sintonia com o discurso de seus colegas, a Ministra Damares toma a palavra e pede para voltar a pauta para a questão dos valores. Enfatiza que, ao buscar dados dos povos originários, descobriu que existe uma relevante comunidade de descendentes de ucranianos no Brasil e que também não há dados confiáveis sobre a população à disposição de seu ministério. A Ministra discorre acerca de seu espanto em relação à população quilombola, enunciado que fará parte das análises na seção 3.2 desta pesquisa. Ainda assim, Damares é interrompida, e o tema da economia volta a pautar o debate.

O Ministro do Turismo, tomando a palavra, discorre acerca da importância de se legalizar cassinos no país devido ao investimento privado estrangeiro que seria recebido para a construção de *resorts* ao passo que a Ministra se posiciona contrária à medida, definindo-a como um “pacto com o diabo!” Posteriormente, Abraham Weintraub, então Ministro da Educação – cujo enunciado é analisado na seção 3.2 –, tem sua vez nos debates da reunião ministerial. Entre termos depreciativos que direciona a ministros do STF, Weintraub produz um enunciado que selecionamos para as análises nesta pesquisa no qual reiteradamente enuncia odiar o termo “povos”.

Quem encerra as discussões é o Ministro da Economia, Paulo Guedes, em diálogo direto com o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Rubem Novaes, discutindo possíveis privatizações de instituições nacionais, o que, em suma, parece centralizar o interesse governista com a reunião. Ao longo da reunião, em diversos momentos, integrantes abordaram a possível entrada do Brasil para a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o que seria viabilizado, segundo entendimento do governo bolsonarista, mediante apoio declarado ao então Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump¹⁴, bem como aprovação de reformas neoliberais e regulamentação do ensino

¹⁴ Ainda que o governo brasileiro tenha cedido a diversas reivindicações do Presidente estadunidense em vista da indicação do Brasil para uma vaga na OCDE, os EUA designaram a Argentina em outubro de 2019. Donald Trump, no entanto, sinalizou indicar o Brasil posteriormente, mas foi derrotado nas eleições presidenciais de 2020 pelo atual Presidente dos EUA, Joseph Biden Jr., não alinhado com as políticas bolsonaristas. Ademais, a OCDE vêm criticando o Brasil por não combater devidamente a pandemia e retroceder no combate à corrupção (FONTELES, 2021).

domiciliar, pauta conservadora que traria economia aos cofres públicos, reduzindo as “despesas” com a Educação Pública. Além dessas questões, os ministros Abraham Weintraub e Ernesto Araújo (Relações Exteriores) proferiram críticas, algumas em tom de insulto, contra a China, demonstrando aversão político-ideológica ao país considerado comunista. Tais trechos foram suprimidos da versão divulgada publicamente em virtude da segurança nacional.

Considerando a contextualização apresentada da reunião de abril de 2020, passemos para o elemento intermediário do nosso caminho investigativo, o gênero discursivo, cujos enunciados selecionados para análise, numa dimensão inter-relacional, fazem parte da constituição da reunião e por ela são constituídos. Apresentamos sumariamente características do estilo, conteúdo e forma composicional, tendo em vista as coerções do gênero tido como “reunião ministerial”.

Trechos da reunião foram imediatamente transmitidos conforme sua liberação, em lotes, nos principais meios televisivos ao passo que eram comentados por equipes jornalísticas. Evidentemente, a midiaticização massificada da reunião reverberou fortemente entre a população brasileira, especialmente devido ao que compreendemos ser uma profunda subversão do gênero graças a uma gama de elementos que nos causou estranheza, como o **estilo** – escolhas lexicais (insultos e termos altamente pejorativos) e o tom agressivo, próprio do estilo pessoal do Presidente – que destoa do esperado para um evento como uma reunião da equipe executiva do Governo Federal: “[...] o coitado do meu irmão capitão do Exército de ... de ... de ... lá de Miracatu **se foder, porra!** Como é perseguido o tempo todo. Aí a **bosta** da Folha de São Paulo, diz que meu irmão foi expulso dum açougue [...] vai pra **puta que o pariu, porra!**”. Os termos chulos que grifamos nos enunciados do Presidente evidenciam um rompimento com a coerção estilística de tom respeitoso prevista para enunciados de tal gênero e se repetem ao longo da reunião. As avaliações geradas, no entanto, não estabeleceram um consenso social valorativo, tendo em vista que em toda relação dialógica há tensões entre vozes internas e externas a cada discurso além de forças centrípetas e centrífugas em constante enfrentamento semântico. Porém, é importante destacar que uma parcela mais próxima do governo se manifestou incondicionalmente favorável a tal objeto de contemplação ao passo que outra parcela respondeu em tom de desagrado.

Podemos observar, no que tange ao **conteúdo temático** da reunião, nessa síntese do encontro entre o corpo ministerial do governo bolsonarista, que, ao longo da reunião, os discursos dos ministros e, em especial, do Presidente, são fundamentados em uma visão de mundo que tende a priorizar a economia em detrimento da preservação de vidas. Também notamos a presença do que chamamos de discurso autoritário, pois não nos parece haver

suficiente argumentação ou um debate propositivo, ao passo que o diálogo se estabelece permeado por signos ideológicos enunciados com entonação expressiva agressiva e impositiva e ataques ao princípio constitucional fundamentado no pluralismo político. Notamos também, em relação ao conteúdo temático, um descaso para com políticas públicas que atendam a interesses coletivos, conforme preceituam documentos legais, o que também motivou nossa escolha pela reunião como objeto de coleta para a formação do nosso *corpus* de pesquisa. A defesa do Presidente e de sua família e reformas neoliberais foram o foco da reunião ocorrida em meio à crise sanitária e, conseqüentemente, econômica.

Falas mais espontâneas e inconsequentes, apesar de não serem incomuns no atual Governo Federal, podem ter sido geradas devido à falta de ciência de que a reunião seria divulgada em rede nacional. De fato, esta foi gravada com a permissão do Presidente, mas apenas para fins de registro interno. Contudo, como já observamos, tornou-se público o seu conteúdo em razão de determinação judicial exarada no âmbito da investigação de processo investigativo em decorrência de uma denúncia do então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, o qual acusou Jair Bolsonaro de tentar interferir na autonomia da Polícia Federal. De fato, o Presidente enunciou durante a reunião que “não dá pra trabalhar assim. Fica difícil. Por isso, vou interferir! [...] E eu tenho o poder e vou interferir [...]”, referindo-se diretamente aos Ministérios e, conforme entendimento da promotoria, à investigação da Polícia Federal.

Efetivamente, o que nos leva a compreender o gênero como uma reunião ministerial é sua **construção composicional**, arquitetada pelos participantes do governo, associados a suas pastas (justiça, educação, agricultura etc.). A forma como a reunião foi convocada, o seu início por meio da apresentação de um plano, a condução dos debates pelo Presidente e as trocas de turnos entre os ministros, integrantes do Governo Federal, é comum em eventos deste gênero. Assim, a forma composicional, acrescida do estilo verbal e do conteúdo temático, ainda que subversivos, são importantes elementos na constituição dos enunciados vindos a público e selecionados para esta investigação.

Considerando o conjunto da reflexão empreendida, passamos a discorrer sobre a organização das seções de análise e sobre a metodologia de análise dos enunciados selecionados. No que concerne à organização da análise, seguimos a ordem cronológica em que os enunciados surgiram durante a reunião ministerial, contemplando os temas relativos ao Meio Ambiente, Multiculturalismo e Economia.

Assim, primeiramente, analisamos os dizeres do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Em seguida, ao tratarmos do tema Multiculturalismo, trazemos enunciados da Ministra Damares Alves (Família, Mulher e Direitos Humanos) e do ex-Ministro Abraham Weintraub

(Educação). Por fim, a última seção de análise aborda enunciados do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Ao longo das análises, apropriamo-nos dos conceitos da teoria bakhtiniana convocados por esta pesquisa para perscrutarmos os signos ideológicos que constituem os enunciados, investigando os valores que permeiam os discursos e contrapondo-os ao que inferem os marcos legais relativos aos TCTs correspondentes no texto da BNCC.

Mais precisamente, os passos de nossa análise dar-se-ão, da seguinte forma: a) anunciamos o tema analisado e sua relação com governo; b) quando necessário, introduzimos o contexto verbal imediato em que se insere o enunciado selecionado; c) introduzimos o enunciado selecionado; d) à luz da teoria dialógica do discurso, investigamos, na ordem enunciativa, seus aspectos extraverbais, não verbais e verbais; e) retomamos o que pudemos observar por meio das análises e investigamos o embate discursivo com o ideário dos marcos legais da educação, observando, em especial, valores refratados por signos ideológicos que compõem seus enunciados.

3.1 RICARDO SALLES E O MEIO AMBIENTE: “PASSANDO A BOIADA”

Caracterizado como um dos países com a maior biodiversidade do mundo, o Brasil, desde o início das atividades executivas do governo de Jair Messias Bolsonaro, vem sendo alvo de duras críticas por parte de movimentos ambientalistas, organizações não governamentais e das mídias nacional e internacional devido ao crescente desmatamento da floresta amazônica, além do aumento dos índices de violência rural entre garimpeiros e indígenas que, conforme vimos na seção 2.2 e retomamos “vítima especialmente as populações indígenas” (SCHWARCZ, 2019 p. 161). Sobrepondo-se a isso, a pandemia da COVID-19 colocou em risco a vida de povos residentes de regiões já atingidas por esses conflitos sociais. Não fortuitamente, o material de apoio para a implementação da BNCC, como vimos na seção 2.1, apresenta a macroárea denominada *Meio Ambiente* e dois TCTs: *educação ambiental e educação para o consumo*.

Desse modo, o primeiro enunciado que selecionamos para nossas análises foi produzido ainda no início da reunião ministerial pelo Ministro do Meio Ambiente do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, Ricardo Salles, condenado por improbidade administrativa como resultado de uma ação ¹⁵civil pública ambiental. A transcrição do enunciado está a seguir:

¹⁵ Segundo reportagem publicado no jornal The Intercept, de acordo com o Ministério Público de São Paulo, Salles e a Fiesp teriam modificado mapas de uma área de proteção ambiental (DIAS, Tatiana; LOTFI, Rosângela, 2019)

[...] no slide da, das questões transversais tá o Meio Ambiente, mas eu acho que o que eu vou dizer aqui sobre o meio ambiente se aplica a diversas outras matérias. Nós temos a possibilidade nesse momento que a atenção da imprensa tá voltada exclusiva ... quase que exclusivamente pro COVID, e daqui a pouco para a Amazônia, o General Mourão tem feito aí os trabalhos preparatórios para que a gente possa entrar nesse assunto da Amazônia um pouco mais calçado, mas não é isso que eu quero falar. A oportunidade que nós temos, que a imprensa não tá ... tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas [...]. Então, pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam ... é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos. [...] Não precisamos de congresso. Porque coisa que precisa de congresso também, nesse, nesse fuzuê que está aí, nós não vamos conseguir apo ... após. é ... aprovar. Agora tem um monte de coisa que é só, parecer, caneta, parecer, caneta. Sem parecer também não tem caneta, porque dar uma canetada sem parecer é cana. Então, o ... o ... o ... isso aí vale muito a pena. A gente tem um espaço enorme pra fazer. (Ricardo Salles – Meio Ambiente).

Seguindo a ordem enunciativa do projeto de dizer do Ministro, Salles inicia seu turno antecipando sua preocupação com outras áreas ao abordar o caráter transversal do tema do Meio Ambiente: “eu acho que o que eu vou dizer aqui sobre o meio ambiente se aplica a diversas outras matérias.” No entanto, como será observado ao longo de seu discurso, seu projeto enunciativo parece visar unicamente atender a uma agenda econômica neoliberal.

Apesar de falar em “diversas outras matérias”, sugere que a imprensa está “dando um pouco de alívio nos outros temas” e que, por isso mesmo, o Governo situa-se “nesse momento de tranquilidade”. Esse ponto de vista antagoniza e desmoraliza o papel da imprensa profissional, já que, não havendo ampla atenção do setor midiático para veicular as políticas contrárias ao que promulgam documentos do seu ministério, a atuação em desacordo com a lei seria mais viável. Ademais, ao mobilizar o signo ideológico “tranquilidade”, o enunciador situa a gravidade da pandemia em um campo semântico “tranquilo”, sugerindo um descaso por parte das autoridades governamentais com a crise sanitária, uma vez que desconsidera as vidas¹⁶ perdidas em consequência da pandemia de COVID-19 no Brasil. Em ambos os trechos, pode-se observar o entrechoque valorativo do ministro Salles comparado ao que é preconizado pela BNCC, haja vista que um dos objetivos fundamentais da educação ambiental, conforme o inciso II do Art. 5º, é a busca pela “garantia de democratização das informações ambientais.

¹⁶ De acordo com levantamento do *Consórcio de Veículos de Imprensa*, que realiza levantamentos a respeito do número de casos e mortes por COVID-19 no Brasil, em 22 de abril de 2020 o país registrava 2.906 mortes. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/country/brazil/>

Esse fenômeno tensivo ocorre pelo fato de a discursivização do ministro, por meio de signos ideológicos como “dando alívio”, sugerirem ao grupo ministerial a prática de escamotear informações relevantes no que tange às legalidades ambientais, tendo em vista a gravidade pandêmica que desloca a atenção midiática para o assunto viral “momento de tranquilidade”.

Além disso, de maneira a cumprir com a agenda governista e aproveitando-se do nefasto momento da pandemia, Ricardo Salles tem sua posição semântico-axiológica refratada em seu discurso na reunião ministerial quando, direcionando seu olhar ao Presidente, enuncia em tom enfático e confiante: “A oportunidade que nós temos, que a imprensa [...] tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação [...]”. Com efeito, para ele, é viável aprovar uma política de “reformas infralegais de desregulamentação”, o que, ao nosso juízo, fomentaria a derrubada de florestas e a destruição de áreas de proteção ambiental, ampliando lucros do setor rural com atividades pecuárias, o que fere os incisos VI e VII do Art. 23 da CF 1988, que promulgam: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proteger o meio ambiente e [...] preservar as florestas, a fauna e a flora.” Além de entrar em um embate discursivo opondo-se axiologicamente ao marco legal citado, notemos que, ao utilizar-se do termo “infralegais” para se referir às reformas que propõe, Salles, na realidade, usa de um eufemismo para o que poderíamos descrever como um ato fora dos parâmetros legais.

Desse modo, torna-se visível, no fio de seu discurso, o embate axiológico que o principal representante nacional da área do Meio Ambiente traça com o discurso preconizado pela BNCC, uma vez que o Artigo 1º do Capítulo I: Educação Ambiental na LDB delinea o que se concebe como sendo uma educação ambiental basilar:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Na sequência, o Ministro mobiliza os signos “ir passando a boiada” ao passo que gesticula com as mãos como se estivesse realizando o ato que verbaliza:

Figura 4: Ministro Ricardo Salles gesticulando ao falar na reunião ministerial



Fonte: BBC (2020).

Refletindo e refratando ideologicamente uma posição que, estando descompromissada com valores ambientalistas e com a sociedade brasileira, o projeto enunciativo do discurso do Ministro atende diretamente aos interesses econômicos neoliberais de parte do setor rural, o qual se vale do desmatamento de áreas protegidas nacionalmente e da criação de gado para enriquecimento. Ademais, o signo ideológico “boiada” reflete e refrata sentidos contestáveis, tendo em vista o tema da reunião em relação ao cronotopo (tempo e espaço) pandêmico e às formas de gestão ambiental do cenário brasileiro na contemporaneidade. Se recuperarmos em nossa memória a cena de um boiadeiro adestrando e amansando seus animais, podemos estabelecer uma equivalência com parte do povo brasileiro que parece ser privado de consciência racional ao silenciar frente aos desmandos do poder executivo atual. Vale acrescentar que esse mesmo signo “boiada” refrata ao povo brasileiro um caráter despersonalizado, desumanizado, massificado e comoditizado (eu, boiadeiro; vocês, boiada). No contexto da pandemia de COVID-19, em que as demandas por políticas públicas se intensificam, vemos materializada no discurso a maneira “desculpabilizante” e “desresponsabilizante” que os representantes assumem suas atribuições em relação às “boiadas”, contrapondo-se, ética e esteticamente, ao “estímulo e [a]o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social” (BRASIL, 1999, Artigo 5º, inciso III).

A expressão “passando a boiada” parece, ainda, fazer coro com a expressão “dar de baciada”, que surge posteriormente em seu projeto de dizer, produzindo sentidos de que defende a desregulamentarização do que for possível no intuito de facilitar interesses do agronegócio a despeito da lei.

Ao acrescentar a expressão “é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação” para ter a garantia do cumprimento das políticas de redução do controle ambiental, Salles defende ainda que “nós [os membros do governo envolvidos na desregulamentação ambiental] temos que tá com a artilharia da AGU preparada pra cada linha que a gente avança”, porque membros da sociedade civil poderiam impetrar ações judiciais e civis. Nesse sentido, é possível examinar que esse ponto de vista reflete e refrata ideologicamente uma instituição de Estado, a AGU, como instituição de interesses privados do setor rural, o que faz ressoar ecos históricos do patrimonialismo no Brasil, haja vista que o Ministro procura utilizar-se do aparelhamento do governo (militarizado) para blindar a si e a outros possíveis infratores, os quais buscam lucrar com as reformas. Inferimos, também, que Ricardo Salles está ciente do risco de suas propostas, pois conclui sua argumentação com o enunciado que alerta que: “dar uma canetada sem parecer é cana”, solicitando proteção jurídica “nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura da imprensa” para que possa “ir passando a boiada”.

Por fim, destacamos o enunciado introdutório do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, disponível no portal do MEC e descrito como marco legal do TCT *Educação Ambiental*:

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário.

Realçamos os signos ideológicos “sustentabilidade equitativa” e “preservação ecológica” para demonstrar a disparidade resultante do embate axiológico entre os valores deste marco legal e os exprimidos no discurso do Ministro Salles, expressado pelo enunciado: “mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo.” Surpreende-nos, novamente, a questão da tranquilidade, mas agora com a qual demais integrantes da reunião respondem a tal projeto de dizer ao permanecerem em um silêncio que avaliamos sugerir um tom de condescendência.

Com isso, passemos ao tema multiculturalismo na seção a seguir.

3.2 DAMARES ALVES, ABRAHAM WEINTRAUB E O MULTICULTURALISMO: “TEMOS QUE VER A QUESTÃO DOS VALORES”

Além da biodiversidade, o Brasil é marcado pela grande diversidade étnica e cultural de seus povos. No entanto, nosso histórico difere do pacifismo que costuma permear o imaginário a nosso respeito, estando repleto de conflitos, intolerância e desigualdade, conforme abordamos na seção 2.2. Nesse sentido, como tema que pressupõe a valorização da pluralidade cultural para a formação e progresso da sociedade, é esperável que o *Multiculturalismo* promova evidente embate axiológico com o discurso bolsonarista. Estão, ainda, diretamente associados a essa macroárea os TCTs *diversidade cultural* e *educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras*. A própria nomenclatura dos TCTs, observada como signos ideológicos, acionam valores opostos aos expressos no discurso dos ministros, como veremos.

O nosso recorte metodológico analítico para esta seção recai sobre dizeres de dois ministros durante a reunião ministerial: Damares Alves (Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos) e Abraham Weintraub (Ministro da Educação). Antes de adentrarmos nos enunciados selecionados, abordamos os dizeres anteriores da reunião, a fim de compreendermos o contexto verbal imediato, haja vista que o enunciado selecionado inicia pelo signo “Então[...]”, o qual remete a algo previamente enunciado.

A pastora evangélica e Ministra, Damares Alves, inicia seu pronunciamento parabenizando o presidente do Banco Central, o economista Roberto de Oliveira Campos Neto – neto de Roberto Campos, comandante do Ministério do Planejamento durante o governo do presidente Castelo Branco no período da ditadura militar – se referindo a ele, equivocadamente, como “ministro”. Como se sabe, o governo bolsonarista constantemente demonstra sua afinidade com esse período autoritário da nossa história política. Antes de Damares ser anunciada, Neto discursara sobre a importância de o governo mitigar riscos financeiros para potenciais investidores estrangeiros através de “agentes [...] que fazem governança mundial” a representantes do setor privado internacional. O intuito consensual no Governo Federal é aumentar a entrada de capital estrangeiro no país a fim de financiar os interesses econômicos atrelados ao ideário bolsonarista, como a ampliação de investimentos no setor militar e na construção civil sem a necessidade de maior fiscalização ou cobrança de impostos sobre grandes fortunas, muitas, de seus aliados políticos.

Em tom de desconforto com o enfoque na economia que se estabelecia na reunião, a Ministra pede foco ao “pilar dos valores” deste governo: “Não se pode construir nada neste governo sem a gente trazer valores.” Representante do setor cristão neopentecostal brasileiro, Damares, como vimos na seção 2.2, foi acusada de promover discurso de ódio contra LGBTs e praticantes de religiões de matriz africana além de haver adotado, supostamente, sem

consentimento uma menina indígena, cuja família alega ter sido raptada (PORTINARI; SASSINE, 2019). Aspectos históricos da intolerância no Brasil, tratados por Schwarcz (2019), podem ser vislumbrados no discurso da Ministra devido a seu horizonte valorativo ultraconservador.

Após isso, Damares passa a falar sobre as profundas mudanças que a pandemia acarretará ao mundo, levando-nos ao que tem sido chamado de “novo normal”: “O mundo não será mais o mesmo.” Dito isto, a Ministra aponta para o fato de que será necessária uma revisão de políticas públicas, tanto no Brasil, como pelo mundo todo. Contudo, alega que o atual governo ou não recebeu dados sobre a população ou recebeu apenas dados falsos: “nós recebemos um governo que não tinha dados, os dados que nós tínhamos eram falsos, mentirosos. Um Brasil de achismo [...]”. Ao criar essa narrativa de que estamos às cegas, alega que teremos que “rever muita coisa”. Admite que “somos um país plural” e então informa, em tom de orgulho, que, ao buscar os “povos tradicionais” para construir políticas, admirou-se com a quantidade de descendentes de ucranianos residentes no sul do Brasil. Com entonação expressiva de entusiasmo, celebra o fato de que se encontram “com a sua cultura totalmente preservada no Brasil”. Este grupo não faz parte dos cidadãos que estatisticamente necessitam de políticas públicas do seu ministério, como os chamados *povos originários*, os indígenas. Enquanto isso, o Governo Federal tem sido denunciado em tribunais internacionais pelo que vem sendo chamado de “promoção do genocídio indígena.” (GOMES, 2020).

Lembremos que as Américas foram chamadas de novo mundo pelos colonizadores europeus que desconsideravam a existência de culturas e tradições locais, vendo-nos como selvagens incultos a serem “civilizados” impositivamente através de seus valores cristãos hegemônicos. Estas vozes sociais, carregadas de valores neocolonialistas, ainda reverberam fortemente na nossa sociedade e norteiam o discurso do atual Governo Federal. Reafirmando que teremos que “rever muita coisa na aplicação das [...] políticas públicas”, a Ministra demonstra se afligir com “a questão dos valores”, atitude enunciativa que revela um desencontro com a BNCC, que busca “assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (Art. 210, CF 1988). Damares produz, então, o enunciado que selecionamos:

Então mini ... então presidente, nós vamos ter que rever muita coisa na aplicação das nossas políticas públicas no Brasil. [...] Então, tudo que nós fomos construir, nós vamos ter que ver, ministro, a questão dos valores também. A questão, os nossos quilombos estão crescendo e os ... e os meninos estão nascendo nos quilombos e seus valores estão lá. Então, tudo vai ter que ver a questão dos valores.

[...] Primeiro óbito: dia doze de abril. E eu fui lá pra Amazônia [...]. E por que que nós fomos lá, presidente? Porque nós recebemos a notícia que haveria contaminação criminoso em Roraima e Amazônia, de propósito, em índios, pra dizimar aldeias e povos inteiro pra colocar nas costas do presidente Bolsonaro. (Damares Alves – Mulher, Família e Direitos Humanos)

A inquietação acerca dos valores que devem ser preservados na sociedade (em detrimento de outros) parece evidenciada pelas forças centrípetas que atravessam seu ideário bem como pelo tom de desaprovação ao discorrer sobre a quantidade de crianças nascendo e sendo criadas em quilombos. Percebemos, por meio de seus enunciados, que a Ministra não demonstra preocupação em relação à proteção da vida ou da saúde desse grupo altamente vulnerável, posição valorativa que tensiona de forma a comungar com a do Ministro Salles, anteriormente analisada. Essa proximidade axiológica ocorre tanto pela despreocupação com a vida de determinadas camadas sociais, quanto pelo entrecchoque com os valores promovidos pelos marcos da BNCC, uma vez que esse documento reclama uma educação que vise à investigação sobre os aspectos fundantes da afro-brasilidade, integrando

o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003).

Finalmente, ao focar nas questões sobre a política indigenista do governo, frisa que, apesar das fortes críticas advindas do que a ministra qualifica como “a esquerda”, estão no caminho certo: “a forma que a gente conduziu deu muito certo”. Para sustentar tal argumento, menciona que o primeiro óbito de um indígena vítima da COVID-19 ocorreu apenas no dia doze de abril, enquanto que “a esquerda falou que o coronavírus iria dizimar os povos indígenas”. No entanto, a veracidade atual mostra a superficialidade da análise da ministra em voga diante da conjuntura pandêmica. O discurso de Damares é permeado por negacionismos científicos e históricos ao realizar acusações sem evidências, vislumbrar uma perseguição aos cristãos pelos “esquerdistas”, demonizados por sujeitos de extrema direita ultraconservadores.

Como discutimos no capítulo anterior, reitera-se, no fio discursivo desse enunciado, o quanto o discurso de Damares parece aderir à narrativa do “nós contra eles¹⁷”, fundamental no que tange ao que veio a se chamar de “guerra cultural”. Outrossim, a Ministra informa sobre sua ida à Amazônia com o presidente da Funai devido a uma “notícia de que haveria

¹⁷ Em seu livro *Como Funciona o Fascismo*, o professor e filósofo da linguagem Jason Stanley, discorre acerca do que denomina “forças fascistas”, que subjazem a política do “nós” e “eles” praticada, segundo o autor, por políticos contemporâneos como Donald Trump, Viktor Orbán e Jair Messias Bolsonaro.

contaminação criminosa [...] para colocar nas costas do presidente Bolsonaro”. Afirma que se encontrou com o presidente da Funai, generais da região e o superintendente da Polícia Federal, em reunião “meio que sigilosa” sobre “eles” precisarem matar mais índios porque a política do governo estava dando certo. Retoma a alegação de que “políticas de valores” precisam estar no Pró-Brasil, tensionando os aspectos norteadores da BNCC que, tendo como horizonte a educação, sugere a contemplação dos valores culturais indígenas, como enuncia a seguinte passagem: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1988, Art. 210, § 2º).

Neste momento, o projeto enunciativo da ministra parece tentar justificar uma suposta angústia do presidente, possivelmente, em relação a sabotagens ao seu governo por parte do que costumam classificar como “esquerdistas”: extremistas que seriam capazes, inclusive, de contaminar indígenas ou praticar queimadas criminosas em áreas de preservação ambiental. Tudo para prejudicar o trabalho do seu governo, autoavaliado como “excelente”. A Ministra emprega um tom “apocalíptico” (menos no sentido de destruição final e mais no sentido de revelação da ordem diabólica que dominaria o mundo) nos seus discursos.

No trecho final da gravação da participação de Damares na reunião, em tom de deboche, o general Braga Netto a interrompe ao perguntar ao Ministro da Economia se pode indagá-la acerca de algo que tratava com Paulo Guedes e que, apesar de não ficar claro, é possível ser sobre a possibilidade de destinar mais recursos ao ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. Entre risadas de diversos colegas do gênero masculino na reunião, o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, traz para o debate um tema complexo para o atual governo: a legalização de jogos de azar no Brasil: “(Risos). Não. Não é bem isso não, né? Vou ter que começar a desmistificar pra Damares aqui.” Esta proposta visa aumentar os investimentos estrangeiros no país, ao mesmo tempo que o governo depende do apoio de sua fiel base cristã conservadora, representada, em especial, pela chamada bancada evangélica, que como a Ministra, é contrária à proposta¹⁸. Ao responder verbalmente em tom agressivo: “Pacto com o diabo!”, o discurso da Ministra demonstra estar permeado por valores que compõem um ideário típico de fanatismos religiosos, contrário à laicidade que seu cargo demanda e ao que preceitua a redação dada pelo marco legal dado pela Lei nº9.475, de 22.7.1997 em seu Artigo 3: “O ensino

¹⁸ Segundo o deputado Silas Câmara, coordenador da bancada evangélica no congresso, em entrevista ao portal Congresso em Foco, é “difícil [regulamentar jogos de azar] pois o presidente tem um discurso e tem se comportado na Presidência a favor da família e quem prega família e contra a corrupção não apoia jogos de azar.” (POMPEU, 2020).

religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do [...], assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.” Damares, ainda que não se alinhe à agenda neoliberal, representa o ultraconservadorismo que pode resultar na intolerância contra minorias sociais.

Momentos depois, se inicia a participação do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub. Após ter alegado não querer ser mais escravo, provavelmente, do ideário multiculturalista, igualitarista, que defende a valorização dos diferentes povos e suas culturas, Weintraub defende o reconhecimento de “um só povo: o povo brasileiro”, menosprezando as diferenças étnicas, raciais e culturais brasileiras e se posicionando sem a empatia que cobrara anteriormente dos antigos ministros da Educação – a qual somente ele possuiria. Dessa forma, demonstra ignorar o fato de que minorias – e maiorias minorizadas, como descreve Lília Schwarcz (2019), sobre mulheres, negros e pardos no Brasil – vivem em condições de desvantagem, derivadas do histórico de genocídio indígena, escravidão de pessoas negras e do patriarcado, implantado pelos nossos colonizadores europeus. Essa herança histórica segue marcante, pois esses povos não tiveram as reparações históricas devidamente elaboradas. Tanto o ministro quanto o presidente Bolsonaro, inclusive, declaram-se contrários a políticas afirmativas como as cotas raciais e de gênero, como sugere a passagem a seguir:

A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do Estado e é o ... eu realmente tô aqui aberto, como cês sabem disso, levo tiro ... odeia ... odeio o partido comunista (*trecho suprimido em observância a lei de segurança nacional*). Ele tá querendo transformar a gente numa colônia. Esse país não é ... odeio o termo "povos indígenas", odeio esse termo. Odeio. O "povo cigano". Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios. Só pode ter um povo, não pode ter ministro [do STF] que acha que é melhor do que o povo. (Abraham Weintraub - Educação)

Bolsonaro havia prometido em campanha eleitoral fazer um governo classificado por ele como “sem ideologia”, totalmente técnico, em especial no que) tange às relações internacionais. Contudo, na contramão de seus próprios posicionamentos, Weintraub, Ernesto Araújo (Relações Internacionais) e o próprio presidente costumam declarar apoio a partidos ou políticos de outros países, provocando crises no próprio governo, em especial com o maior parceiro comercial do Brasil: a China. Bolsonaro havia suspenso todos os investimentos para a compra de vacinas contra a COVID-19 simplesmente por elas virem da China. Ainda sobre o país, Weintraub enuncia na reunião que “Ele [o partido comunista] tá querendo transformar a

gente numa colônia”. Como viemos analisando, a criação de uma “colônia” é percebida valorativamente com olhos de desgosto pelo locutor, algo que é bastante evidente na concepção de mundo neoliberal bolsonarista, marcada por um capitalismo que vilipendia as classes desfavorecidas. Contraditoriamente, o atual Governo Federal parece aderir a qualquer acordo com os Estados Unidos – enquanto governado pelo então presidente Donald Trump – mesmo que o Brasil saia prejudicado economicamente. Entendemos que o problema do governo para com a China trata-se, na verdade, do discurso típico da extrema direita que teme o que avalia como “comunismo”, até mesmo evitando a compra de vacinas em vista de sua origem.

No enunciado em análise, o Ministro, ao se posicionar axiologicamente perante o multiculturalismo brasileiro, mobiliza o signo ideológico “odeio” que reflete e refrata ideologicamente seu menosprezo em relação aos povos originários e ao cigano. Ainda que enuncie que “Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro [...]”, notamos que o ministro demonstra aceitar o convívio com diferentes etnias, como os pretos, brancos, japoneses, mas não com os indígenas, pois se refere a eles como “descendente[s] de índio”, utilizando o termo considerado politicamente incorreto “índios” além de falar apenas em seus “descendentes”, e não dos seus povos e culturas que habitam o Brasil. Nesse sentido, observa-se um entrechoque valorativo entre o discurso do então Ministro e o discurso da LDB, que, contrariamente ao que afirma o ator sociopolítico, prescreve em seu Artigo 26, § 4 que o ensino nacional deverá levar “em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”.

De maneira a tentar silenciar essas vozes sociais, uma entonação expressiva assertiva recai no enunciado de Weintraub que defende que “só tem **um** povo nesse país”, já que “**tem que** ser brasileiro, pô!”. Logo, fica evidente o projeto enunciativo de homogeneizar a pluralidade de vozes culturais, tendendo discursivamente à promoção de forças mais centrípetas do que centrífugas, em tom xenofóbico. Esse posicionamento axiológico se entrechoca com o que os marcos legais da BNCC reclamam da esfera educacional, na qual a escola deve

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de **reverter a situação de exclusão histórica** que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de **quilombos** e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria (BRASIL, 2018, p. 15-16 – grifos nossos).

Tendo como orientação esse horizonte de valores, percebemos que o discurso do Ministro apresenta um entrechoque com os valores multiculturais firmados na BNCC e, sobretudo, nos marcos legais. Vale acrescentar que, além disso, Weintraub, ao repudiar a pluralidade de vozes em nosso país, autoriza juízos preconceituosos e ações de discriminação em relação a quem diverja de seu posicionamento, uma vez que se agarra aos signos “vá de ré”, sugerindo uma busca pela expulsão dos sujeitos sociais que não se enquadram aos moldes de sua visão unilateral do “ser brasileiro”. A intolerância toma corpo no discurso do Ministro quando este, confortavelmente, dirige-se aos interlocutores por meio de enunciados cujos projetos enunciativos visam excluir divergências políticas e culturais.

Observamos a relação dialógica estabelecida entre os valores que permeiam os signos ideológicos acentuados por tons excludentes e antidemocráticos do primeiro *slogan* do governo bolsonarista, recuperado do período da ditadura militar: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Posteriormente alterado para “Pátria amada, Brasil” em decorrência de críticas da sociedade civil, o novo *slogan* é apresentado em painel ao fundo da reunião:

Figura 5: *Slogan* do Governo Federal ao fundo da reunião ministerial



Fonte: INC/DITEC/PF (2020)

O *slogan* atual parece amenizar o tom agressivo que enunciava que quem não amasse o Brasil –incluindo o governo, sua identidade e ideário - deveria deixá-lo. No entanto, o signo “pátria amada” mantém o tom de exaltação e reverbera vozes nacionalistas, comumente ostentadas por governos de extrema direita. Ademais, a partir de aspectos não verbais como a composição do gabinete ministerial, legitima-se um predomínio centrípeto no embate entre forças discursivas também em relação ao que nos parece uma busca do governo bolsonarista por uma identidade nacional unificada – branca e cristã –, dado que nenhum participante da

reunião é fenotipicamente negro ou indígena nem praticante de alguma religião de matriz afro-brasileira. Essa valorização maior quanto aos aspectos culturais dos nossos colonizadores tende a aprofundar práticas estruturais como a desigualdade e a intolerância que afligem populações com pouca representatividade política e social no nosso país e pode restringir o horizonte valorativo governista.

Dessa forma, prejudica-se o atendimento ao ideal de promoção e valorização do multiculturalismo, preconizado por marcos legais referenciados na BNCC, como o parecer que afirma que “a escola deverá propiciar aos alunos condições para **transitarem em outras culturas**, para que **transcendam seu universo local** [...]” (Parecer CNE/CEB Nº11/2010, p. 8 e 9 – grifos nossos). Esse parecer faz coro com o enunciado presente na página 14 da BNCC: “a escola, como espaço de aprendizagem e de **democracia inclusiva**, deve se fortalecer na **prática coercitiva de não discriminação**, não preconceito e **respeito às diferenças e diversidades**. (BRASIL, 2018, p. 14 – grifos nossos). Além desses aspectos, destacamos que somente dois membros do corpo ministerial presentes eram do gênero feminino, sendo que Damara Alves, no entanto, costuma se opor a diversas lutas feministas por direito das mulheres e igualdade entre os gêneros (REDAÇÃO, 2019).

Após esse trecho, o pronunciamento encerra-se com a reclamação de Weintraub de que está vendo a oportunidade de “mudar tudo” se perder, pois, supostamente, alguns membros do gabinete não atuam sob lealdade total ao presidente. Como dito anteriormente, o então Ministro da Justiça, que requisitou a divulgação da reunião, acusa Bolsonaro de pedir-lhe que favorecesse a ele e sua família em investigações sobre corrupção em andamento pela Polícia Federal, o que reflete e refrata o caráter patrimonialista que segue presente na política brasileira contemporânea. O uso de um cargo público em benefício próprio estabelece um entrechoque axiológico incompatível com valores presentes no discurso da BNCC, que ao abordar o que as Ciências Humanas devem estimular, traz o seguinte enunciado:

As Ciências Humanas devem, assim, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; **o respeito** ao ambiente e **à própria coletividade**; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo **voltados para o bem comum**; e, sobretudo, a preocupação com as **desigualdades sociais**. Cabe, ainda, às Ciências Humanas cultivar a formação de alunos intelectualmente autônomos, com capacidade de articular categorias de pensamento histórico e geográfico em face de seu próprio tempo, percebendo as experiências humanas e refletindo sobre elas, com base na **diversidade de pontos de vista**. (BRASIL, 2018, p. 354 – grifos nossos)

No enunciado supracitado, grifamos também signos ideológicos que refletem e refratam valores que projetam um ideário multicultural para a Educação Básica: “diversidade de pontos de vista”. Tais signos, repletos de forças centrífugas que tensionam em aderência a valores democráticos, plurais, estabelecem um embate discursivo que tensiona em sentido diametralmente oposto ao enunciado do Ministro da Educação: “Só tem um povo nesse país”, o qual carrega forças discursivas centrípetas que buscam excluir vozes dessoantes, buscando um sentido único, aproximando-se de ideários mais autoritários.

Sintetizando o que vimos até aqui, Weintraub, hoje Ex-ministro da Educação, não apresenta um projeto político educacional para o Brasil que consagre princípios basilares do mandamento legal da educação de nosso país. Na verdade, ao se orientar para um dos objetos recorrentes de seu discurso – povos originários – acentua uma posição semântico-axiológica de xenofobia, já que silencia essas vozes e suas vivências, contrariando frontalmente os valores dos Marcos Legais e da BNCC. Além do mais, defende que o maior parceiro comercial do Brasil, a China, teria um fictício projeto de colonização, o que, indubitavelmente, representa um obstáculo em nossa relação diplomática.

Passemos ao último tema abordado, a economia.

3.3 PAULO GUEDES E A ECONOMIA: “NÓS VAMOS GANHAR DINHEIRO”

Discussões acerca de questões econômicas permeiam diversos pontos da reunião ministerial, desde as primeiras enunciações até as que a encerram. Partindo de pressupostos marxistas, o Círculo nos adverte de que o sistema socioeconômico configura a realidade material na qual as sociedades se organizam, formando a base em que se estabelecem vozes sociais, se formulam apreciações e, conseqüentemente, se estruturam seus ideários: “As leis dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas.” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 34). Desse modo, a temática da *Economia* encontra-se inexoravelmente atrelada a temas como *Meio Ambiente* e *Multiculturalismo*, bem como *Educação*.

Conforme nossa avaliação, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, busca alinhar as diferentes agendas ministeriais ao dizer, logo que retoma a palavra: “ô presidente, esses valores, esses princípios [...] nós estamos todos aqui por esses valores.”, após as falas de Damares e Weintraub. Isto se dá através de seu esforço para alcançar uma síntese dialética entre os interesses de dois setores essenciais que compõem valorativa e politicamente a base de apoio governista: as direitas liberal/conservadora e a ala militar, que comunga com valores

ultranacionalistas, reacionários e autoritários. Esse empreendimento se justifica, pois as propostas sustentadas pela esfera militar, chamadas de “desenvolvimentistas” por Paulo Guedes, se chocam com sua agenda liberal, de austeridade.

Segundo o Ministro, essa estratégia econômica de altos investimentos teria “quebrado o Brasil” nos governos anteriores, de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Percebemos que não há, de fato, consenso entre os integrantes do gabinete em assuntos fundamentais como a Economia. No entanto, como sabemos, tensionamentos são intrínsecos à natureza dialógica de toda interação discursiva. Para o escrutínio desse tema, realçamos os seguintes dizeres do Ministro da Economia, que compõem o enunciado central desta seção:

Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas. [...] Quantos jovens aprendizes nós podemos absorver nos quartéis brasileiros? Um milhão? Um milhão a duzentos reais, que é o bolsa família, trezentos reais, pro cara de manhã faz calistenia, [...]. Aprende[...] organização social e como é que é o? OSPB, né? [...] Faz ginástica, canta o hino, bate continência. De tarde, aprende, aprende a ser um cidadão, pô! Aprende a ser um cidadão. Disciplina, usar o ... usar o tempo construtivamente, pô! É ... voluntário pra fazer estrada, pra fazer isso, fazer aquilo. Sabe quanto custa isso? É duzentos reais por mês, um milhão de cá, duzentos milhões, pô! Joga dez meses aí, dois bi. Isso é nada! Então, nós vamos pegar na reconstrução, nós vamos pegar um bilhão, dois bilhões e contrata um milhão de jovens aqui. A Alemanha fez isso na reconstrução. Aí você também quer fazer estrada? Precisa de três, quatro bilhões a mais. Tem um orçamento de oito. Toma aqui seus quatro bilhões. Isso não faz falta. Isso não faz falta. Não é isso o problema. [...] Nós já botamo a granada no bolso do inimigo. Dois anos sem aumento de salário. (Paulo Guedes - Economia)

Ao enunciar que “Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias.”, o Ministro defende a chamada *economia do gotejamento* (*trickle-down economics*), preconizada pela Escola de Chicago, escola de pensamento que Guedes se orgulha de seguir. Com isso, Paulo Guedes advoga por investimentos públicos em grandes empresas na esperança de que essas instituições contratem mais empregados e reduzam o preço de seus serviços e mercadorias para os consumidores. Essa visão, considerada neoliberal, no entanto, já não é mais apoiada inclusive por membros da Escola de Chicago, como nos informa a jornalista Fernanda Mena em sua coluna na Folha de São Paulo: “A escola de Chicago que Guedes adota nem Chicago mais defende” (MENA, 2019).

Atrelada à noção econômica, tem-se a visão unilateral de cidadania, segundo a qual os sujeitos da sociedade civil considerados “cidadãos de bem” se enquadram na ideologia dominante do capitalismo, que alija as pluralidades do ser, projetando

discursos marcados, axiologicamente, por tons valorativos de machismo, desigualdade, racismo, homofobia e xenofobia que, quando entrecruzados, formam um centro de valor caracterizado pela intolerância, voltado para atingir o outro, calá-lo, silenciando, por meio de práticas sociais e discursivas, as possibilidades de se fazerem manifestadas visões de mundo diferentes. (PASCHOAL, 2020, p. 16).

Tendo a noção de “cidadão de bem” como parâmetro moral e ético para a sociedade brasileira, o Ministro da Economia, por meio de sua enunciação, reflete e refrata semântico-axiologicamente seus posicionamentos em relação ao que concebe como a “reconstrução” das políticas que o governo visa, primeiramente, des(cons)truir. Nesse sentido, Guedes representa ideologicamente o “de bem” como todo aquele que “Faz ginástica, canta o hino, bate continência”, o que, em sua concepção, não gera muitos custos aos cofres públicos. Essa retomada discursiva do signo ideológico “cidadão de bem” tensiona em aderência ao discurso do Presidente Jair Messias Bolsonaro que “Há quase três décadas na política partidária, com uma atuação modesta (três projetos aprovados, no subterfúgio de que não aprovou muitos, mas que contribuiu para barrar bastantes), [...] se põe na missão de vigilante dos ‘bons’ costumes, guardião dos cidadãos de ‘bem’” (LIMA, 2019, p. 407).

Na sequência, em oposição ao que entende por tal signo ideológico e passando a tratar dos servidores públicos brasileiros, o chefe da pasta mobiliza o signo “parasitas¹⁹”, estabelecendo uma comparação que carrega indícios de uma possível intenção de subjugar-los a uma subespécie que, conforme compreendemos ativamente, não se relacionaria à noção de “cidadão de bem”. Concatenada a essa posição axiológica, Paulo Guedes também produz o enunciado “Nós já botamo a granada no bolso do inimigo. Dois anos sem aumento de salário”, referindo-se aos servidores públicos, como professores e policiais - mas, certamente, não a ele e seus interlocutores presentes na reunião - por meio do signo ideológico “inimigo”. Por conseguinte, percebemos uma tensão discursiva que se instaura na e pela enunciação em questão: a voz do servidor na luta pela reivindicação de direitos, atuando como uma força centrífuga; e a voz de um ministro de Estado silenciando-a, agindo como uma força centrípeta.

¹⁹ O Ministro Paulo Guedes qualificou os servidores públicos por meio do signo ideológico “parasitas” ao defender uma reforma administrativa neoliberal (JORNAL NACIONAL, 2020).

A partir dessa orientação axiológica, entendemos que interesses econômicos e ideológicos subjazem o ideário conservador-neoliberal²⁰ governista, sustentando, com essa posição, um neoliberalismo que objetiva a austeridade por meio do desinvestimento em serviços públicos. Aliás, é importante asseverar que o *homeschooling* (ensino domiciliar, defendido posteriormente na reunião) não só atende aos interesses do setor neoliberal como dos ultraconservadores, pois são formas de direcionar menos capital para a educação pública, formar mão de obra econômica para o mercado de trabalho e dificultar o convívio dos educandos com diferentes sujeitos. A nosso ver, a defesa desse modelo de educação pressupõe valores ultrapassados ao ir de encontro ao ideário esculpido pelos marcos legais da educação, os quais enunciam que “[...] a escola deverá propiciar aos alunos condições para **transitarem em outras culturas**, para que **transcendam seu universo local** e se tornem aptos a **participar de diferentes esferas da vida** social, econômica e política.” (Parecer CNE/CEB Nº11/2010, p. 8 e 9 – grifos nossos).

Se retornarmos às reflexões de Schwarcz (2019), chegaremos à conclusão de que o Brasil, com seu presente constituído também pelo seu passado, é um país desigual e extremamente estratificado. Então, ao nosso ver, não seria adequado comparar nossas condições socioeconômicas e histórias às da Alemanha contemporânea, como faz o Ministro ao enunciar “A Alemanha fez isso na reconstrução.” Vale insistir, o Brasil é um país com marcas profundas deixadas pelo processo de colonização e, também, pelas políticas estatais patrimonialistas. Ao nosso país, reflete-se e refrata-se ideologicamente o peso semântico-axiológico de um país europeu, fazendo crer que, então, bastaria pagar duzentos reais para uma parcela da população para estarmos em pé de igualdade social, política e econômica, ignorando-se, para isso, nosso contexto histórico. Ao invés disso, consideramos que, para o nosso país, seria fundamental a consagração dos valores do mandamento educacional, como o trecho que ressalta que a educação deve visar

[...] à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, **rompendo com visões reducionistas** [...] e propõe que educadores partam de uma “visão plural, singular e integral” dos sujeitos de aprendizagem, pressupondo uma educação voltada ao “reconhecimento e desenvolvimento pleno de suas singularidades e diversidades” (BRASIL, 2018, p.14 – grifos nossos).

²⁰ Esse posicionamento político-ideológico compõe, inclusive, o título de uma das obras apresentadas na seção 2.2: *Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal* (CESARINO, 2019).

No entanto, não encontramos esse entendimento na reunião. Na verdade, observamos uma contraposição discursiva com o ideário dos marcos da BNCC, os quais, de forma sucinta, abordam a importância do investimento público em educação, “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, da promoção de direitos humanos, “do direito à diferença” e do estímulo ao pensamento crítico. A partir da análise dos dizeres de Paulo Guedes no evento da reunião ministerial, encontramos valores avessos ao que o governo deveria defender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os pressupostos da teoria dialógica do discurso, entendemos que o acabamento de uma obra como esta dissertação é de caráter relativo, possibilitando a conclusibilidade essencial para a compreensão ativa da produção como um todo, mas aberto a novas reavaliações, reflexos e refrações, resultantes do diálogo com seus interlocutores. Isto posto, retomamos o que realizamos neste trabalho e apresentamos nossas conclusões momentâneas. Primeiramente, relembremos a motivação desta pesquisa.

O Brasil, país continental, privilegiado por uma imensa biodiversidade e diversidade cultural, sofre com problemas sócio-históricos como corrupção, violência, intolerância e desigualdade. Nesse cenário, vimos uma escalada autoritária mundial tomar forma no nosso país com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência da República. Entendendo que somente podemos enfrentar esses desafios com o apoio de uma educação crítica e preocupada com a promoção de valores democráticos, lembramos da obrigatoriedade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir do ano de 2020, na gestão de Bolsonaro. No entanto, observamos um aparente entrechoque entre os valores preconizados juridicamente para a formulação do documento da BNCC com os que permeiam o discurso governista atual. Diante disso, neste trabalho, procuramos investigar o embate discursivo entre valores do atual Governo Federal e dos marcos legais da educação nacional, observando a relação de tensão axiológica evidenciada por declarações durante uma reunião ministerial ocorrida em abril de 2020. Como objetivo específico, visamos analisar como os valores preconizados pelos diferentes documentos que embasam a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reverberam nos enunciados dos ministros na reunião ministerial, verificando de que modo práticas sócio-históricas intolerantes são refletidas e refratadas no/pelo discurso governista atual.

A fim de realizarmos as análises, elaboramos nosso *corpus* de pesquisa a partir de um recorte de dizeres de membros do gabinete ministerial no evento da reunião. O enfoque analítico

se deu sobre enunciados produzidos por quatro ministros do Governo Federal: Ricardo Salles (Meio Ambiente), Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), Abraham Weintraub (Educação) e Paulo Guedes (Economia), agrupando suas enunciações em três seções conforme as macroáreas temáticas apresentadas em material de apoio para a implementação da BNCC: Meio Ambiente, Multiculturalismo e Economia.

Após percorrermos acerca dos aspectos históricos e particulares no horizonte valorativo bolsonarista e apresentarmos nosso *corpus* investigativo, a reunião ministerial, realizamos as análises dos enunciados selecionados. Com o suporte da obra *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, de Lília Schwarz (2019), que realiza um percurso histórico de práticas que estruturam o modo de produção e as relações entre os cidadãos brasileiros e de uma seleção de artigos publicados referentes ao governo bolsonarismo, pudemos identificar práticas e valores que compõem o ideário governista e promover um embate axiológico em relação ao que defendem diversos marcos legais da educação nacional, como artigos da Constituição Federal de 1988 (CF 1988), as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pareceres do Conselho Nacional de Educação e outros documentos nacionais e internacionais. Constatamos que o ideário bolsonarista atual vai de encontro ao que preconizam esses documentos que embasam jurídica e pedagogicamente a BNCC, documento cuja observância na elaboração dos currículos da Educação Básica tem caráter obrigatório desde 2020 em todo o país. Também, identificamos a presença de práticas como o racismo, corrupção, intolerância e patrimonialismo que reverberaram no discurso do atual Governo Federal.

Para as análises, partimos de pressupostos teórico-metodológicos do Círculo de Bakhtin, centrando-nos na noção dialógica de linguagem e em conceitos como signo ideológico e suas imbricações. Com efeito, percebemos que o discurso do Ministro do Meio Ambiente é permeado axiologicamente por vozes contrárias a políticas ambientalistas, que visam primariamente aos interesses neoliberais da geração e concentração de capital por meio da exploração indevida dos recursos naturais. Identificamos, também, as práticas de corrupção e patrimonialismo no discurso de Salles. A respeito dos Ministros da Família, Mulher e Direitos Humanos e da Educação, o entrechoque se deu com o ideário multiculturalista dos marcos legais da educação nacional. As relações de tensão axiológica estabeleceram-se num sentido próximo ao das anteriormente investigadas, pois os valores que o discurso dos ministros demonstrou promover, por meio de signos ideológicos permeados por forças altamente centrípetas, a homogeneização dos sentidos do que é aceitável para sermos considerados cidadãos brasileiros na avaliação dos sujeitos enunciativos em questão. Esse ideário, que visa a um padrão homogêneo eurocêntrico e conservador, choca-se com a diversidade de vozes e o

pluralismo político, preconizados pelos marcos da BNCC além de fazer coro com práticas como o racismo, patrimonialismo e normalização da intolerância e desigualdade social, identificadas nos discursos de Damares Alves e Abraham Weintraub. Por fim, na última seção de análise, voltamo-nos para os enunciados selecionados do Ministro da Economia, pelos quais observamos, além dos já esperados ideais neoliberais, uma visão de educação axiologicamente oposta ao que enunciam importantes marcos como a CF 1988 e a LDB. No discurso de Paulo Guedes, ecoaram vozes sociais que tensionam em aderência a uma concepção de escola como local de mera transferência de conhecimentos técnicos dos professores para os alunos, o que nos leva a compreender que os 4 ministros, sujeitos ideológicos cujos enunciados foram selecionados e analisados, estão alinhados com a agenda populista, conservadora e neoliberal do governo bolsonarista.

Nos limitamos aos recortes realizados pois a gravação e o laudo da reunião possuem uma extensão que demandaria um trabalho mais amplo do que pretendeu esta dissertação. Assim sendo, análises futuras concernentes a outros enunciados e outras áreas temáticas contempladas no evento selecionado são contribuições acadêmicas adicionais que podemos sugerir. Ainda assim, acreditamos que podemos contribuir para as discussões acerca da importância do alinhamento entre os ideários do discurso governista e da Educação Básica a fim de se combater mazelas históricas que afetam o país, como a desigualdade socioeconômica e a intolerância, em vista da promoção do IDH do Brasil. Ademais, nossa contribuição teórica se deu por meio do fomento à interdisciplinaridade, principalmente, entre as áreas dos Estudos da Linguagem, da História e da Educação. Lançando um olhar bakhtiniano, buscamos investigar valores suscitados por enunciados presentes nos marcos legais da educação nacional, organizados nas esferas jurídica e pedagógica de atividade, e valores que permeiam o discurso de Ministros responsáveis por importantes pastas para a Educação Básica, englobados pela esfera política, discorrendo acerca do embate discursivo resultante.

A nosso ver, se realmente desejamos integrarmo-nos a importantes organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), precisamos, sim, melhorar nosso desempenho em programas como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (em inglês, PISA) – coordenado pela OCDE. Contudo, para que isso aconteça, urge que enfrentemos problemas sócio-históricos basilares, como a intolerância e a desigualdade, os quais entravam, concomitantemente, o desenvolvimento econômico do Brasil. Entendemos que não podemos atingir esse objetivo sem um Estado fortemente comprometido com o investimento em uma Educação transformadora, que vislumbre a Escola Pública como palco de debates acerca de questões sociais significativas e

observe ideais de justiça, igualdade e pluralidade de ideias - ao contrário do que nossas análises identificaram no governo bolsonarista. Acreditamos que, ainda que imperfeitos e incapazes de promoverem uma revolução por si só, os marcos legais da educação nacional nos proporcionam um suporte jurídico e pedagógico para defendermos, além do combate à ignorância pelo estímulo ao pensamento crítico, o respeito à laicidade e a promoção da humanização das relações entre os diferentes povos e culturas que formam a nação brasileira. O material de apoio à implementação da BNCC, disponível no portal do MEC e citado no capítulo 2, nos parece um ótimo começo para o professor que busca suporte para práticas escolares transformadoras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme Silva de. Notes on the complexity of neoconservatism and its impact on social policies. **Revista Katálysis**, UFSC, vol. 23, n. 3, p. 720-731, 2020a.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos**, CEBRAP, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020b.
- BAKHTIN, Mikhail. Apontamentos de 1970-1971. In: **Estética da criação verbal** (1979), 5.ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável** (1920-1924). Trad. Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010b.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso** (1952-1953). Organização, posfácio, tradução e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARBOSA, V. F.; DI FANTI, M. G. C. Notas sobre gêneros do discurso em Bakhtin, Volóchinov e Medviédev. In: Décio Rocha; Bruno Deusdará; Poliana Arantes; Morgana Pessoa. (Org.). **Pesquisar com gêneros discursivos: interpelando mídia e política**. Rio de Janeiro: Cartolina, 2020, v. 4, p. 185-200.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. de. **Intolerância, preconceito e exclusão**. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (orgs). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 61-78.
- BRANCO, Emerson Pereira. **A IMPLANTAÇÃO DA BNCC NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS**. Dissertação (Mestrado em Formação Docente) - Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade Estadual do Paraná. Paranavaí, 2017.
- BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2010.
- BRAIT, Beth; PISTORI, Maria Helena Cruz. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o Círculo. **Alfa**, rev. linguíst. (São José Rio Preto), São Paulo, v. 56, n. 2, p. 371-401, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942012000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1981-57942012000200002>.
- BRANCO, Emerson Pereira. **A Implantação da BNCC no Contexto das Políticas Neoliberais**. Paranavaí, 2017.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Versão homologada. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educacional nacional. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013a.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Lei 9795. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **ProBNCC**: Material de Apoio. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/>. Acessado em: 20 fev. 2021.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, USP, v. 63, n. 3, 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: **o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias**. Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010b. 164p. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. Acesso em 14 dez. 2020.

DI CAMARGO JUNIOR, Ivo; RIBEIRO, Kelli da Rosa; NASCIMENTO, Silvana Schwab. **Base Nacional Comum Curricular e as diferentes áreas: múltiplos olhares**. São Paulo, Mentis Abertas, 2020, 187 p.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos. **Veredas**, Rev. Est. Ling, Juiz de Fora, v.7, n.1 e n.2, p.95-111, jan./dez. 2003.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Construção composicional. In: FLORES, Valdir do Nascimento. et al. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Implicações axiológicas e a *Escola Sem Partido*: (entre)olhares dialógicos e ergológicos. **Revista do Curso de Letras do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis**, Volume. 8, Número 2, p. 65-74, maio-agosto, 2017.

EVANS, Peter. Introduction: The rise of twenty-first century exclusionary regimes. **Sage Journal**, vol. 35, ed. 6, p. 581-589, 2020.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FELTRAN, Gabriel. Centripetal force: a totalitarian movement in contemporary Brazil. **Soundings: a journal of politics and culture**, ed. 75, p. 95-110, 2020.

FISCHER, Sandra; VAZ, Aline. Populismo no Brasil de contrapostos: manipulação do autêntico e profanação do contrário. **Revista Agenda Política**, UFSCAR, v. 8, n. 1, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GRILLO, Sheila. A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso. **Revista da Anpoll**. n. 19, 2005, p. 151-184, Campinas, jul.-dez.

GRILLO, Sheila. Esfera e campo. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2010.

LIMA, Isabelly Cristiany Chaves; LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. A retórica do “cidadão de bem” no discurso de Jair Bolsonaro: um presidenciável em construção. **Revista Periódicus**. v. 1, n. 12, 2019, p. 407.

MARX, K.; ENGELS, F. Primeira parte. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 29-95.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O Método Formal nos Estudos Literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Trad. Sheila Grill; Ekaterina Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTEIRO, Sarah Laurindo. **Escola pública sob disputa: moralidade e religião**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. The legacy of the Congresso da Virada in times of reactionary conservatism. **Revista Katálysis**, UFSC, vol. 23, n. 2, p. 199-212, 2020.

PASCHOAL, Cristiano Sandim. O NOVO TOM AXIOLÓGICO DA EXPRESSÃO “CIDADÃO DE BEM”: Refrações Semânticas e Índices de Estratificação da Sociedade Brasileira. **Revista Memento**, UninCor, v. 11, n. 1, 2020.

RODRIGUES, Hanna Cláudia Freitas; PINHEIRO, Jonas de Jesus. A necropolítica neoliberal de encontro ao nomadismo: uma corpografia dos povos errantes na Bahia, no contexto do bolsonarismo no Brasil. **Revista Extrapresença**, USP, v. 13, n. 1, 2019.

ROJO, R. Esferas ou Campos de Atividade Humana. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; VAL, Maria da Graça Costa; BRAGUNCI, Maria das Graças de Castro (orgs.) **Glossário CEALE**: Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para Educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de; SITCOVSKY, Marcelo. Human rights, democracy and neo-conservatism. **Revista Katálysis**, UFSC, vol. 23, n. 2, 2020.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. São Paulo: L&PM, 2018.

VALERIO, Samuel. Pentecostalismo, catolicismo e bolsonarismo: convergências. **Revista Brasileira de História das Religiões**, UESP, v. 13, n. 37, 2020.

VOLÓCHINOV, Valentin. (Círculo de Bakhtin). **A palavra na vida e a palavra na poesia**. Trad., Notas e Glossário Sheila Grillo; Ekaterina V. Américo. Ensaio introdutório Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLOCHÍNOV, Valentin. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Trad. João Wanderley Geraldi, supervisão Valdemir Miotello. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013b.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem** (1929). Trad. Michel Laud e Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 2009.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. (1929) Trad. Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

Internet

AGÊNCIA SENADO. **Exposição relembra participação popular na elaboração da Constituição de 1988**. 30 out. 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/yb8yvc7z>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ANDREASSA, Luiz. **O que é o Centrão e qual é o seu papel na política brasileira?** 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-o-centrao>. Acesso em: 02 dez. 2020.

BBC. **Ricardo Salles na reunião: com imprensa focada na covid-19, é hora de 'ir passando a boiada'**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BWDemNNMbeU>. Acesso em: fev. 2021.

BOLSONARO, Carlos. Dica para a redação do ENEM quando Bolsonaro for eleito presidente em 2018 - direitos humanos: esterco da vagabundagem, [S. l.], 04 nov. 2017. **Twitter: @CarlosBolsonaro**. Disponível em: <http://tiny.cc/9d5vtz>. Acesso em: 02 dez. 2020.

BOLSONARO. **Plano de Governo Jair Bolsonaro**. [S.l.], 2018. Disponível em: https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Caderno de Educação em Direitos Humanos. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/y8jtu3gf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. **MEC**, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/yhldzhge>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CIMI. Em 2019, terras indígenas foram invadidas de modo ostensivo de norte a sul do Brasil. [S.l.], 29 set. 2020. Disponível em: <http://tiny.cc/ci4vtz>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DIAS, Tatiana; LOTFI, Rosângela, 2019. Como Ricardo Salles adulterou um mapa ambiental para beneficiar mineradoras. **The Intercept**, 04 fev. 2019. Disponível em: <http://tiny.cc/ll4vtz>. Acesso em: 02 dez. 2020.

FONTELES, Julia. **O Brasil cada vez mais longe da OCDE.** 18 mar. 2021. Disponível em: <http://tiny.cc/pl4vtz>. Acesso em: 20 mar. 2021.

G1. As Promessas de Bolsonaro. [S.l.], **Política**, 2019. (atualizado em 30 dez. 2020). Disponível em: <http://tiny.cc/jj4vtz>. Acesso em: 20 dez. 2021.

GOMES, Karina. Extermínio indígena pode levar TPI a julgar Bolsonaro. **DW Brasil**, 18 jun. 2020, Entrevista. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6vlzyvk>. Acesso em: 02 dez. 2020.

GREENWALD, Glenn; REED, Betsy. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. **The Intercept**, 09 jun. 2019. Disponível em <https://tinyurl.com/4uu3a7a4>. Acesso em: 02 dez. 2020.

IGUALDADE e equidade: **Cursos MEC**. [S.l.], 06 nov. 2018. 1 vídeo (8:13 min). Disponível em: <https://tinyurl.com/y45y97o6>. Acesso em: 02 dez. 2020.

INC/DITEC/PF. Laudo de perícia criminal federal. **Instituto Nacional de Criminalística**. [S.l.]. Disponível em: <http://tiny.cc/5m4vtz>. Acesso em fev. 2021.

JORNAL NACIONAL. **Paulo Guedes compara servidores públicos com parasitas.** [S.l.], 07 fev. 2020. Disponível em: <http://tiny.cc/0k4vtz>. Acesso em: fev. 2021.

MAZUI, Guilherme. **'No Brasil, não existe racismo', diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado.** Brasília, 20 nov. 2020. Disponível em: <http://tiny.cc/ak4vtz>. Acesso em fev. 2021.

MENA, Fernanda. **A Escola de Chicago que Guedes adota nem Chicago mais defende.** Folha de S. Paulo, [S.l.], 07 nov. 2019. Disponível em: <http://tiny.cc/ik4vtz>. Acesso em: fev. 2021.

PASQUINI, Patrícia. **Estudo diz que 90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram em fake news.** Valor, São Paulo, 2 nov. 2018. Política. Disponível em: <http://tiny.cc/ci4vtz>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PNUD. **Relatório da Desigualdade.** Organização das Nações Unidas. Disponível em:

<https://www.br.undp.org/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

POMPEU, Lauriberto. **Flávio se reúne com setor de cassinos e bancada evangélica minimiza**. Congresso em Foco, Brasília, jan. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/xr3r2nmc>. Acesso em: 02 dez. 2020.

PORTINARI, Natália; SASSINE, Vinicius. **A história de Lulu Kamayurá, a índia criada como filha pela Ministra Damares Alves**. Revista Época, Agência O Globo, 31 jan. 2019. Disponível em: <http://tiny.cc/ih4vtz>. Acesso em: 02 dez. 2020.

REDAÇÃO. **Damares acredita que a igualdade de gênero estimula violência**. Catraca Livre, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/damares-acredita-que-a-igualdade-de-genero-estimula-violencia/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

RODAS, Sérgio. **Constituição alemã de Weimar influenciou Cartas brasileiras de 1934 e 1988**. Revista Consultor Jurídico, 7 ago. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxwzb44j>. Acesso em: 02 dez. 2020.

TURTELLI, Camila. **Por fala em reunião ministerial, Senado convoca Abraham Weintraub**. Brasília, 25 mai. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/yabh4ebl>. Acesso em 02 dez. 2020.

VALENTE, Rubens. **‘Presidência’ procurou polícia de SP para saber de prisão na pandemia**. UOL, [S. l.], 19 mai. 2020. Notícias. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4nqwgzy>. Acesso em: 02 dez. 2020.

WEINTRAUB, Abraham. Estamos trabalhando para minimizar os danos da bncc. Grande abraço, [S. l.], 19 set. 2019. **Twitter: @AbrahamWeint**. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxfn2sg4>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ZANLORENSSI, Gabriel; ALMEIDA, Rodolfo. **A composição dos ministérios no governo Bolsonaro**. NEXO, [S. l.], 31 dez. 2018 (atualizado 21 nov. 2019). Disponível em: <http://tiny.cc/tk4vtz>. Acesso em fev. 2021.

ANEXOS

A) Transcrição de trechos do pronunciamento de Ricardo Salles conforme o LAUDO NII 1242/2020 - INC/DITEC/PF:

00:00.133 (1)

Ricardo Salles: Presidente, eu tava assistindo atentamente a apresentação do colega, ministro Braga Neto, e... na parte final ali na, no slide da, das questões transversais tá o Meio Ambiente, mas eu acho que o que eu vou dizer aqui sobre o meio ambiente se aplica a diversas outras matérias. Nós temos a possibilidade nesse momento que a atenção da imprensa tá voltada exclusiva... quase que exclusivamente pro COVID, e daqui a pouco para a Amazônia, o General Mourão tem feito aí os trabalhos preparatórios para que a gente possa entrar nesse assunto da Amazônia um pouco mais calçado, mas não é isso que eu quero falar. A oportunidade que nós temos, que a imprensa não tá... tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro nessas viagens que se referiu o Onyx certamente cobrou dele, cobrou do Paulo...

01:00.343 (1805)

Ricardo Salles: ...cobrou da Teresa, cobrou do Tarcísio, cobrou de todo mundo, da... da segurança jurídica, da previsibilidade, da simplificação, essa... grande parte dessa matéria ela se dá em portarias e norma dos ministérios que aqui estão, inclusive o de Meio Ambiente. E que são muito difíceis, e nesse aspecto eu acho que o Meio Ambiente é o mais difícil, de passar qualquer mudança infralegal em termos de infraestrut... e... é... instrução normativa e portaria, porque tudo que agente faz é pau no judiciário, no dia seguinte. Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regimento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam... é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos.

02:00.703 (3614)

Ricardo Salles: E deixar a AGU – o André não tá aí né? E deixar a AGU de *stand by* pra cada pau que tiver, porque vai ter, essa semana mesmo nós assinamos uma medida a pedido do ministério da Agricultura, que foi a simplificação da lei da mata atlântica, pra usar o código florestal. Hoje já tá nos jornais dizendo que vão entrar com medi... com ações judiciais e ação civil pública no Brasil inteiro contra a medida. Então pra isso nós temos que tá com a artilharia da AGU preparada pra cada linha que a gente avança ter uma coi... mas tem uma lista enorme, em todos os ministérios que têm papel regulatório aqui, pra simplificar. Não precisamos de congresso. Porque coisa que precisa de congresso também, nesse, nesse fuzuê que está aí, nós não vamos conseguir apo... apos... é... aprovar. Agora tem um monte de coisa que é só, parecer, caneta, parecer, caneta. Sem parecer também não tem caneta, porque dar uma canetada sem parecer é cana. Então, o... o... o... isso aí vale muito a pena. A gente tem um espaço enorme pra fazer.

03:00.396 (5403)

Ricardo Salles: É... e... enfim, eu acho que essa... essa é uma questão importante que tava aí nos slides, Braga Neto, que...

Braga Netto: Você vê que a jurídica também tá embaixo...

Ricardo Salles: Isso, é... exatamente.

B) Transcrição de trechos do pronunciamento de Damares Alves conforme o

LAUDO NII 1242/2020 - INC/DITEC/PF:

Damares: E, ministro, parabéns pela ideia, mas eu preciso lembrar, é... e... e eu preciso fazer sempre isso pra que a gente não perca o foco. A questão de valores, ministro. A... esse governo tem o pilar dos valores. Não se pode construir nada neste governo sem a gente trazer valores.

10:48.431 (19427)

Damares: Nós estamos sabendo, e a gente tá falando o tempo todo, que nós não seremos mais os mesmo depois dessa pandemia. O mundo não será mais o mesmo. Nós não seremos mais o mesmo e nós vamos ter que fazer uma revisão de políticas públicas, no mundo todo e no Brasil. Nós vamos ter que nos reinventar, com certeza. Neste momento, que que nós estamos vendo aqui no nosso comitê? Nós estamos buscando dados e não estamos encontrando dados. Nós recebemos um governo que não tinha dados, os dados que nós tínhamos eram falsos, mentirosos. Um Brasil de achismo, um Brasil de talvez, “eu acho que é”, “talvez sim, talvez não”. Políticas públicas construída até agora nessa nação em cima de talvez e de achismo. Nós vamos ter que rever muita coisa. É um país plural. Quando a gente foi buscar os povos tradicionais agora pra gente construir o enfrentamento ao coronavírus, nós descobrimos, ministros, que nós temos um milhão e trezentos mil ucranianos no Brasil e ninguém nunca falou de ucranianos pra nós...

00:00.150 (1)

Damares: ... no Brasil. Com o seu, com a sua cultura totalmente preservada no Brasil. Nós temos com um milhão e quinhentos mil ciganos e eu falava de um milhão e trezentos mil, e são um milhão e quinhentos mil ciganos. Nós estamos...

Jair Bolsonaro: Eu já tive lá, no pa...Eu já tive lá, no Paraná.

Damares: Então mini... então presidente, nós vamos ter que rever muita coisa na aplicação da nossas políticas públicas no Brasil. Os nossos seringueiros são em números maiores do que a gente imagina no Brasil. Então, tudo que nós fomos construir, nós vamos ter que ver, ministro, a questão dos valores também. A questão, os nossos quilombos estão crescendo e os... e os meninos estão nascendo nos quilombos e seus valores estão lá. Então, tudo vai ter que ver a questão dos valores. É, e quando eu falo valores, ministro, eu quero dizer pro senhor, nós temos com quase oitenta mil idosos em abrigos no Brasil. Eu me surpreendi com números. Nós estamos com quase sessenta mil crianças em abrigos no Brasil. Os números estão me surpreendendo e eu estou com um número absurdo de mulheres também em busca de abrigos por causa de violência.

01:05.265 (1952)

Damares: Então, tudo isso tem que vir pra este pacote. Nós vamos ter que fazer algumas revisões de políticas públicas no Brasil, então por favor, ministro, coloque aí a questão de valores. E quando eu falo valores aí eu quero olhar pro nosso novo ministro aqui da saúde e dizer: ministro, valores estão lá no seu ministério também. Neste momento de pandemia a gente tá vendo aí a palhaçada do STF trazer o aborto de novo para a pauta, e lá tava a questão de... as mulheres que são vítima do zika vírus vão abortar, e agora vem do coronavírus? Será que vão querer liberar que todos que tiveram coronavírus poderão abortar no Brasil? Vão liberar geral? O seu ministério, ministro, tá lotado de feminista que tem uma pauta única que é a liberação de aborto. Quero te lembrar ministro, que tá chegando agora, este governo é um governo pró-vida, um governo pró-família. Então, por favor. E aí quando a gente fala de valores, ministro, eu quero dizer que nós estávamos sim no caminho certo.

02:03.656 (3702)

Damares: A gente não precisa reinventar muita coisa não. E eu quero citar aqui o exemplo da política indigenista como este governo estava construindo. Todo mundo começou a dizer, a esquerda começou a falar que o coronavírus iria dizimar os povos indígenas no Brasil. O primeiro óbito, dia doze de abril, sabe o que que é isso? A forma como nós estávamos conduzindo a política indígena no Brasil. Primeiro óbito: dia doze de abril. E eu fui lá pra Amazônia, em Roraima, junto com o presidente da Funai e o secretário nacional de saúde indígena pra acompanhar o primeiro óbito. A forma como a gente conduziu deu muito certo. Vamos ter que melhorar? Vamos ter que melhorar. E por que que nós fomos lá, presidente? Porque nós recebemos a notícia que haveria contaminação criminosa em Roraima e Amazônia, de propósito, em índios, pra dizimar aldeias e povos inteiro pra colocar nas costas do presidente Bolsonaro.

Damares: Eu tive que ir pra lá com o presidente da Funai e me reuni com generais da região e o superintendente da Polícia Federal, pra gente fazer uma ação ali meio que sigilosa, porque eles precisavam matar mais índio pra dizer que a nossa política não tava dando certo. Então, o que a gente tava fazendo estava dando certo. O que nós estamos fazendo está dando certo. Então, aqui general, todo o nosso trabalho que envolve políticas de valores, precisa estar aqui no Pró-Brasil.

Braga Netto: (Ininteligível).

Damares: E aí presidente, só pra encerrar. É, eu quero dizer pro senhor que a sua angústia tem razão de ser. Nunca ouvi tanta violação de direitos no Brasil como neste período. Direitos fundamentais foram violados. No nosso “disque cem” tem mais de cinco mil registros, ministros, de violação de direitos humanos. Mas o senhor tem uma ministra de Direitos Humanos e uma equipe muito corajosa. São mais de cinco mil procedimentos e ações que estão sendo construídas. Governadores e prefeitos responderão processos.

03:58.104 (7132)

Damares: Idosos estão sendo algemados e jogado dentro de camburões no Brasil. Mulheres sendo jogadas no chão e sendo algemadas por não terem feitos nada... feito nada. Nós estamos vendo padres sendo multados em noventa mil reais porque estavam dentro da igreja com dois fiéis. A maior violação de direitos humanos da história do Brasil nos últimos trinta anos está acontecendo neste momento, mas nós estamos tomando providências. A pandemia vai passar, mas governadores e prefeitos responderão processos e nós vamos pedir inclusive a prisão de governadores e prefeitos. E nós tamo subindo o tom e discursos tão chegando. Nosso ministério vai começar a pegar pesado com governadores e prefeitos. Nunca vimos o que está acontecendo hoje. Se eles falavam que nós éramos violadores de direitos, eles estão, inclusive, o governador Wellington, agora, ontem, determinou que a polícia poderá entrar nas casas. Vocês não... imagina o que ele vai fazer! Poderá entrar na ca...

Jair Bolsonaro: Ele assina? Ele assi... Ele assina?

Damares: Assinou! A polícia poderá entrar na casa sem mandato. Então, assim, as maiores violações estão acontecendo nesses dias. Então, nós estamos fazendo um enfrentamento, mais de cinco procedimentos o nosso ministério já tomou iniciativa e nós tamos pedindo inclusive a prisão de alguns governadores.

05:15.915 (9464)

Damares: Então, tá algumas resposta... valores. Por favor.

Braga Netto: Posso perguntar pra ela?

Damares: Valores.

Braga Netto: Hein, Paulo Guedes. Posso falar?

Jair Bolsonaro: Pode, pode. Missão. Fala aí. Paulo Guedes acabou de...

Braga Netto: Ministra Damares. Nós, houve aqui um...

Jair Bolsonaro: ...cobrar.

Braga Netto: ...uma, uma apre... uma apresentação, uma representação...

Jair Bolsonaro: (Ininteligível).

Braga Netto: ...do ministro Paulo Guedes que a senhora vai receber mais dinheiro.

05:33.099 (9979)

Jair Bolsonaro: Tá com menos (ininteligível)

Braga Netto: (Risos).

Jair Bolsonaro: A que menos recebe é ela? A que menos recebe é ela. (Ininteligível).

Braga Netto: (Risos).

Damares: Obrigada ministro.

Braga Netto: Ministro Marcelo, por favor.

Marcelo: Obrigado. Vou, vou ser bem breve também. Primeiro, parabenizar ministro

Braga Netto pelo Pró-Brasil...

C) Transcrição de trechos do pronunciamento de Abraham Weintraub conforme o LAUDO NII 1242/2020 - INC/DITEC/PF:

00:54.237 (1622)

Abraham Weintraub: Tem três anos que, através do Onyx, eu conheci o presidente. Nesses três anos eu não pedi uma única conselho, não tentei promover minha carreira. Me ferrei, na física. Ameaça de morte na universidade. E o que me fez, naquele momento, embarcar junto era a luta pela... pela liberdade. Eu não quero ser escravo nesse país. E acabar com essa porcaria que é Brasília. Isso daqui é um cancro de corrupção, de privilégio. Eu tinha uma visão extremamente negativa de Brasília. Brasília é muito pior do que eu podia imaginar. As pessoas aqui perdem a percepção, a empatia, a relação com o povo. Se sentem inexpugnáveis. Eu tive o privilégio de ver a... a mais da metade aqui desse time chegar. Eu fui secretário-executivo do ministro Onyx. Eu acho que a gente tá perdendo um pouco desse espírito. A gente tá perdendo a luta pela liberdade. É isso que o povo tá gritando. Não tá gritando pra ter mais Estado, pra ter mais projetos, pra ter mais... o povo tá gritando por liberdade, ponto. Eu acho que é isso que a gente tá perdendo, tá perdendo mesmo. A ge... o povo tá querendo ver o que me trouxe até aqui.

02:45.715 (4963)

Abraham Weintraub: Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF. E é isso que me choca. Era só isso presidente, eu... eu... realmente acho que toda essa discussão de “vamos fazer isso”, “vamos fazer aquilo”, ouvi muitos ministros que vi... chegaram, foram embora. Eu percebo que tem muita gente com agenda própria. Eu percebo que tem, assim, tem o jogo que é jogado aqui, mas eu não vim pra jogar o jogo. Eu vim aqui pra lutar. E eu luto e me ferro. Eu tô com um monte de processo aqui no comitê de ética da presidência. Eu sou o único que levou processo aqui. Isso é um absurdo o que tá acontecendo aqui no Brasil. A gente tá conversando com quem a gente tinha que lutar. A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do Estado e é o... eu realmente tô aqui de peito aberto, como cês sabem disso, levo tiro... odeia... odeio o partido comunista

03:53.316 (6989)

Abraham Weintraub: Ele tá querendo transformar a gente numa colônia. Esse país não é... odeio o termo “povos indígenas”, odeio esse termo. Odeio. O “povo cigano”. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios. Só pode ter um povo, não pode ter ministro que acha que é melhor do que o povo. Do que o cidadão. Isso é um absurdo, a gente chegou até aqui. O senhor levou uma facada na barriga. Fez mais do que eu, levou uma facada. Mas eu também tô levando bordoadas e tô correndo risco. E fico escutando esse monte de gente defendendo privilégio, teta. Tendeu? É isso. Negócio. Empréstimos. A gente veio aqui pra acabar com tudo isso, não pra manter essa estrutura. E esse é o meu sentimento extremamente chateado que eu tô vendo essa oportunidade se perder.

04:57.447 (10711)

Abraham Weintraub: Eu sou, evidentemente, eu tô no grupo dos ministros que tá mais ligado com a militância. Evidente, porque eu era um militante. Eu tava militando de peito aberto, continuo militando. Do ponto de vista de carreira, eu poderia ter quem... tentando me dar bem. Não foi isso que eu fiz. Não foi isso que eu fiz. Sei que isso daqui é um palácio, existem intrigas palacianas – estou sendo muito franco. E a gente pode sim perder a liberdade, perder esse país. Ninguém vai se dar bem se a gente perder esse país. Quem vai se dar bem são poucos, pouquíssimas famílias. Pouquíssimas famílias. Não se iludam. Não se iludam. Era isso.

**D) Transcrição de trechos do pronunciamento de Paulo Guedes conforme o LAUDO
NII 1242/2020 - INC/DITEC/PF**

04:56.896 (8894)

Paulo Guedes: Se... setenta milhões de brasileiros, não é? A... os... lançamos essa camada pros mais frágeis. É, pegamos os idosos. Pegamos as empresas, microcrédito, depois de te... de... de zero a dez, de... a... trezentos e sessenta mil e depois de trezentos e sessenta mil a dez milhões. Montamos um comitê de bancos, estamos lá com o Montezano agora fazendo justamente a reestruturação. Não vai ter molezinha pra empresa aérea, pra nada disso. É dinheiro que nós vamos botar usando a melhor tecnologia financeira lá de fora. Nós vamos botar dinheiro, e... vai dar certo e nós vamos ganhar dinheiro. Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas. Então, nós tamos fazendo tudo *by the book*, direitinho. Na conversa com os ministros da fazenda lá de fora eu disse que nós tamos com um deficit extraordinariamente es... alto esse ano. É... da mesma forma que eles, tá todo mundo na mesma direção, só que nós caímos no chão, tá uma confusão. Tiro, porrada e bomba, mas nós não perdemos a bússola. A gente cai, levanta e sabe pra onde nós temos que ir.

06:02.462 (10859)

Paulo Guedes: Nós não vamos perder a bússola. Nós sabemos dos valores, sabemos dos princípios, sabemos que que nós tamo defendendo. Nós tamo defendendo liberdade: liberdade econômica, liberdade política. É... nós sabemos o que nós tamo defendendo. E num... e num... e tamos agora no meio dessa confusão, derrubando a última... a última torre do inimigo. Que uma coisa é que nós vamos fazer a reconstrução e a nossa transformação econômica. A outra coisa são as torres do inimigo que a gente tinha que derrubar. Uma era o excesso de gasto na previdência, derrubamos assim que entramos. A segunda torre era o juros. Os juros tão descendo e vão descer mais ainda. O... o Campos tem o mapa já. Nós tamo descendo.

Paulo Guedes: Nós sabemos pra onde nós vamos voltar já, já. Tá certo? E se o mundo for diferente, nós vamos ter capacidade de adaptação. Por exemplo: eu já tenho conversado com o ministro da Defesa, já conversamos algumas vezes. Quantos? Duzentos mil, trezentos mil. Quantos jovens aprendizes nós podemos absorver nos quartéis brasileiros? Um milhão? Um milhão a duzentos reais, que é o bolsa família, trezentos reais, pro cara de manhã faz calistenia, faz é... fa... né? Aprende ci... civil... organização social e como é que é o? OSPB, né?

M?: (Ininteligível)

Paulo Guedes: Organização Social e...

Hamilton Mourão: Política.

Paulo Guedes: ...Política, né?

10:13.079 (18370)

Paulo Guedes: Faz ginástica, canta o hino, bate continência. De tarde, aprende, aprende a ser um cidadão, pô! Aprende a ser um cidadão. Disciplina, usar o... usar o tempo construtivamente, pô! É... voluntário pra fazer estrada, pra fazer isso, fazer aquilo. Sabe quanto custa isso? É duzentos reais por mês, um milhão de cá, duzentos milhões, pô! Joga dez meses aí, dois bi. Isso é nada! Então, nós vamos pegar na reconstrução, nós vamos pegar um bilhão, dois bilhões e contrata um milhão de jovens aqui. A Alemanha fez isso na reconstrução. Aí você também quer fazer estrada? Precisa de três, quatro bilhões a mais. Tem um orçamento de oito. Toma aqui seus quatro bilhões. Isso não faz falta. Isso não faz falta. Não é isso o problema. A mesma coisa o nosso... o problema do jogo lá na... lá na... nos recursos integrados.